

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAED - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MILENE BARAZZUTTI

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA:
UM NOVO COMEÇO PARA A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO RS**

JUIZ DE FORA

2012

MILENE BARAZZUTTI

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA:
UM NOVO COMEÇO PARA A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: José Alcides Figueiredo Santos

JUIZ DE FORA

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

MILENE BARAZZUTTI

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA:
UM NOVO COMEÇO PARA A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO RS

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/FACED/UFJF, aprovada em
__/__/__.*

José Alcides Figueiredo Santos - Orientador

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, 30 de outubro de 2012.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (Paulo Freire).

RESUMO

Esta dissertação caracteriza-se como um Plano de Ação Educacional – PAE, realizado a partir de um estudo de caso de elaboração e implementação de políticas públicas em nível estadual, especificamente para a avaliação da educação básica. O caso em estudo diz respeito à recente mudança no sistema de avaliação da educação básica do Rio Grande do Sul. O sistema avaliativo anterior, Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS, foi cancelado e, em sua substituição, foi instituído o Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP-RS. A intenção seria de ultrapassar os limites de uma avaliação individual articulando-a a uma avaliação institucional que seja participativa. Inicialmente, o estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa baseada em análises interpretativas de documentos oficiais sobre os sistemas avaliativos e aplicação de questionários abertos. Os questionários foram utilizados com o intuito de colher informações sobre a estrutura do novo sistema e, também, sobre intenções e percepções não explicitadas nos documentos oficiais. Na abordagem conceitual, foi discutida a inclusão da Avaliação Institucional Participativa (AIP) nos sistemas de avaliação da educação básica, em contraposição ao modelo de sistema avaliativo exclusivamente focado no rendimento escolar. Para tanto, tomou-se como base pesquisas recentes que trabalharam sobre a temática. Nesta abordagem conceitual também foram analisadas experiências de aplicação de AIP em outras localidades, além de realizar-se uma análise comparativa dos dois sistemas avaliativos no que diz respeito ao seu desenho. Por fim, apresenta-se o Plano de Intervenção, visando indicar caminhos possíveis para complementar elementos da política avaliativa, minimizando possíveis fragilidades e/ou distorções, a partir da indicação de contradições, lacunas, limites, possibilidades e aspectos positivos. Em especial, este Plano de Intervenção centra suas ações no fortalecimento dos espaços de participação a partir da formação dos atores escolares.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação. Participação. Política Pública.

ABSTRACT

This dissertation is characterized as an Educational Action Plan – “PAE”, accomplished from a case study of elaboration and implementation of public policies in a state level, specifically for the evaluation of basic education. The case in study concerns the recent change in the system of evaluation of the basic education in Rio Grande do Sul. The previous evaluation system, Evaluation System of Educational Achievement of Rio Grande do Sul – “SAERS” was canceled and in its place was established the State System of Participatory Evaluation – “SEAP”-RS. The intention would be to exceed the limits of an individual assessment by linking it to an institutional assessment that is participatory. Initially, the study was accomplished from a qualitative research based on interpretive analysis of official documents about the evaluative systems and application of open questionnaires. The questionnaires were used with the intention of gathering information about the structure of the new system and about intentions and perceptions that are not explicit in official documents. In conceptual approach, it was discussed the inclusion of Participatory Institutional Assessment (“AIP”) in the evaluation systems of basic education, in opposition to the evaluation system model focused exclusively on educational achievement. Therefore, we took as basis recent research that worked on the theme. In this conceptual approach, experiences of applying “AIP” in other places were also examined, besides accomplishing a comparative analysis of the two evaluation systems in what it concerns to its design. Finally, we present the Intervention Plan, aiming to indicate possible ways to complement elements of the evaluative policy, minimizing possible weaknesses and/or distortions from the indication of contradictions, gaps, limits, possibilities and positives aspects. Especially, this Intervention Plan focuses its actions on strengthening the areas of participation from the actors' training school.

Key words: Evaluation System. Participation. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de Pontuação e justificação dos indicadores do SEAP-RS.....	29
Figura 2: Esquema representativo da metodologia das fases do SEAP-RS	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: IDEB RS e respectivas posições em relação aos estados brasileiro 2005-2009	19
Quadro 2: Orientações para a análise dos resultados do SAERS	21
Quadro 3: Trajetória do SAERS – Abrangência	22
Quadro 4: Principais aspectos avaliados na etapa institucional – SEAP-RS	28
Quadro 5: Fases da etapa de Avaliação Institucional – SEAP-RS.....	30
Quadro 6: Indicadores avaliados no percurso individual dos membros do magistério - SEAP-RS	32
Quadro 7: Estrutura Organizativa dos sistemas avaliativos SAERS e SEAP-RS.....	65
Quadro 8: Princípios gerais e Finalidades: SAERS e SEAP-RS	77
Quadro 9: Ações complementares ao SEAP-RS	85
Quadro 10: Módulos e temas de trabalho dos encontros presenciais – Fórum de Gestores.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIP – Avaliação Institucional Participativa
ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPERS/SINDICATO – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul –
Sindicato dos Trabalhadores em Educação
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES – Instituição de Ensino Superior
IRS – Instituto Ração Social
MEC – Ministério da Educação
NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP – Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau
SAERS - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul
SEAP-RS – Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SINEPE/RS - Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio
Grande do Sul
SIMEC/RS – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA GAÚCHA: UM NOVO COMEÇO	13
1.1 O sistema avaliativo anterior: SAERS	15
1.2 O novo sistema avaliativo: SEAP-RS	24
1.3 Entrevistas: SEDUC e CPERS/SINDICATO	35
2. ANÁLISE DA MUDANÇA: ALGUNS CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS.....	44
2.1 Avaliação Institucional Participativa: conceitos e experiências.....	45
2.2 SAERS e SEAP-RS: uma análise comparativa	64
3. O PLANO DE AÇÃO: INTERVIR PARA FORTALECER A PARTICIPAÇÃO	80
3.1 Algumas considerações sobre a mudança.....	80
3.2 Uma proposta de intervenção	83
3.3 Considerações finais	100
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS	108
APÊNDICES	130

INTRODUÇÃO

Nos últimos dias do ano de 2011 foi instituída, via decreto, pelo atual governo do estado do Rio Grande do Sul (Tarso Genro/PT), a mudança no sistema de avaliação da educação pública estadual: cancela-se o SAERS¹ e, em seu lugar, passa a vigorar o SEAP-RS². Indicando mudanças, ao menos conceitualmente, significativas no processo de avaliação da qualidade da educação estadual gaúcha, o novo sistema aponta objetivos que visam configurar uma avaliação global, que vai além da avaliação do desempenho escolar, envolvendo múltiplos aspectos – quantitativos e qualitativos – nos vários níveis educacionais e sobre os sujeitos participantes – estudantes, professores, técnicos, pais/responsáveis, escolas, Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). A intenção seria de ultrapassar os limites de uma avaliação individual através de uma avaliação institucional que seja participativa e que busque contribuir na construção de uma escola pública de qualidade social com cidadania.

No contexto educacional atual, a avaliação da qualidade das escolas e sistemas educativos mostra-se consolidada através da realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – e da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB. Considerada tal consolidação, mostra-se relevante refletir sobre as possibilidades e os limites das avaliações em larga escala enquanto instrumentos da gestão educacional que indicam uma forma de qualidade da educação escolar. Neste cenário de mudanças estruturais bastante significativas no sistema de avaliação, como será explorado ao longo desta dissertação, alguns questionamentos são importantes: Como avaliar a qualidade da educação? Exclusivamente a partir do desempenho? A partir de uma associação entre desempenho e fluxo? Que outros aspectos seriam passíveis de avaliação em larga escala? Qual a motivação para realização de avaliações em larga escala, enquanto ferramenta de gestão educacional, no contexto educacional atual?

Assim, nesta dissertação realiza-se a análise de um caso de gestão educacional que diz respeito à elaboração e implementação de políticas públicas em nível estadual para a avaliação da educação básica. Na dimensão gestora abordada nes-

¹ Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul.

² Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul.

ta dissertação, é importante refletir sobre os motivos que levaram ao cancelamento do sistema de avaliação que foi aplicado por quatro anos consecutivos – SAERS – e suas possíveis implicações na realidade da educação escolar gaúcha. Assim, os seguintes questionamentos norteiam a presente pesquisa: Quais as motivações para a ruptura na política de avaliação externa, demarcando mais uma descontinuidade no cenário educacional gaúcho, em lugar de complementar o que já existe? Quais as implicações conceituais que essa mudança traz para o cenário educacional gaúcho?

Analisar tal decisão envolve caracterizar e comparar os projetos envolvidos, seus objetivos e suas implicações dentro de um projeto educacional, considerando o histórico de descontinuidade das políticas de avaliações externas estaduais e os diferentes objetivos que acabam por modificar sua estrutura ou existência, de acordo com tal projeto. Nessa caracterização e comparação, serão abordados os princípios e diretrizes das políticas; as dimensões do sistema educacional que cada política se propõe a avaliar; os resultados educacionais que estão sendo avaliados e como eles são avaliados.

Desta forma, no capítulo 1 da presente dissertação, será feita uma descrição do caso indicado, a partir de uma pesquisa qualitativa baseada em análises interpretativas de documentos e aplicação de questionários abertos. Da análise documental, procurou-se abordar os principais aspectos dos projetos educacionais que abarcam os sistemas avaliativos diretamente abordados aqui: SAERS e SEAP; as estruturas dos dois sistemas, considerados seus contextos políticos e históricos, além dos conflitos advindos das mudanças.

O segundo capítulo tem um caráter analítico e foi organizado a partir de uma abordagem conceitual sobre a inclusão da Avaliação Institucional Participativa (AIP) nos sistemas de avaliação da educação básica, em contraposição ao modelo de sistema avaliativo exclusivamente focado no rendimento escolar, além da realização de uma comparação entre os dois sistemas avaliativos em questão – SEAP-RS e SAERS. No estudo acerca da avaliação participativa, procurou-se analisar seus objetivos e implicações na prática escolar, já apontadas por estudiosos da área, em cruzamento com os dados obtidos sobre a mudança do sistema e sua estrutura prevista. Esse cruzamento permite uma reflexão sobre as implicações conceituais do novo sistema na educação do Rio Grande do Sul, já que até o encerramento desta dissertação não se terá um ciclo completo de avaliação.

Os estudos apresentados foram guiados a partir de algumas hipóteses sobre a mudança no sistema avaliativo, quais sejam: 1) intenção de estimular uma nova cultura e prática de participação da comunidade escolar; 2) intenção de modificações na concepção de avaliação e de qualidade da educação pública gaúcha e, a partir disso, acarretar mudanças nas práticas escolares; 3) necessidade de complementação da nova política avaliativa para que as intenções de mudanças se concretizem, tendo em vista a recriação das políticas públicas quando do seu encontro com a realidade escolar.

O capítulo 3, por sua vez, tem caráter propositivo e, a partir da descrição e análises realizadas nos capítulos anteriores, traz uma proposta que envolva o fortalecimento da participação dos segmentos na avaliação. Nesta proposta, tem-se o desafio de indicar caminhos possíveis para complementar elementos da política avaliativa, minimizando possíveis fragilidades e/ou distorções, a partir da indicação de contradições, lacunas, limites, possibilidades e aspectos positivos. Para tanto, este capítulo foi estruturado em seções, as quais retomam, inicialmente, as principais considerações sobre o caso analisado e apresentam as linhas gerais de proposição para, então, em segundo momento, tratar das ações mais específicas do Plano de Ação Educacional.

1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA GAÚCHA: UM NOVO COMEÇO

Em um contexto de mudanças na estrutura do ensino médio gaúcho, é instituída pelo atual governo do estado do Rio Grande do Sul (Tarso Genro/PT) uma mudança no sistema de avaliação da educação estadual, com o cancelamento daquele que vinha sendo realizado desde 2007 e criação de um novo sistema avaliativo em larga escala.

Neste ponto, cabe ressaltar que as mudanças, ao menos conceitualmente, significativas no processo de avaliação da qualidade da educação estadual gaúcha, apontam objetivos que visam configurar uma avaliação global, que vai além da avaliação do desempenho escolar, envolvendo múltiplos aspectos – quantitativos e qualitativos – nos vários níveis educacionais e sobre os sujeitos participantes – estudantes, professores, técnicos, pais/responsáveis, escolas, Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). A intenção seria de ultrapassar os limites de uma avaliação individual através de uma avaliação institucional que seja participativa.

Assim, coloca-se em análise e discussão a iniciativa de cancelamento do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS – e sua substituição, ocorrida nos últimos dias de 2011 (Decreto Estadual nº 48.744 de 28 de dezembro de 2011), pelo Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP-RS³, em um contexto de reestruturação do ensino médio gaúcho pautada pela melhoria da qualidade escolar na construção da cidadania.

No contexto educacional atual, a avaliação da qualidade das escolas e sistemas educativos mostra-se consolidada através da realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – e da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB. Considerada tal consolidação, mostra-se relevante refletir sobre as possibilidades e os limites das avaliações em larga escala enquanto instrumentos da gestão educacional que indicam uma forma de qualidade da educação escolar. Neste cenário de mudanças estruturais bastante significativas no sistema de avalia-

³O nome do novo sistema ainda aparece de diferentes formas, com diferentes siglas, em publicações da Secretaria de Educação – SEAIP-RS, SEAAP-RS, SEAP-RS. Com exceção das citações diretas dos documentos publicados, neste trabalho serão utilizados o nome e sigla apresentados no Decreto 48.744/11, que institui o novo sistema de avaliação: Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP-RS.

ção, como será explorado ao longo desta dissertação, alguns questionamentos são importantes: Como avaliar a qualidade da educação? Exclusivamente a partir do desempenho? A partir de uma associação entre desempenho e fluxo? Que outros aspectos seriam passíveis de avaliação em larga escala? Qual a motivação para realização de avaliações em larga escala, enquanto ferramenta de gestão educacional, no contexto educacional atual?

Especificamente na dimensão gestora abordada nesta dissertação – política avaliativa do estado do Rio Grande do Sul – é importante refletir sobre os motivos que levaram ao cancelamento do sistema de avaliação que foi aplicado por quatro anos consecutivos – SAERS – e suas possíveis implicações na realidade da educação escolar gaúcha. Assim, os seguintes questionamentos norteiam a presente pesquisa: Quais as motivações para a ruptura na política de avaliação externa, demarcando mais uma descontinuidade no cenário educacional gaúcho, em lugar de complementar o que já existe? Quais as implicações conceituais que essa mudança traz para o cenário educacional gaúcho?

Analisar tal decisão envolve caracterizar e comparar os projetos envolvidos, seus objetivos e suas implicações dentro de um projeto educacional, considerando o histórico de descontinuidade das políticas de avaliações externas estaduais e os diferentes objetivos que acabam por modificar sua estrutura ou existência, de acordo com tal projeto. Nessa caracterização e comparação, deve-se abordar:

- os princípios e diretrizes das políticas;
- as dimensões do sistema educacional que cada política se propõe a avaliar;
- os resultados educacionais que estão sendo avaliados e como eles são avaliados.

Desta forma, neste capítulo, será feita uma descrição do caso indicado, a partir de uma pesquisa qualitativa baseada em análises interpretativas de documentos e aplicação de questionários abertos, os quais possibilitam uma maior liberdade aos respondentes. Os questionários foram utilizados com o intuito de coletar informações sobre a estrutura do novo sistema e, também, sobre intenções e percepções não explicitadas nos documentos oficiais divulgados pela SEDUC e na troca de ofícios e manifestações entre SEDUC e CPERS/SINDICATO^{4,5} (enquanto elementos polari-

⁴ Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação

zadores em relação à proposta). Convém ressaltar que a opção pela utilização de questionários em lugar de entrevistas se deu pela impossibilidade de realizar as entrevistas de forma presencial. Assim, a maneira adotada para a coleta de dados permitiu que as respostas fossem fornecidas de forma assíncrona. Entre os limites deste instrumento de coleta de dados, estão a “dificuldade de compreensão da pergunta por parte do respondente quando o pesquisador está ausente” (BONI; QUAREMA, 2005, p. 74), além de impossibilitar “a correção de enganos dos informantes” (BONI; QUAREMA, 2005, p. 75). Para minimizar tais limitações, buscou-se manter contato com as respondentes durante o período de leitura dos questionários, – por ambas as partes – objetivando solucionar eventuais dúvidas. Da análise documental, procurou-se abordar os principais aspectos dos projetos educacionais que abarcam os sistemas avaliativos diretamente abordados aqui: SAERS e SEAP; as estruturas dos dois sistemas, considerados seus contextos políticos e históricos, além dos conflitos advindos das mudanças. A partir disso, organizou-se a descrição do caso em questão em seções, as quais são apresentadas a seguir.

1.1 O sistema avaliativo anterior: SAERS

Diante das considerações apresentadas na introdução deste capítulo, cabe fazer um resgate das principais características do sistema estadual de avaliação anterior – SAERS – considerados seus contextos histórico e político de desenvolvimento, a fim de melhor compreender a perspectiva de mudanças no sistema avaliativo.

A realização de avaliações externas no sistema de ensino do estado do Rio Grande do Sul é prevista na Lei nº 10.576/95, a qual dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público. Em seu artigo 78, a lei prevê que todos os estabelecimentos de ensino da rede pública serão avaliados, anualmente, através de um sistema de avaliação da escola, coordenado e executado pela SEDUC. Mais adiante, em seu artigo 80, a referida lei prevê a divulgação dos resultados da avaliação externa, pela Secretaria de Educação, além de sua comunicação a cada escola da rede pública estadual. De acordo com a lei, os resultados devem servir como base para revalida-

⁵ Inicialmente, através de contato telefônico, uma representante da direção estadual do CPERS/SINDICATO indicou estar disposta a responder o questionário após conversa com os demais membros da direção para elaboração das respostas em conjunto. No entanto, mesmo com novas tentativas de contato, não houve retorno do questionário, e nem dos contatos, por parte do CPERS/SINDICATO.

ção e aperfeiçoamento do Plano Integrado para o próximo ano. A lei da Gestão Democrática do Ensino Público do estado gaúcho foi alterada⁶ pela Lei nº 11.695/01 e, mais recentemente, pela Lei nº 13.990/12, sem, contudo, acarretar modificações na previsão de avaliação externa das escolas. Se, por um lado, não há alteração na previsão de avaliação externa, na Lei 13.990/12, há um fortalecimento da participação do diretor no processo avaliativo. Enquanto na Lei nº 11.695/01 previa-se como atribuição do diretor, em seu artigo 8º, inciso X: “apresentar, anualmente, ao Conselho Escolar os resultados da avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas” (RIO GRANDE DO SUL, 2001) a alteração mais recente reescreve o inciso definindo que o diretor deve “realizar, anualmente, os procedimentos do Sistema Estadual de Avaliação”, apresentando seus resultados, juntamente aos das avaliações interna e externa, ao Conselho Escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

No ano de 1996, foram realizadas avaliações pela Secretaria de Educação do Estado com estudantes da 2ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio. Nos dois anos seguintes as avaliações ocorreram novamente, porém, em parceria com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). Houve a aplicação de testes de Língua Portuguesa, Redação e Matemática para os alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio (RIO GRANDE DO SUL, 2008). De 1999 a 2004 as avaliações externas estaduais foram interrompidas, ocorrendo, em 2005 (Governo Germano Rigotto/PMDB), a primeira aplicação do que viria a ser instituído, mais tarde, como o SAERS. Neste ano de 2005 foram aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática a 4.531 alunos das 223 escolas da rede estadual da 25ª e da 32ª Coordenadoria Regional da Educação (CRE), e a 41.894 alunos de 1.243 escolas de 77 redes municipais de ensino que aderiram ao processo de avaliação. As séries avaliadas foram 2ª e 5ª séries do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. O processo avaliativo de 2005 foi posto em prática através da Fundação CESGRANRIO, a qual fez uso da

⁶ Na Lei 11.695/01, as alterações, em sua maior parte, dizem respeito à eleição de diretores nas escolas estaduais. Já na Lei 13.990/12, além de alterações sobre a eleição de diretores (as quais devem passar a acontecer mediante votação direta na forma de chapas formadas por Diretor e Vice-Diretor – 50% do peso dos votos correspondem a pais/responsáveis e estudantes e 50% a professores e funcionários de escola), há mudanças na administração da escola que passa a ser exercida pela Equipe Diretiva – composta pelo diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico – e pelo Conselho Escolar.

metodologia do SAEB, considerando os seguintes critérios na elaboração das provas objetivas e questionários:

- utilizar como fonte para elaboração dos itens o material didático (como livros e textos regionais) de Língua Portuguesa e Matemática mais utilizados pelos docentes da rede pública municipal e estadual do Rio Grande do Sul, considerando os PNLDs de 2004 e 2005 (esse material foi informado pela comissão organizadora UNDIME/Secretaria Estadual de Educação);
- utilizar os gêneros textuais explicitados no Saeb (Matrizes de Referência), para construir o teste de Língua Portuguesa;
- incluir itens que viabilizassem a comparação dos resultados da 5ª série ou 6º ano do Ensino Fundamental com o SAEB;
- elaborar os questionários com base nos itens dos questionários do Saeb legitimados pela UNDIME/Secretaria Estadual e pelas Secretarias Municipais participantes da avaliação (VERGANI, 2010, p. 37).

O SAERS foi uma iniciativa da SEDUC, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), sendo instituído por meio do Decreto Estadual nº 45.300, de 30 de outubro de 2007 (Governo Yeda Crusius/PSDB), como continuidade do processo iniciado em 2005. A instituição responsável pela realização das provas, de 2007 a 2010, foi o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora. O principal objetivo de retomada do sistema avaliativo era o de obter informações sobre a qualidade do ensino nas escolas da rede pública, urbanas e rurais. Segundo o documento “Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação – SAERS 2008”, tais informações deveriam servir de subsídio para formulação de políticas públicas, estratégias e ações com vistas ao estabelecimento de padrões de qualidade para a educação no estado. Um dos argumentos em defesa da instituição do SAERS, mesmo já havendo a aplicação de avaliações a nível nacional (Prova Brasil e SAEB), foi o fato de que as escolas de pequeno porte, em especial, as municipais e as rurais eram excluídas da avaliação nacional⁷. O mesmo documento explicita a compreensão de qualidade da educação escolar norteadora das ações: “A qualidade da educação consiste na manutenção de um sistema de ensino eficiente no qual os alunos apresentam elevação dos níveis de aprendizagem, indicada por melhor desempenho aliado à melhoria do fluxo escolar” (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 15). Desta forma,

⁷ A Undime estimava que cerca de um terço das escolas municipais não eram avaliadas pela avaliação nacional.

a concepção de qualidade aparece vinculada aos resultados de desempenho em associação ao fluxo escolar, na forma dos índices de aprovação.

Essa retomada de um sistema estadual de avaliação da educação, além de atender ao disposto na Lei nº 10.576/95 (alterada pela Lei 11.695/01) e contemplar a avaliação de escolas de pequeno porte e de escolas rurais, também apresentou como motivação o diagnóstico de que a educação gaúcha vinha perdendo posição⁸ em âmbito nacional, a partir das avaliações que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (DRABACH, 2010). O quadro 1, disponível na página seguinte, apresenta os valores referentes ao IDEB gaúcho entre 2005 e 2009 e as respectivas posições ocupadas no *ranking* em relação aos demais estados brasileiros, explicitando a referida perda de posições entre 2005 e 2007 com posterior ganho, em 2009. Neste ponto, cabe ressaltar que, apesar da perda de posições no ranking, entre 2005 e 2007, o índice do estado do Rio Grande do Sul subiu para os anos iniciais e também para os anos finais do ensino fundamental e se manteve para o ensino médio (nesta etapa o estado não atingiu a meta projetada para 2007), como pode ser visto no quadro 1, a seguir.

⁸ Nas publicações que apresentam declarações e/ou compreensões do então governo a este respeito, não constam preocupações específicas com um ou outro componente do índice, mas sim, um foco no valor do IDEB estadual e sua posição em relação aos demais estados. Além disso, notícia publicada no *site* da SEDUC a respeito da criação do SAERS, informa sobre a primeira reunião realizada para falar sobre a proposta, afirmando que a então secretária Mariza Abreu reuniu “representantes da União Nacional dos Dirigentes da Educação do Rio Grande do Sul (Undime/RS), do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), do Sesi Educação e do Instituto Unibanco” (Notícia publicada em 31/05/2007, às 15h15min, no endereço eletrônico http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=19&ID=2781). Notícias posteriores publicadas também no *site* da SEDUC relatam encontros da Secretária com lideranças empresarias e educacionais (sem referência se de escolas públicas ou privadas) e uma apresentação do SAERS às Coordenadorias Regionais de Educação em junho de 2007.

Quadro 1: IDEB RS e respectivas posições em relação aos estados brasileiros, 2005-2009

Ano	IDEB		Colocação em relação aos demais estados brasileiros
	Etapa Avaliada	Índice obtido	
2005	Anos iniciais EF	4,3	Sexto lugar
	Anos finais EF	3,8	Terceiro Lugar
	Ensino Médio	3,7	Quarto lugar
2007	Anos iniciais EF	4,6	Sexto lugar
	Anos finais EF	3,9	Sétimo lugar
	Ensino Médio	3,7	Sétimo lugar
2009	Anos iniciais EF	4,9	Sexto lugar
	Anos finais EF	4,1	Quarto lugar
	Ensino Médio	3,9	Terceiro lugar (empatado com MG e SP)

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do RS.
Elaboração do quadro: própria.

Neste sentido, o SAERS é implementado como parte de uma série de propostas de mudanças na educação escolar estadual, as quais compunham a agenda “Programa Estruturante Boa Escola Para Todos”. De forma geral, o programa não apresentava ênfase a uma etapa específica da educação básica – apesar da referência na perda de posições no IDEB, o programa não focou, de forma prioritária, a etapa que não atingiu a meta projetada, o ensino médio. Conforme elenca Dabrach (2010), o programa em questão era composto por cinco projetos: Centros de Referência na Educação Profissional; Escola Legal - Manutenção e Ampliação de Espaços Escolares; Professor Nota 10 - Valorização do Magistério; SAERS - Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul; Sala de Aula Digital - Tecnologia da Informação nas Escolas Estaduais.

Conforme notícia publicada no *site* da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul, o programa foi apresentado à sociedade em junho de 2008, sendo que o SAERS já havia sido implementado via decreto no ano anterior. De acordo com a notícia de lançamento, participaram da apresentação diversas autoridades do Governo do Estado e representantes de entidades empresariais e de classe. Ainda conforme as notícias veiculadas no *site* da SEDUC, “O Boa Escola para Todos vem para melhorar a qualidade da educação básica, com redução da repetência e eva-

são e aumento dos níveis de aprendizagem, e expandir e qualificar a educação profissional”, sendo identificado com o Compromisso Todos pela educação e a Agenda 2020 (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2008b). Durante a apresentação do programa na área educacional, a então Secretária de Educação do Estado, Mariza Abreu, explicou que as ações do Programa Boa Escola para todos estavam articuladas e eram complementares umas às outras:

No caso do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado, os dados que foram divulgados recentemente servirão para orientar as capacitações pedagógicas do projeto Professor Nota 10. A mesma avaliação também servirá para verificarmos as condições físicas das escolas e desenvolvermos as obras previstas para o projeto Escola Legal. Tudo está interligado (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2008b).

O esquema representativo⁹ do Programa Estruturante, apresentado durante audiência pública do Senado Federal, em abril de 2010, com a participação do Secretário Adjunto Paulo Rezende, mostra o SAERS como projeto integrante deste programa envolvendo ações de avaliação de rendimento escolar de estudantes dos ensinos fundamental e médio, além de um projeto piloto de alfabetização de crianças de 6 e 7 anos.

Em 2008, segundo notícias do *site* da Secretaria Estadual de Educação, a SEDUC em conjunto com a Undime e o Sinepe/RS, organizou um “cronograma de capacitações voltado para incentivar o aproveitamento dos dados do SAERS na melhoria das práticas pedagógicas”. A intenção seria de estimular os gestores das escolas estaduais, municipais e particulares que participaram da avaliação a utilizarem os boletins do SAERS como diagnóstico para a qualificação do ensino e aprendizagem dos alunos (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2008a). Nesta ocasião, Mariza Abreu explicou que o SAERS deveria servir como ferramenta para orientar os professores sobre as áreas que merecem maior atenção no processo de construção do conhecimento afirmando ainda que “As escolas estão recebendo material de apoio com as médias dos alunos e textos informativos para compreensão dos resultados, visando o aproveitamento disso no dia-a-dia. A partir daí pretendemos elevar os níveis de aprendizagem e a qualidade do ensino no Estado” (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2008a).

⁹ Anexo 1, p. 109 - Apresentação do Programa Estruturante Boa Escola Para Todos.

No material utilizado em reunião com a 4ª Coordenadoria Regional de Educação (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2008c), constavam as seguintes orientações para a análise dos resultados por escola e por grupos de escolas:

Quadro 2: Orientações para a análise dos resultados do SAERS

Orientações para a análise dos resultados por escola:	Orientações para a análise dos resultados por grupos de escolas:
Compare a média de sua escola com outras médias. Como você interpreta o resultado de sua escola? Quais os fatores que podem ter contribuído para esse resultado? Análise a participação de sua escola. Quais fatores contribuíram para esse resultado? Caso você considere esse resultado pouco satisfatório, como modificar essa situação nas próximas avaliações? A partir dos resultados do SAERS de 2007, o que a escola planejou para melhorar a aprendizagem? A escola desenvolveu alguma experiência exitosa? Cite.	Identificação dos fatores que contribuíram para o desempenho do conjunto de escolas (reunidas); Como a escola pode articular seu desempenho com a Proposta Pedagógica, estabelecendo metas e ações.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do RS, 2008c.
Elaboração do quadro: própria.

A matriz do SAERS que passou a ser aplicado a partir de 2007 era inspirada no SAEB/Prova Brasil e ocorria em turmas de 2ª e 5ª séries do ensino fundamental de oito anos ou de 3º e 6º anos do ensino fundamental de nove anos e em turmas de 1º ano do ensino médio. Assim como o SAEB e a Prova Brasil, também avaliava leitura e interpretação de textos em Língua Portuguesa, incluindo o ditado de frases na 2ª série/3º ano, e a resolução de problemas em Matemática; incluía questionários aplicados aos alunos, professores e diretores, visando identificar condições diversas que pudessem interferir no desempenho dos alunos. O quadro 3, na sequência,

mostra a trajetória do SAERS, nos anos de aplicação, no que diz respeito à sua abrangência.

Quadro 3: Trajetória do SAERS – Abrangência

Ano	Escolas da rede estadual avaliadas	Escolas da rede municipal avaliadas	Escolas da rede particular avaliadas	Escolas da rede federal avaliadas	Total de estudantes avaliados
2005	223	1.243	-	-	4.550
2007	Todas	56 municípios	18	1	288.750
2008	2.690	5 municípios	15	1	243.600
2009	2.497	410	20	1	201.100
2010	2.468	323	29	1	351.600

Fonte: Rio Grande do Sul, 2010a.

Cabe ressaltar ainda, alguns elementos que compõem o contexto de implementação e execução do SAERS durante o governo Yeda Crusius (PSDB). Já no ano de 2007, o CPERS/SINDICATO questionava o SAERS, em especial, no que se refere à realização de uma avaliação com objetivos de melhorar a educação, depois de a governadora do estado, Yeda Crusius, “ter promovido o desmonte das escolas estaduais com a enturmação, a multisseriação, o fechamento de bibliotecas e de laboratórios de ciências e de informática e a suspensão de serviços de orientação educacional e de supervisão pedagógica” (CUT NACIONAL, 2007). No mesmo período, a governadora encaminhou à Assembleia projetos solicitando a recontração emergencial de 11.140 professores e de 1.000 técnicos de escola por mais um ano, sendo que, em setembro de 2007, não foi revalidado o concurso público de professores realizado em 2005, e que ainda poderia ser prorrogado por mais dois anos. Tais práticas, fortemente denunciadas pelo CPERS/SINDICATO e movimentos sociais, são citadas também por Drabach (2010, p. 119) que ainda complementa, destacando que “uma das primeiras ações da SEE foi adotar medidas de redução de custos, como por exemplo: redução de 30% nas verbas de autonomia escolar, por um período de três meses, como decorrência da estratégia de gestão do governo para reduzir o déficit do Estado” e que houve a “diminuição do número de professores concursados, através da não reposição das aposentadorias ou exonerações”. Dra-

bach (2010) enfatiza que o projeto educacional deste governo estava atrelado ao ajuste fiscal e a contrapartida ao financiamento do Banco Mundial, com o objetivo de déficit zero atrelado à redução de gastos na área social.

No ano de 2009, Weissheimer¹⁰ apresentou em seu *blog* dados do Ministério da Educação (MEC) os quais indicavam que o Rio Grande do Sul foi o Estado que menos investiu em educação no ano de 2008 (18% do orçamento). Enquanto a Constituição Federal prevê um investimento mínimo de 25% do orçamento em educação, a Constituição do Estado do RS prevê investimento mínimo de 35% do orçamento nesta área, em seu artigo 202. Segundo Weissheimer (2009), “A secretária de Educação Mariza Abreu protestou alegando que o MEC não incluiu os gastos com inativos na rubrica ‘investimentos em educação’”. Nesse sentido, Drabach ressalta declaração da Secretária em que esta afirma que os investimentos no ano de 2008 teriam sido, na realidade, de 25,4% (informação divulgada no jornal Zero Hora, em 01 jul. 2009), o que ainda permanece abaixo do previsto na Constituição Estadual, que é de 35%. Além disso, Weissheimer enfatiza que o fato de estar na lanterna dos Estados que investem em educação, implicaria na impossibilidade do governo Yeda fazer convênios com a União para receber recursos adicionais para a área. Consultando os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE – constata-se que os investimentos do estado gaúcho em educação ficaram abaixo do previsto na Constituição Federal, nos anos de 2008, 2009 e 2010, atingindo índices percentuais¹¹ de 18,44; 20,02 e 19,70, respectivamente. Mesmo que se considerem os pagamentos salariais dos inativos, em nenhum desses anos o estado atingiria os 35% da Constituição Estadual e, ainda assim, manteria-se entre os últimos estados no *ranking* de investimentos em educação. Ao que indicam os dados, esta classificação não preocupava o então governo do estado, que adotava a política do “fazer mais com menos”. Neste sentido, Drabach ressalta que, após mais de 37 anos de crise fiscal, o estado gaúcho, de acordo com os dados do governo Yeda,

[...] recuperou sua capacidade de investimento a partir do alcance do ‘déficit zero’, através da adoção das ‘práticas modernas de gestão’. No entanto, este movimento de recuperação da ‘capacidade’ do Estado vem utilizando como mecanismos a diminuição dos gastos na área social, evidenciando

¹⁰ Marco Aurélio Weissheimer é jornalista da Agência Carta Maior, desde sua criação em 2001.

¹¹ Fonte: SIOPE (<http://www.fnade.gov.br/index.php/siope-relatorios-estaduais>). Acesso em: 31 out. 2011.

que a lógica adotada atende às recomendações do neoliberalismo de Terceira Via (DRABACH, 2010, p. 118).

Recentemente, o jornal *Correio do Povo* divulgou¹² dados apresentados pela atual Secretária Adjunta de Educação do Estado do RS, Maria Eulália Nascimento, durante o seminário que debateu o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na Assembleia Legislativa, de que o estado teria deixado de investir R\$4 bilhões em educação, durante os quatro anos de governo Yeda Crusius.

Uma crítica direta ao SAERS, diz respeito a uma falta de comprometimento do Poder Público Estadual quanto aos resultados educacionais dos estudantes, com sobrecarga de responsabilidade aos professores e escolas. Isso, por sua vez, contraria os próprios objetivos de revisão e adoção de novas políticas públicas em educação a partir dos resultados do SAERS, já comentados anteriormente. A enturmação era abertamente defendida¹³ pela secretária de educação Mariza Abreu como forma de otimização de recursos humanos e financeiros que não impactaria a qualidade da educação. Por outro lado, o CPERS/SINDICATO acusava que a medida não respeita as diferenças e os ritmos de aprendizagem, descaracterizando o processo pedagógico, e que tal atitude apenas reforçava suas denúncias sobre a falta de profissionais e investimento na educação estadual gaúcha (SINETA, 2007).

1.2. O novo sistema avaliativo: SEAP-RS

Segundo notícias veiculadas nos mais diversos jornais, *blog's* da *internet* e no próprio *site* da SEDUC (desde o dia 28 de setembro de 2011) o Governo do Estado estaria concluindo, para publicação até outubro de 2011, o decreto que instituiria o SEAP-RS e extinguiria o SAERS. De acordo com as informações e declarações noticiadas, o SEAP-RS envolve a avaliação de todo o sistema de educação (escolas,

¹² RS deixou de investir R\$ 4 bi em educação. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 set. 2011, Ensino, ano 116, n.363. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=363&Caderno=0&Noticia=342195>. Acesso em 31 out. 2011.

¹³ Tal defesa ocorreu em Audiência Pública, realizada em agosto de 2007, na Assembléia Legislativa do RS. A audiência foi proposta pelos deputados Raul Carrion (PCdoB) e Miki Breier (PSB). Na ocasião, a então Secretária de Educação, Mariza Abreu, afirmou que “O número de horas aulas é que reflete o nível de aprendizagem”. Mariza Abreu ainda rebateu as críticas da “enturmação”, afirmando “que uma turma maior exige mais do professor. ‘Talvez este seja o problema, pois o docente precisa ter gestão da classe para poder exercer sua autoridade’” (Notícia publica em 29/08/2007, às 8h55min. Por Daniela Bordinhão. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/dep/site/materia_antiga.asp?txtID_Materia=182784&txtIDDep=94)

CRE's e SEDUC), “articulando-se com a trajetória dos alunos e com a avaliação de professores” (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2011a). Segundo informação da SEDUC, o SEAP-RS deve contribuir para “garantir a todos uma educação de qualidade com cidadania” e sua publicação até 15 de outubro de 2011 permitiria que fosse utilizado para a avaliação do período 15 de outubro de 2011 a 14 de outubro de 2012. No entanto, a publicação do decreto foi adiada tendo a vista as cobranças do CPERS/SINDICATO por maiores discussões sobre a proposta já que a mesma está vinculada aos critérios de avaliação por merecimento para avanço dentro do plano de carreira de professores. A posição de adiamento da publicação do decreto pela SEDUC foi firmada em ofício enviado ao CPERS/SINDICATO em 29 de setembro de 2011, no qual constam os seguintes posicionamentos do Governo do Estado, por meio da SEDUC:

1. Aceitamos estabelecer o tempo solicitado para a discussão sobre os critérios de avaliação, para fins de promoção, dos membros do magistério público estadual.
2. Daremos prosseguimento apenas à avaliação qualitativa e coletiva do Sistema, ou seja, escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e SEDUC.
3. Revogaremos o Decreto de avaliação quantitativa instituída pelo SAERS.
4. Assumimos o compromisso de não publicar o Decreto referente à avaliação por merecimento dos professores e especialistas de educação, antes da finalização do processo de discussão acordado (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2011c, p. 1).

O ofício ainda reafirma posições anteriormente destacadas em declarações do Governador do Estado e do Secretário Estadual de Educação:

O Governo do Estado reafirma que o Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa não contém – por contraposição à política deste Governo - qualquer elemento das concepções enunciadas abaixo:

- a) instituição de meritocracia;
- b) bonificações;
- c) vinculação entre o desempenho de alunos com a avaliação individual dos professores para fins de promoção;
- d) pagamento de salários por produtividade;
- e) estabelecimento de competição e ranqueamento entre professores e escolas (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2011c, p. 2).

O decreto que institui o SEAP-RS (Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011) foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul no dia 29 de dezembro de 2011, enfatizando a “necessidade de implementar um Sistema Esta-

dual de Avaliação único, envolvendo processos institucionais, indicadores e descrições previamente estabelecidos”.

Quanto ao seu desenho, o SEAP-RS é composto por cinco cadernos orientadores de avaliação (três dirigidos às instituições – escolas, CRE's e órgão central; um caderno direcionado para a avaliação individual de desempenho do estudante e um caderno de orientação para elaboração da avaliação institucional) e se divide em três pilares: diagnóstico, análise institucional (escolas, CRE's e Órgão Central) e análise de indivíduos. Juntamente com os cadernos do SEAP-RS, foram divulgados os três cadernos de avaliação referentes à integração do Sistema Estadual de Avaliação dos Membros do Magistério Público Estadual/RS com a avaliação do sistema de ensino gaúcho: avaliação de docentes, professores e especialistas¹⁴, diretores e vice-diretores de escolas¹⁵. Conforme notícia disponível no *site* da Secretaria de Educação, Azevedo, atual Secretário Estadual de Educação, afirma que “No todo, a avaliação permitirá diferentes olhares sobre problemas e avanços da rede, possibilitando o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, ações e projetos” (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2011a). A mesma notícia apresenta a caracterização, pela SEDUC, das duas últimas etapas do novo sistema avaliativo. A primeira, Avaliação Institucional, deve servir para avaliar escolas e SEDUC (Coordenadorias e órgão central) através de seis dimensões¹⁶ (Gestão Institucional; ambiente físico; organização e ambiente educativo de trabalho; condições de acesso, permanência e sucesso na escola; formação dos profissionais da educação; práticas pedagógicas e de avaliação). As dimensões geram 50 indicadores e estes, por sua vez, os descritores. No documento que apresenta a estrutura do SEAP-RS (RIO GRANDE DO SUL, 2011e), as dimensões, os indicadores e os descritores são definidos como elementos importantes de determinada realidade e que ajudam na visão diagnóstica. O conjunto dos indicadores apresenta algumas variações de acordo

¹⁴“Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por: [...] IV - Especialista de Educação o membro do Magistério que, tendo exercido a docência durante, no mínimo, três anos e possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de administração, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento psicológico aos campos educacional e clínico, inspeção, supervisão e outras similares no campo da educação” (RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/magist_estatuto.jsp. Acesso em: mai. 2012)

¹⁵ Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=9665. Publicado em: 24/08/2012 – 13h39min. Acesso em 25/08/2012, 14h02min.

¹⁶ O documento de apresentação do SEAP-RS (RIO GRANDE DO SUL, 2011e), trás nove dimensões. No entanto, notícias mais recentes do *site* da SEDUC trazem algumas dimensões agrupadas, totalizando seis e apresentando o detalhamento dos indicadores para essas dimensões. Portanto, neste trabalho, optou-se por trabalhar com as seis dimensões.

com a esfera que está sendo avaliada, embora as dimensões avaliadas sejam as mesmas para escolas, CRE's e SEDUC. Na página seguinte, o quadro 4 indica os principais aspectos gerais avaliados nas instituições – escola, CRE e SEDUC – de acordo com o SEAP-RS. O detalhamento dos indicadores para cada dimensão, em cada uma das esferas avaliadas, pode ser verificado nos quadros disponíveis nos anexos 2, 3 e 4 (p. 110; 113; 117, respectivamente).

Quadro 4: Principais aspectos avaliados na etapa institucional – SEAP-RS

1	Ambiente de trabalho	Relações e solidariedade; Prazer pelo ambiente de trabalho; Respeito ao outro; Combate à discriminação; Princípios de convivência; Respeito aos direitos das crianças e adolescentes.
2	Práticas Pedagógicas	PPP conhecida e definida por todos; Planejamento e material didático; Processo de ensino contextualizado; Variedades das estratégias e recursos de ensino; Incentivo a autonomia; Incentivo ao trabalho coletivo; Práticas de inclusão.
3	Práticas de Avaliação	Monitoramento do processo de aprendizagem; Mecanismos de apoio no percurso escolar dos alunos; Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem; Avaliação do trabalho dos profissionais da instituição; Interpretação e uso dos indicadores oficiais de avaliação e dos resultados específicos da Instituição.
4	Gestão Institucional	Socialização da informação; Atuação do conselho escolar; Participação dos alunos, pais, funcionários e professores; Parcerias locais e Estabelecimento de Redes; Tratamento aos conflitos que ocorrem no cotidiano da Instituição; Participação da Instituição em programas e/ou projetos de qualificação da educação.
5	Formação	Formação Inicial; Formação Continuada.
6	Condições de trabalho	Suficiência da equipe de trabalho; Assiduidade e Estabilidade dos profissionais; Acesso e uso de Tecnologias da Informação; Alimentação; Calendário escolar; Ruídos e sons.
7	Ambiente físico da Instituição	Instalações físicas gerais; Equipamentos; Pátio escolar; Espaço para prática de esporte; Sala de aula; Pintura; Laboratórios e Bibliotecas; Plantas, árvores, flores; Tratamento do lixo; Acessibilidade; Prédio e salas.
8	Acesso, permanência e sucesso na escola	Frequência dos alunos (números de faltas); Abandono e evasão; Apoio aos alunos com defasagem e dificuldade de aprendizagem; Atenção às famílias dos alunos.
9	SEDUC e CRE	Programas e Projetos; Comunicação e atendimento as necessidades das escolas e comunidades; Plano e Política Educacional.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2011e.
Elaboração do quadro: própria.

As planilhas de avaliação das dimensões e respectivos indicadores são semi-estruturadas, exigindo justificativa para a pontuação indicada, conforme exemplo a seguir:

Figura 1: Exemplo de Pontuação e justificação dos indicadores do SEAP-RS

Dimensão 4: Gestão Escolar							
Indicador	Descritor	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
21 Participação dos alunos, pais, funcionários e professores.	5. Existe participação atuante e efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, com uma grande mobilização e adesão.						
	4. Existe participação sistemática, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar, embora atuantes.						
	3. Existe participação, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar mobilizados por convites e/ou convocações e são pouco atuantes.						
	2. Não existe participação de todos os segmentos da comunidade escolar, sendo em geral restrita apenas ao segmento que mantém vínculo empregatício com o Estado.						
	1. Não existe participação dos segmentos da comunidade escolar.						
JUSTIFICATIVA:							

Fonte: Rio Grande do Sul, 2011e, p. 8

A referida etapa institucional da avaliação está prevista em fases que ocorrem em diferentes níveis, conforme descrito no quadro 5, na página seguinte:

Quadro 5: Fases da etapa de Avaliação Institucional – SEAP-RS

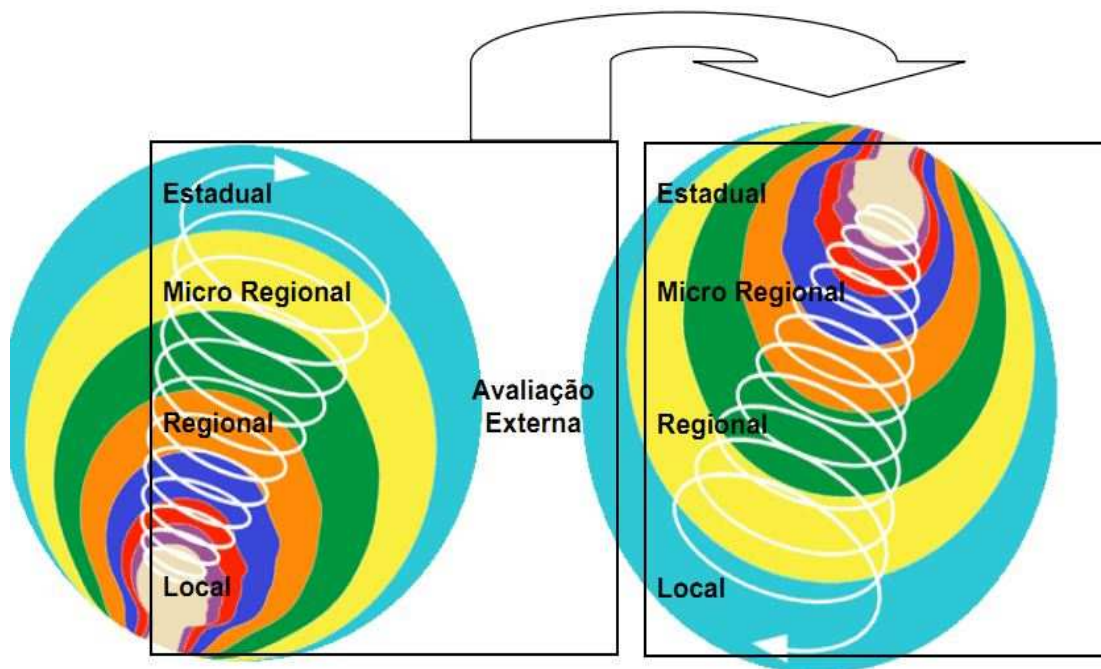
Fases	Descrição
Fase Local	Compreende a formação de um grupo de avaliação participativa, composto por representantes dos segmentos escolares. Este grupo será responsável por coordenar e mobilizar o processo de avaliação institucional na escola. O grupo deve enviar para a CRE o resultado das reuniões avaliativas (as quais devem ser formalmente realizadas). Nas escolas em que exista Conselho Escolar, ele será o responsável por esta fase.
Fase Regional	As CRE's organizam e indicam seu grupo de acompanhamento da avaliação para que este acompanhe as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, além de realizar a avaliação institucional da CRE e de organizar os resultados regionais e encaminhar para a SEDUC.
Fase Estadual	Ocorre a partir da SEDUC que também formará seu grupo de acompanhamento. Tal grupo terá a responsabilidade monitorar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, nas CRE's, além de coordenar a avaliação dentro do órgão central e de enviar à Universidade para realização da interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.
Fase de Avaliação Externa	Fase em que os dados das fases anteriores são enviados às Universidades parceiras para interpretação dos resultados.

Fonte: Rio Grande do Sul, 2011e, p.10

Elaboração do quadro: própria

A figura 2, na página seguinte, apresenta esquema representativo da metodologia prevista na realização das fases, indicando a ideia de um caminho de ida e vinda entre as fases de avaliação, partindo do local – escola – e retornando para ele após a última fase – a de avaliação externa. O documento que caracteriza o novo sistema avaliativo enfatiza que o movimento indicado na figura “supõe o reconhecimento da diversidade de pontos de vista, que podem advir criador”, além de “questionamento dos resultados a partir de diferentes perspectivas e lógicas” (RIO GRANDE DO SUL, 2011e, p. 9).

Figura 2: Esquema representativo da metodologia das fases do SEAP-RS



Fonte: Rio Grande do Sul, 2011e, p. 9.

Para o ano de 2012, o desenvolvimento da avaliação institucional está previsto para ocorrer entre os meses de outubro e dezembro¹⁷ e será dividido em dois momentos. Segundo informações disponíveis no *site*¹⁸ da SEDUC, na segunda quinzena de outubro deve ocorrer o diagnóstico da rede, nas diferentes instâncias. Já a realização da avaliação institucional e envio dos dados através do SIMEC/RS (Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação), está previsto para ser concluído até o mês de dezembro. O primeiro momento, de diagnóstico, deve ser realizado considerando as dimensões contidas no caderno correspondente à instituição em questão (escola, CRE ou SEDUC). No segundo momento, que deve ocorrer entre novembro e dezembro, devem acontecer a mobilização dos segmentos e discussão das dimensões para avaliação e lançamento dos dados no sistema informatizado.

A segunda etapa do sistema de avaliação, a Avaliação Individual, envolve a avaliação dos professores vinculada à progressão do plano de carreira, como já foi comentado anteriormente. O percurso individual conta com 20 indicadores, com cinco descritores cada, totalizando 100 descritores. O quadro 6 a seguir apresenta os

¹⁷ Anexos 5, 6 e 7 – p. 121, 122, e 123.

¹⁸ Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=9665. Publicado em: 24/08/2012, 13h39min. Acesso em: 25/08/2012, 14h02min.

indicadores considerados para a avaliação do percurso individual de professores atuantes em sala de aula (referido como docentes nos cadernos de avaliação), de professores e especialistas de apoio pedagógico (supervisão escolar, orientação educacional, atendimento educacional especializado, biblioteca, secretaria de escola, CRE e SEDUC, etc), e de diretores e vice-diretores.

Quadro 6: Indicadores avaliados no percurso individual
dos membros do magistério - SEAP-RS

Docentes	Professores e Especialistas de apoio pedagógico	Diretores e Vice-diretores
• Realiza planejamento cotidiano articulado ao PPP e ao Plano de Estudos da escola; • Mantém boas práticas de cooperação nas atividades da escola; • Compatibiliza sua prática com o que preconiza o ECA; • Organiza e estabelece ambiente favorável ao ensino e à aprendizagem; • Utiliza variedades de estratégias e recursos de ensino em sala de aula; • Tem iniciativa na adoção de estratégias de apoio para lidar com a diversidade na escola, promovendo acolhimento e inclusão; • Desenvolve práticas interdisciplinares; • Estimula os alunos à leitura; • Estimula a participação e o trabalho coletivo dos alunos, pais, funcionários e professores; • Elabora plano de trabalho específico para estudos de recuperação utilizando estratégias pedagógicas diferenciadas; • Atualiza sua prática pedagógica, evidenciando um ensino contextualizado;	• Elabora e monitora planejamento da função desempenhada pautado pelo compromisso com a aprendizagem dos alunos; • Colabora com os professores atuantes em sala de aula na realização de estudos recuperação dos alunos, nos aspectos relacionados à função desempenhada; • Compatibiliza sua prática com o que preconiza o ECA¹⁹; • Utiliza variedades de estratégias e recursos para o apoio ao trabalho de sala de aula e demais setores da escola; • Tem iniciativa na adoção de estratégias de apoio para lidar com a diversidade na escola, promovendo acolhimento e inclusão; • Estimula e propõe práticas interdisciplinares; • Estimula os segmentos da comunidade escolar à leitura; • Estimula a participação e o trabalho coletivo dos alunos, pais, funcionários e professores; • Assessora os profissionais da escola nos aspectos relacionados à função desempenhada;	• Elabora e monitora o planejamento de gestão pautado pelo compromisso com a aprendizagem dos alunos; • Elabora plano de trabalho da gestão articulado ao PPP da escola; • Atende às necessidades de conservação física da escola; • Tem conhecimento e cumpre o disposto na legislação estadual e federal específica; • Compatibiliza sua prática com o que preconiza o ECA; • Organiza, promove e estabelece ambiente favorável ao ensino e à aprendizagem; • Utiliza variedades de estratégias e recursos para o apoio ao trabalho de sala de aula e demais setores da escola; • Tem iniciativa na adoção de estratégias de apoio para lidar com a diversidade na escola, promovendo acolhimento e inclusão; • Socializa informações oriundas da CRE/SEDUC/MEC com todos os segmentos da comunidade escolar; • Orienta que prevaleçam os aspectos qualitativos sobre

¹⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente.

• Monitora o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos procurando alternativas pedagógicas que superem problemas de aprendizagem; • Faz com que prevaleçam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos nas avaliações de aprendizagem dos alunos; • Participa das atividades e reuniões da escola e da mantenedora; • Contribui com a gestão escolar; • Realiza atualização e aperfeiçoamento na área de atuação; • Publica trabalhos que trazem contribuições ao campo educacional; • Usa os indicadores oficiais (SAEB e IDEB) e os resultados das avaliações dos alunos no planejamento; • É assíduo e pontual no trabalho.	• Monitora o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos procurando alternativas pedagógicas que superem problemas de aprendizagem; • Defende que prevaleçam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos nas avaliações de aprendizagem dos alunos; • Contribui na mediação de conflitos e na gestão escolar; • Participa das atividades e reuniões da escola e da mantenedora; • Realiza atualização e aperfeiçoamento na área de atuação; • Publica trabalhos que trazem contribuições ao campo educacional; • Usa os indicadores oficiais (SAEB e IDEB) e os resultados das avaliações dos alunos no planejamento; • É assíduo e pontual no trabalho.	os quantitativos nas avaliações de aprendizagem dos alunos; • Estimula e propõe práticas interdisciplinares; • Gerencia de forma pedagógica os conflitos do cotidiano escolar; • Participa das atividades e reuniões da escola e da mantenedora; • Realiza atualização e aperfeiçoamento na área de atuação; • Publica trabalhos que trazem contribuições ao campo educacional; • Usa os indicadores oficiais (SAEB e IDEB) e os resultados das avaliações dos alunos no planejamento; • É assíduo e pontual no trabalho.
--	--	--

Fonte: Rio Grande do Sul, 2012a, 2012b, 2012c.

Elaboração do quadro: própria

Tais indicadores dizem respeito ao critério E3, categoria “Avaliação do trabalho docente e/ou técnico administrativo-pedagógico pela Comissão da Escola”, dos critérios de progressão na carreira dos membros do magistério estadual - este item apresenta peso 3 na promoção, sendo o peso máximo 5 (RIO GRANDE DO SUL, 2011b). Conforme as orientações presentes nos cadernos de avaliação, a pontuação a cada membro do magistério de acordo com o roteiro de indicadores, deve ser atribuída pela Comissão de Avaliação da Escola, na presença do membro avaliado. Além disso, o SEAP-RS aparece no critério E2 da promoção por merecimento dos membros do magistério do Rio Grande do Sul, no que se refere à cooperação na realização das etapas do sistema avaliativo – este item apresenta peso 4 na promoção (RIO GRANDE DO SUL, 2011b).

No que diz respeito à avaliação dos estudantes²⁰, o SEAP-RS é declarado, como já ocorria com o SAERS, uma complementação ao sistema de avaliação nacional. A diferença se dá na previsão de aplicação de provas nas quatro áreas do conhecimento que embasarão o novo ensino médio - linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Esta etapa esteve suspensa até a publicação do decreto²¹ devido ao período de discussão concedido ao CPERS/SINDICATO, conforme declaração apresentada em ofício pela SEDUC.

Em um dos documentos analisados ainda consta que, a partir do SEAP-RS, pretende-se “construir diagnóstico que permita compreender e decifrar aquilo que está além do que o IDEB tem mostrado sobre a realidade do Estado e, com isto, ultrapassar o limite da quantificação da escola pública”. Isso seria obtido a partir de “um olhar detalhado do que ocorre no interior da rede estadual de educação considerando suas diferentes instâncias [...], características e necessidades, os pontos de vista sobre o desempenho obtido e as condições que provocaram um determinado resultado” (RIO GRANDE DO SUL, 2011e, p. 1). Este documento, ao afirmar que o SEAP-RS possibilita um percurso de análise que visa “‘desnudar’ o que está por trás dos dados camuflados por percentuais que banalizam a complexidade do trabalho educativo de quem ‘professa’, cotidianamente, na escola”, apresenta como objetivos específicos:

- a) Estabelecer um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado.
- b) Propiciar às escolas estaduais, CREs e SEDUC uma base técnica de perspectiva participativa na realização de avaliação institucional com vistas às reorganizações periódicas a fim de superar as limitações constatadas (RIO GRANDE DO SUL, 2011e, p. 3).

Na seção que segue, são apresentados os resultados da aplicação dos questionários e da consulta aos documentos e declarações do CPERS/SINDICATO e SEDUC.

²⁰ O caderno referente à avaliação do desempenho individual dos estudantes não foi divulgado até o fechamento desta dissertação.

²¹ Por esse motivo, o primeiro documento publicado apresenta apenas a estrutura da fase de avaliação institucional.

1.3 Entrevistas: SEDUC e CPERS/SINDICATO

O primeiro questionário aplicado contou com a participação da Assessora Técnica do Departamento Pedagógico da SEDUC que está trabalhando diretamente no processo de elaboração e implementação do SEAP-RS. Optou-se por trabalhar com o questionário aberto, para que o respondente tivesse maior liberdade para expressar suas respostas. A aplicação do questionário se deu de forma assíncrona, através de contatos via correio eletrônico, devido à impossibilidade de realização de entrevista de forma presencial ou síncrona à distância. O segundo questionário foi enviado a uma representante da direção estadual do CPERS/SINDICATO e sua elaboração e aplicação seguiu os moldes do primeiro questionário. No entanto, não houve retorno deste questionário e a análise do posicionamento do CPERS/SINDICATO ficou restrita aos documentos e declarações publicadas.

Segundo a assessora da SEDUC, as mudanças no sistema avaliativo se devem, em parte, pelo fato de que o “Sistema anterior - SAERS - só replicava as avaliações nacionais, em outras séries/anos” sendo que a mesma caracteriza o SEAP-RS como um sistema de avaliação inovador, no qual os sujeitos envolvidos são avaliados e avaliadores, ao mesmo tempo. Por esse motivo, a assessora afirma que o SEAP-RS é uma ferramenta de gestão que vai além da avaliação, buscando incidir na realidade local. O documento que apresenta o novo sistema avaliativo enfatiza a compreensão de que

[...] é a avaliação institucional Participativa e não a avaliação individual que fornecerá as informações necessárias na mudança de rumo da educação pública estadual, posto que as avaliações individuais já sejam aplicadas por meio das provas de cunho nacional que são a base para as estatísticas oficiais. **Não há por que nem se justifica o Estado investir retrabalho naquilo que já é feito nacionalmente** (RIO GRANDE DO SUL, 2011e, p. 2, grifo nosso).

Quando questionada sobre a possibilidade de intervenções nas escolas a partir do diagnóstico do novo sistema avaliativo, a Assessora Técnica enfatizou o conteúdo pedagógico do processo em que cada escola, através de uma ferramenta *online*²², poderá fazer seu próprio diagnóstico a partir de seus indicadores – taxas de aproveitamento, evasão, etc., e, após este processo, deverá fazer a sua avaliação

²² A ferramenta está disponível para acesso experimental, desde o dia 23 de agosto de 2012, no endereço eletrônico <http://eap.hml.rs.gov.br/cte/login.php>, através do SIMEC/RS – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação.

institucional a partir de dimensões, indicadores e descritores. Segundo a entrevistada, citando o documento base do novo sistema avaliativo, o

[...] conhecimento prévio das dimensões, dos indicadores e dos descritores permitirá a reflexão e análise do fazer escolar e possibilitará a reorganização e ressignificação da prática de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, a fim de estabelecer novos procedimentos, planejamentos, avaliação e monitoramento de ações, em outra cultura pedagógica na escola com a finalidade de garantir uma educação de qualidade com cidadania para todos (ASSESSORA TÉCNICA DA SEDUC. Questionário respondido em 06 de dezembro de 2011).

A resposta indica que a intenção seria de que o processo de intervenção para possíveis mudanças de práticas ocorra da escola para ela mesma a partir de uma avaliação interna. No entanto, isso não exclui a avaliação externa, a qual se constituirá como uma das fases do processo avaliativo e será executada por Instituições de Ensino Superior parceiras que acompanharão o processo e realizarão a interpretação externa dos dados produzidos nas demais fases: fase local, fase regional e fase estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2011e), as quais foram detalhadas anteriormente.

Sobre as formas de participação dos segmentos escolares, nas etapas da avaliação, a assessora explica que em todas as suas fases, o processo avaliativo será encaminhado pelos quatro segmentos que compõem a comunidade escolar, fazendo referência ao previsto na Lei de Gestão Democrática (professores, funcionários, pais e estudantes). Ainda complementa que o governo está trabalhando com a ideia de participação universal, com estímulo à participação da comunidade, visto que o “processo de avaliação institucional parte da realidade da escola e, portanto, não se constitui num processo de disputa”. Também reforça que, apesar das ideias já destacadas, as linhas gerais serão definidas a partir da experiência prática, com o sistema avaliativo sendo, ele próprio, avaliado e ajustado ao longo do processo, de forma a qualificá-lo. Ela enfatiza “Não se quer um sistema pronto e acabado”.

Com relação à vinculação do novo sistema avaliativo ao avanço por merecimento no plano de carreira dos professores, a assessora afirmou que há vinculação, porém, sobre a forma como esta vinculação estava prevista²³, respondeu apenas que “O SEAAP-RS é um sistema que articula dois processos: o institucional e a ava-

²³ À época da aplicação do questionário, o decreto com os novos critérios para progressão por merecimento na carreira para os membros do magistério do Rio Grande do Sul ainda não havia sido publicado, bem como os cadernos orientadores que explicitam os indicadores considerados na avaliação do percurso individual de docentes, professores e especialistas e diretores e vice-diretores no SEAP-RS, só vieram a ser publicados recentemente, em outubro de 2012.

liação individual – alicerçados no mesmo conjunto de princípios, diretrizes e objetivos”. A mudança nos critérios de pontuação para avanço na carreira por merecimento, que centra a progressão dos professores na formação inicial e continuada²⁴ (entre outros aspectos que serão discutidos quando da comparação entre os dois sistemas, no capítulo 2), está sendo alvo de duras críticas por parte do CPERS/SINDICATO, o qual acusa o governo de desconsiderar as diferenças de acesso à formação inicial e continuada no estado do Rio Grande do Sul. A atual secretária adjunta da SEDUC, Maria Eulália Nascimento, por sua vez, destaca que os novos critérios para promoção de professores e especialistas visam estimular a qualificação dos membros do magistério e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de educação da rede estadual e valorizar profissionais que se destacam: “Professores e especialistas serão valorizados pela produção intelectual e reconhecimento público do trabalho, seja na atividade docente, seja em atividade de gestão” (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2011a).

Antes da apresentação da proposta ao CPERS/SINDICATO, o jornal de circulação estadual *Correio do Povo*, publicou²⁵ declarações da presidente do sindicato, Rejane de Oliveira, contrárias ao novo sistema de avaliação do estado. Segundo o jornal, para Rejane de Oliveira, a criação do SEAP-RS é uma tentativa de repassar para os trabalhadores uma responsabilidade que é do poder público. No jornal, consta declaração de Rejane, afirmando que “A falta de investimento na Escola pública é a grande causadora da questão do desempenho, assim como a evasão Escolar”. Ela ainda destaca que “a proposta do governo estadual traz para o Magistério características fundantes da meritocracia no Ensino público”. Após a apresentação da proposta para o sindicato, realizada em 13 de outubro de 2011 pelo Secretário de Educação, Jose Clovis Azevedo, o sindicato publicou seu posicionamento, sob o título “Análise sobre a proposta de alteração dos critérios para as promoções dos membros do magistério público estadual apresentada pelo Governo Tarso Genro”. Nessa análise, o CPERS/SINDICATO critica a ênfase na qualificação do professor,

²⁴ A pontuação para promoção de professores e especialistas em educação por merecimento passa a ter centralidade na formação inicial e continuada, sendo que, dos atuais 13,47% da pontuação para formação, pela nova proposta, passa-se para 64,86%, implicando na alteração do Decreto 34.823/93, o qual regulamenta as promoções do Magistério Público Estadual. (Informação publicada em 28/09/2011, às 17h, no endereço eletrônico da SEDUC: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=3&ID=7525)

²⁵ PROPOSTA prevê mudança na avaliação. **Correio do Povo**. Ano 116 Nº 365, Porto Alegre, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=365&Caderno=0&Noticia=342890>

com base em sua trajetória acadêmica e participação em seminários e cursos, justificando que as condições de acesso à formação continuada são bastante distintas nas regiões do estado gaúcho e, ainda, que estaria sobrepondo a rotina escolar e o desempenho diário do professor. Além disso, o documento ressalta que, em relação à avaliação do professor prevista no SEAP-RS,

[...] pode-se prever perigoso precedente autorizador ao Governo em demitir os educadores que não atinjam as notas e o desempenho buscado. Tal avaliação, ao não ser padronizada, terá carga por demais subjetiva, em conflito com o princípio da pessoalidade, abrindo chance à perseguição política. Por outro lado, sendo a avaliação padronizada, não levará em conta as diferenças sociais dos professores e os próprios ambientes proporcionados as suas funções, como as condições financeiras da escola e da própria realidade econômica da região na qual se insere (CPERS/SINDICATO, 2011a).

Em resposta a manifestação do sindicato, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, publicou notícia em seu site, intitulada “Proposta de alteração dos critérios de avaliação para promoção dos professores: esclarecimentos necessários”, afirmando compromisso em valorizar e estimular a promoção de cursos de formação continuada, nos horários de hora-atividade dos professores, pelas CRE’s e pelo próprio sindicato. O documento ainda enfatiza que

É preciso, ainda, esclarecer que a iniciativa da institucionalização do Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa (SEAAP-RS) não é um procedimento isolado na escola. Ela integra um processo amplo de avaliação institucional articulada com os sujeitos fundamentais da escola e das instituições gestoras (CREs e Seduc). Até o momento há avaliação de desempenho de alunos e professores. O trabalho das instituições gestoras não era avaliado e ficava sem estabelecer relação com a realidade das escolas, alunos e professores, tanto no que se refere às condições de trabalho como aos aspectos pedagógicos. Da mesma forma, as boas práticas educativas realizadas nas escolas, fruto da seriedade e comprometimento dos professores e direções para garantir um trabalho de qualidade, apesar das dificuldades, não apareciam, não repercutiam positivamente na carreira e não eram publicamente reconhecidas pela sociedade e pelos governos. Isso deverá mudar a partir de agora. Também vale salientar o sentido pedagógico desse processo, pois o conhecimento prévio das dimensões, indicadores e descritores pelos quais se assentará o SEAAP-RS permitirá a reflexão e análise do fazer educativo, possibilitando que a prática seja reorganizada e ressignificada, a fim de estabelecer novos procedimentos, planejamentos e ações em outra cultura pedagógica na escola e em toda a estrutura da rede estadual de ensino, com a finalidade de garantir uma EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM CIDADANIA PARA TODOS (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2011b).

Importante ressaltar que, no ano de 2010, durante sua campanha eleitoral para o governo do Estado, Tarso Genro (PT) comprometeu-se, por meio de carta-compromisso firmada com o CPERS/SINDICATO, em não estabelecer “a política de diferenciar salário dos trabalhadores em educação a partir da verificação de resultados” ou “promover a competição entre professores e entre escolas” e, ainda, posicionou-se contra a chamada “meritocracia” e ao “atual modelo de avaliação proposto pelo governo estadual, que tem uma concepção mercadológica e como referência a lógica neoliberal da busca do lucro da competição” (SINETA, 2010). Depois de eleito, o governo de Tarso Genro suspendeu a realização de um novo ciclo do SAERS reafirmando posição declarada durante a campanha eleitoral, “contrária à meritocracia e ao modelo de avaliação efetivado por meio do Saers, que já foi extinto devido à sua concepção mercadológica no ideário neoliberal” (CPERS/SINDICATO, 2010, p. 4). No documento-proposta enviado ao CPERS/SINDICATO, em 16 de março de 2011, em resposta a uma pauta de reivindicações, o Governo do Estado manifesta defesa de uma avaliação que

[...] é fruto de um processo institucional e participativo centrada na escola, ocorrendo em todos os níveis e modalidades inclusive na secretaria e nas coordenadorias regionais, validado por meio do acompanhamento de especialistas das universidades gaúchas e do próprio MEC, em todas as etapas do processo. [...]. O resultado será diagnóstico para a busca de soluções e levantamento de práticas educativas positivas e bem sucedidas, assim como possibilitará a interpretação do IDEB das escolas. Não será vinculada a nenhuma punição ou premiação por desempenho (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, p. 1).

Um pouco antes disso, o Secretário de Estado de Educação, José Clovis de Azevedo, informou, durante reunião com as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), em fevereiro de 2011, que “não é possível falar em avaliação da educação integral apenas com avaliações nas disciplinas de matemática e português, é preciso uma avaliação qualitativa”.

O que foi exposto, até o momento, indica que a criação de um novo sistema de avaliação é motivada por elementos que envolvem uma mudança na cultura de avaliação, na forma como ela é encarada pelos sujeitos envolvidos e suas implicações na escola em termos de concepções, além do fato de que, na perspectiva da atual gestão, o sistema anterior – SAERS – não trazia novos elementos em relação à avaliação nacional – SAEB (isso pode ser percebido na motivação apontada pela

assessora entrevistada, em resposta ao questionário, além de figurar, também, no documento que apresenta a estrutura do novo sistema).

Além da suspensão do SAERS, estão em andamento outros projetos relacionados que a SEDUC vem implantando – alguns discutidos no segundo semestre de 2011. Entre tais projetos constam a realização de um concurso público para contratação de professores em caráter efetivo (o último foi realizado em 2005), regulamentação das horas-atividade²⁶, adoção de critérios de avaliação por merecimento para avanço dentro do plano de carreira (como já mencionado, em associação ao SEAP-RS), debate sobre o novo currículo do ensino médio, além do foco de estudo desta pesquisa – a criação de um novo sistema de avaliação para o estado gaúcho. Embora a assessoria afirme, no questionário, que não há relação direta entre as mudanças no ensino médio e o novo sistema de avaliação, é importante considerar o contexto de reformas no qual a educação gaúcha está inserida. A necessidade de uma reestruturação curricular do ensino médio, de acordo com declarações da Secretária Adjunta de Educação do RS, Maria Eulália Nascimento, publicadas em jornais como Zero Hora²⁷ e Jornal do Comércio²⁸, se dá pelos preocupantes índices de evasão e reprovação, nesta etapa da educação básica, no estado – 13% dos estudantes abandonam os bancos escolares, em especial, no 1º ano; 22% reprovam de ano; 30% estão em defasagem idade-série e cerca de 84 mil jovens com idade entre 15 e 17 anos estão longe da escola. A reforma no ensino médio evidencia relação com as

²⁶ Durante a Conferência Estadual que debateu e aprovou o novo ensino médio, realizada nos dias 08 e 09 de dezembro de 2011 em Porto Alegre/RS, Azevedo assinou dez atos administrativos que serão efetivados ao longo de 2012. Entre eles, figura a regulamentação da hora-atividade:

“1) Elaboração de portaria regulando o que determina o Art. 2º, §4º da Lei Federal 11.738 que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica que estabelece: Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. O regime de trabalho de 20h semanais deve ser cumprido da seguinte forma:

a) 13 horas em atividade de docência ou de suporte de docência, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica (Lei Federal nº 11.738/2008, art. 2º, §§ 2º e 4º), independente da duração da hora aula definida pelo projeto pedagógico da escola (Parecer CEED nº 705/97);

b) 7 horas-atividades, assim distribuídas: I - 4 horas na escola (planejamento e avaliação do trabalho com os alunos, reuniões pedagógicas ou nas jornadas de formação organizadas pelas escolas, CREs e SEDUC);

II - 3 horas a critério do professor com vistas a sua formação, podendo ser convocado para atividades de interesse da escola ou necessidade de serviço.” Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Publicado em 09/12/2011, 21h50min. Atualizado em 09/12/2011, 22h15min.

²⁷ ENSINO médio gaúcho terá reforma no currículo em 2012. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 set. 2011, Plantão, 16h48min, Educação. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3505587.xml>. Acesso em: 30 set. 2011

²⁸ TATSCH, Juliano. Azevedo quer mudar o currículo para o ensino médio ter identidade. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 29 set. 2011, Geral, Ensino. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=74311>. Acesso em: 01 out. 2011.

mudanças no sistema de avaliação estadual na perspectiva do projeto educacional do atual governo, que indica uma construção mais participativa além de projetos que visam minimizar a fragmentação educacional. A estrutura do novo ensino médio definida na proposta da SEDUC passou por etapas propositivas de debate²⁹ no estado, e deverá contar com mais 200h em cada ano desta etapa da educação básica. Além disso, o ensino médio será dividido em três modalidades: politécnico, profissionalizante integrado ao ensino médio e de formação de professores. O ensino politécnico, de formação geral, integra as disciplinas curriculares que compõem uma mesma área, sendo embasado em Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. O ensino médio politécnico ainda deve articular as áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos da cultura, ciência e trabalho como princípio educativo. Segundo informações do jornal *Correio do Povo*³⁰, apresentadas a partir de uma entrevista de Azevedo à Rádio Guaíba, a principal diferença deste novo ensino médio está nos eixos temáticos, que contemplarão diferentes áreas da sociedade: “O aluno vai estudar, vai ter um projeto e vai escolher um setor de acordo com a identidade e com o campo do conhecimento do qual ele gosta”. Estes se dividem em: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos; Cultura e Artes; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Educação Econômica e Áreas da Produção.

Sobre o ensino profissionalizante, a intenção é que se acabe com a divisão entre ensino regular e técnico. Segundo Azevedo, “Vamos superar essa divisão que existe no Estado desde 1997. O ensino não irá separar mais o pensar do fazer, não separará a teoria da prática”. Além disso, “a reformulação do currículo busca articular os cursos técnicos com a modernização tecnológica, a vocação econômica local

²⁹ Segundo informações publicadas no *site* da Secretaria de Educação do Estado do RS, entre as reuniões para a apresentação e/ou discussão dos projetos realizadas estão: 13/10/2011 – Apresentação da proposta para o CPERS/SINDICATO; 17/10 – Apresentação da proposta na cidade de Santo Ângelo, RS com a participação de 800 educadores; 24/10 – Encontro das CRE's, em Porto Alegre, RS, para discussão da proposta; 25/10 – Etapa municipal da discussão da proposta, pela 8ª CRE – Santa Maria, RS; 10/11 – Seminário de formação para aprofundamento do debate sobre a proposta de reestruturação do ensino médio (participação de cerca de 400 pessoas).

³⁰ ENSINO médio público estadual deve ter novo currículo em 2012. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 set. 2011, Notícias, 15h30min, Atualizado em 28 set. 2011, 16h34min, Geral. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=342436>. Acesso em: 29 set. 2011.

e as necessidades de desenvolvimento do Estado”³¹. A formação de professores sucederá o curso Normal e estará voltada para a formação docente para educação infantil e ciclo de alfabetização das séries iniciais. O novo currículo entrou em vigor no início deste ano para os primeiros anos do ensino médio. As discussões sobre a proposta da SEDUC ocorreram até dezembro, em cinco etapas³², finalizando em uma conferência estadual que reuniu 576 delegados³³ representantes dos segmentos de professores, alunos, funcionários de escolas e pais ou responsáveis.

O documento base sobre as mudanças – Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio, 2011-2014 – contextualiza

[...] uma proposta para a educação do século XXI, o qual tem a responsabilidade de ofertar à juventude e ao mundo um novo paradigma, uma mudança estrutural que coloque o Ensino Médio para além da mera continuidade do Ensino Fundamental, instituindo-o efetivamente como etapa final da educação básica. Um Ensino Médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e sustentabilidade e com qualidade cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2011d, p. 4).

Como já foi mencionado, embora sejam processos independentes, a reestruturação curricular e os critérios de avaliação por merecimento para avanço dentro do plano de carreira de professores, se relacionam com o novo sistema de avaliação dentro de um projeto de educação, o qual, “tem como base a democratização da educação em três dimensões: a democratização da gestão, do acesso à escola e do acesso ao conhecimento com qualidade social” (PROGRAMA DE GOVERNO. Unidade popular pelo Rio Grande, 2010, p. 13). O Programa de Governo ainda afirma a necessidade de garantia do acesso “ao patrimônio cultural acumulado pela humanidade”, para que, em diálogo com os saberes populares, através da ação-reflexão-ação, “possa ser construído o conhecimento significativo, libertador, contextualizado, ferramenta de transformação, de emancipação e de humanização”

³¹ NOVO currículo para ensino médio será implantado gradativamente. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 set. 2011, Notícias, 18h34min, Atualização em 18h53min, Geral. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=342469>. Acesso em 29 set. 2011.

³² “(1) Etapa Escolar, (2) Etapa Municipal, (3) Etapa Regional, (4) Etapa Inter-regional, (5) Conferência Estadual do Ensino Médio e da Educação Profissional. Todas as etapas contemplarão a sistematização e eleição de delegados, que aperfeiçoarão o documento. Na etapa da Conferência Estadual (5) participarão as representações das universidades, dos setores produtivos e outras organizações governamentais e não governamentais” (RIO GRANDE DO SUL, 2011d, p.3-4)

³³ IMPLANTAÇÃO gradativa do novo currículo a partir de 2012 é aprovada em conferência estadual. Publicação: 09 dez. 2011, 20h02min, Atualização: 09 dez. 2011, 20h09min. Disponível em: www.estado.rs.gov.br. Acesso em: 09 dez. 2011.

(PROGRAMA DE GOVERNO. Unidade popular pelo Rio Grande, 2010, p. 13). Ao mesmo tempo, o documento aponta os aspectos da política educacional do então governo Yeda Crusius/PSDB que precisariam ser superados para a garantia de uma educação de qualidade social para todos. Entre eles, figuram: precarização física da rede de escolas, redução da qualidade da formação dos estudantes, a falta de professores, o enxugamento do apoio pedagógico, a falta de diálogo, de formação continuada e de investimento.

Realizada a descrição do caso em estudo, a mudança no sistema de avaliação da educação básica no Rio Grande do Sul, no capítulo seguinte será apresentada uma análise comparativa dos dois sistemas avaliativos em questão – SAERS e SEAP-RS. Além disso, serão discutidos os estudos teóricos realizados sobre a temática e a análise de experiências semelhantes em políticas educacionais adotadas por outros estados e municípios brasileiros.

2. ANÁLISE DA MUDANÇA: ALGUNS CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS

Ao longo do capítulo 1, de descrição do caso analisado – cancelamento do SAERS e sua substituição pelo SEAP-RS, dentro do contexto de reformas na educação gaúcha – algumas questões foram levantadas quanto aos aspectos em análise nessa tomada de decisão do governo gaúcho, sendo a central dessas questões, “Quais as implicações práticas e conceituais que essas mudanças trazem para o cenário educacional gaúcho?”. Além disso, explicitou-se que, para analisar tal decisão, é necessário investigar suas justificativas, objetivos e suas implicações dentro de um projeto educacional, considerando o histórico de descontinuidade das políticas de avaliações externas estaduais e os diferentes objetivos que acabam por modificar sua estrutura ou existência, de acordo com tal projeto.

Desta forma, neste capítulo, será abordada, de forma breve, a temática da avaliação educacional, situando-a historicamente no contexto da educação brasileira atual de forma a identificar elementos que fundamentam e motivam a avaliação em larga escala, para que, então, se possa comparar as políticas avaliativas em questão - SAERS e SEAP-RS - com maior propriedade. Na abordagem conceitual, será discutida a inclusão da Avaliação Institucional Participativa (AIP) nos sistemas de avaliação da educação básica, em contraposição ao modelo de sistema avaliativo exclusivamente focado no rendimento escolar. Toma-se como base pesquisas recentes que trabalharam sobre a temática. Nesse estudo acerca da avaliação participativa, será importante analisar seus objetivos e implicações na prática escolar, já apontadas por estudiosos da área, em cruzamento com os dados obtidos sobre a mudança do sistema e sua estrutura prevista. Esse cruzamento permitirá uma reflexão sobre as implicações conceituais do novo sistema na educação do Rio Grande do Sul, já que até o encerramento desta dissertação não se terá um ciclo completo de avaliação. A escolha pela ênfase na AIP, dentre os elementos do SEAP-RS, justifica-se pelo diferencial que representa em relação ao SAERS, ao trazer para o centro da avaliação em larga escala, a participação dos atores locais na avaliação das instituições, caracterizando o desempenho individual dos estudantes como um dos elementos do processo, mas não o principal. Como será analisada ao longo deste capítulo, esta mudança de foco na avaliação em larga escala vem acompanhada de importan-

tes reflexões sobre o papel da avaliação na construção de uma escola pública de qualidade para todos.

A segunda seção deste capítulo dedicar-se-á a uma análise comparativa das duas políticas avaliativas – SAERS e SEAP-RS – tomando por base as informações e dados apresentados no primeiro capítulo (além de elementos de maior detalhamento da nova política avaliativa) e os estudos acerca do tema avaliação educacional. Essa análise comparativa é fundamental tendo em vista os novos elementos que caracterizam a avaliação da educação gaúcha em vigência desde 29 de dezembro de 2011.

Neste sentido, o presente estudo foi guiado a partir de algumas hipóteses sobre a mudança no sistema avaliativo, quais sejam: 1) intenção de estimular uma nova cultura e prática de participação da comunidade escolar; 2) intenção de modificações na concepção de avaliação e de qualidade da educação pública gaúcha e, a partir disso, acarretar mudanças nas práticas escolares; 3) necessidade de complementação da nova política avaliativa para que as intenções de mudanças se concretizem, tendo em vista a recriação das políticas públicas quando do seu encontro com a realidade escolar. Tais hipóteses serão exploradas ao longo das duas seções que seguem.

2.1 Avaliação Institucional Participativa: conceitos e experiências

Não é prática recente a utilização de sistemas de medição educacional no Brasil. As primeiras medições destinavam-se ao levantamento de dados sobre a educação, tais como repetência, número de escolas, número de matrículas e de docentes e, de acordo com Neto (2007), faziam parte do Anuário Estatístico do Brasil. Tais medições começaram a ser realizadas em 1906, basicamente na cidade do Rio de Janeiro, estendendo-se até o ano de 1918. Neto (2007) destaca que, após longa interrupção, os dados voltaram a ser coletados, em 1936, porém, incluindo informações de todo o Brasil. Apesar deste levantamento de dados, neste período, não se tinha grande preocupação com os altos índices de reprovação escolar e/ou evasão e nem sequer um setor público que cuidasse exclusivamente dos assuntos da educação. Assim, até chegar à primeira versão de um sistema de avaliação da aprendizagem escolar no Brasil – o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau, em 1988 – percorreu-se um longo caminho, o qual passou por inúmeras

mudanças – lentas – nas políticas educacionais brasileiras.

A Constituição Federal de 1988 é um marco legislativo de busca pela qualidade na educação no Brasil, acontecendo, neste mesmo ano, a aplicação piloto do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP – nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, com o intuito de testar a pertinência e adequação de instrumentos e procedimentos de avaliação (BONAMINO; FRANCO, 1999). Desenvolvido com base em uma proposta elaborada a partir de um convênio entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA – e o Ministério da Educação e Cultura - MEC, o SAEP tinha por finalidade estabelecer “um sistema de controle de conteúdos mínimos e dos padrões de qualidade do ensino básico” (BRASIL, 1994, p. 6). De acordo com Gatti (2002, p. 25), as avaliações de rendimento escolar realizadas entre os anos de 1987 e 1991, propiciaram “aprimoramento de pessoal, instrumentos e formas de avaliação” e serviram de base para o desenvolvimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

Conforme Sordi e Ludke (2009) explanam, as avaliações em larga escala no Brasil, a partir dos anos de 1990, rompem as fronteiras da sala de aula e o foco exclusivo nos alunos buscando reunir subsídios que orientem os sistemas educativos em suas ações. Estes, por sua vez, passam a assumir importante protagonismo, inclusive na indução das escolas a um determinado padrão de qualidade. No entanto, as autoras enfatizam que, decorrentes das políticas neoliberais do período, são gerados inúmeros relatórios e estatísticas que informam sobre a eficácia das escolas, mas que formam um conjunto de informações nem sempre capazes de produzir consequências no desenvolvimento da dinâmica institucional:

Falta quem os consuma [o conjunto de informações], atribuindo-lhes sentidos e produzindo sentidos novos a partir das evidências recolhidas. Disto resulta a manutenção dos mesmos níveis de desempenho das crianças que continuam sem aprender, embora cada dia mais avaliadas (melhor dizer “medidas”).

Como as medidas são necessárias, porém insuficientes para se poder falar a sério sobre avaliação, observa-se que o ciclo virtuoso da avaliação não se completa. Tende a ficar restrito a números esquecidos em relatórios que não são suficientemente explorados e/ou apropriados pelos professores/alunos/ famílias/gestores. Mas geram políticas que incidem sobre as escolas e sobre a educação, de um modo geral. **E assim se apequena a função social da avaliação ao legitimar determinados construtos de qualidade abstratamente explicitados.** (SORDI; LUCKE, p. 318-319, 2009, grifo nosso)

Assim, de simples medições estatísticas, hoje se caminha para a busca de processos avaliativos que contemplem o desempenho escolar e o fluxo articulados com a avaliação das instituições e a participação dos diversos sujeitos envolvidos no processo educacional. No caminho de mudanças no enfoque da avaliação da educação no Brasil, percebe-se uma mudança na compreensão do que caracteriza a qualidade da educação e como é possível avaliar tal qualidade. Nesse contexto que começa a ganhar destaque a avaliação institucional participativa na educação básica, não apenas de forma teórica, mas na implementação de políticas avaliativas, como está ocorrendo no Rio Grande do Sul³⁴.

Sordi (2011, p.1) destaca a avaliação institucional participativa como

[...] elo estratégico para recomposição da conectividade entre os dados sistêmicos oferecidos às redes de ensino e que informam algo sobre a qualidade do trabalho escolar desenvolvido e a avaliação dos alunos [...] Ao devolver a titularidade aos atores locais para pronunciar-se sobre a concepção de qualidade de escola pública que querem firmar, subsidia a produção de sentidos tanto no PP^{35,36} como na sala de aula, espaço que incondicionalmente deve comprometer-se com a produção equânime da aprendizagem.

Porém, para além do discurso sobre a importância do pronunciamento dos atores locais acerca da sua concepção de qualidade da escola pública, é necessário que as políticas educacionais sejam desenhadas de forma a garantir uma prática efetivamente democrática no que diz respeito a sua elaboração, implementação e fiscalização. Assim, é preciso que os pronunciamentos sejam efetivamente considerados e respeitados na construção das práticas escolares, já que esses se concretizam quando da interferência dos atores no mundo da escola (muitas vezes, independentemente do que a política prescreve). Desta forma, além de uma clareza so-

³⁴ E como ocorreu, a partir de 2008, em 44 escolas da rede municipal de ensino de Campinas, no estado de São Paulo. Sordi apresenta resultados de uma análise qualitativa desta política de governo em seu trabalho "Avaliação Institucional Participativa em Escolas de Ensino Fundamental: limites e possibilidades de uma proposta", apresentado no Simpósio da ANPAE do ano de 2011. Outra experiência em avaliação institucional na educação que merece destaque é a do estado do Paraná, aberta formalmente para discussões no ano de 2004 e aplicada entre 2005 e 2006 na rede pública. O programa voltou a ser debatido e aplicado entre os anos de 2007 e 2008 (BRANDALISE; MARTINS, 2011; FIORESE, 2008). Uma das referências utilizadas nos materiais de divulgação do SEAP-RS trata da experiência paranaense, como será explorado ainda neste capítulo.

³⁵ Projeto Pedagógico

³⁶ Convém ressaltar que a AIP tem forte relação com o PP da escola e este com a prática escolar a partir da concepção de que o Projeto Pedagógico de uma escola não é um simples documento escrito para cumprir exigências burocráticas, mas sim, um documento que apresenta a identidade de uma escola inserida em determinada comunidade e em determinado período histórico. Por isso, tal identidade é construída e reconstruída no cotidiano da escola em um processo permanente de práxis. Assim, as concepções e práticas se complementam em um processo dialético de construção da qualidade educacional.

bre a concepção de educação e qualidade educacional que norteia as práticas educativas na escola, é necessário que os atores apresentem suas impressões, alternativas, prioridades, e essas sejam concretizadas através da utilização de estratégias adequadas à realidade e aos objetivos escolares. Apesar do curto prazo de discussão sobre o novo ensino médio gaúcho e da falta de um debate maior sobre as mudanças no sistema de avaliação da educação básica do estado, a assessora técnica da SEDUC, ao responder o questionário, afirmou que o SEAP-RS não é uma política pronta e acabada, mas, que deverão ocorrer ajustes que visem qualificá-la ao longo de sua implementação de acordo com a experiência prática. Isso indica que o novo sistema avaliativo traz possibilidades positivas de participação da comunidade escolar no sentido de sua adequação à realidade escolar.

Neste sentido, Sordi (2011) destaca que, atualmente, vive-se um momento de maior liberdade na formulação de modelos alternativos no campo da avaliação externa. Isso, porém, envolve riscos, em especial, quando se faz uso de categorias fluidas como a participação e a negociação com os atores sociais implicados. Ao contrário do que ocorre no Rio Grande do Sul³⁷, o projeto de Avaliação Institucional Participativa (AIP) analisado por Sordi, implementado a partir de 2008 no município de Campinas/SP, foi fruto de anos de discussão entre profissionais da rede pública e da universidade pública, buscando produzir sentidos expressos no Projeto Pedagógico (PP) de cada escola e perseguidos na prática cotidiana escolar. Mas isso não foi suficiente para barrar as recontextualizações da política que naturalmente ocorrem nos espaços escolares, dadas as diferenças locais e, até mesmo, o compromisso particular, mas principalmente, coletivo, com a proposta de avaliação.

Além disso, cabe ressaltar que a conciliação da avaliação do rendimento escolar dos alunos com uma avaliação institucional efetivamente participativa contribui com a execução da gestão democrática da escola, já que democratizar a gestão “envolve redemocratizar também os processos de avaliação que incidem sobre a escola assumindo sua indissociabilidade do trabalho pedagógico nela desenvolvido” (SORDI, 2011, p. 2). Esse fortalecimento da participação e ação local não implica negação do direito de o sistema regular a qualidade das escolas, mas sim, uma conciliação entre a necessária regulação exercida pelo poder público e o atendimento

³⁷ Lembrando que a maior pressão na implementação das políticas educacionais no Rio Grande do Sul deve-se, em parte, ao contexto de variação de projetos de sociedade e, consequentemente, de educação, à frente do governo estadual.

às demandas dos atores locais. Trata-se de formas diferenciadas de processos de regulação, pautados pela participação e, conforme destaca Freitas (2005), pela contra-regulação. Essas novas formas de encarar os processos de regulação, enquanto atos de resistência propositiva, envolvem, quando necessário, resistir à regulação e, quando possível, avançar na organização e prestação de serviços públicos de melhor qualidade possível (FREITAS, 2005). Essa articulação entre ação da escola sobre ela mesma e regulação pelo Estado pode ser percebida nos textos que apresentam o SEAP-RS e, também, na fala da assessoria do Departamento Pedagógico da SEDUC, quando afirma que o SEAP-RS é um sistema de avaliação inovador, no qual os sujeitos envolvidos são avaliados e avaliadores, ao mesmo tempo. De acordo com a estrutura geral prevista para o novo sistema avaliativo, as avaliações interna e externa deverão caminhar juntas, de forma que a centralidade do processo estará na avaliação institucional participativa, já que é esta, e não a avaliação individual, que fornecerá as informações necessárias na mudança de rumo da educação pública estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2011e).

Betini (2010) também apresenta resultados de uma pesquisa sobre a utilização da AIP em escolas públicas de ensino fundamental do município de Campinas. Sua pesquisa remete a escolas que escolheram construir seu próprio modelo de AIP integrada à avaliação de desempenho, de forma voluntária. O estudo foi anterior ao Projeto de Avaliação Institucional Participativa, implementado pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas em dezembro de 2007 e analisado por Sordi (2011). Betini (2010) destaca a proposta de qualidade social da educação como um objetivo da AIP, sendo que “a qualidade social da educação não enfatiza apenas resultados, mas sim, e, principalmente, a formação humana do aluno, que vai além de sua formação técnica e científica” (BETINI, 2010, p. 119). Os documentos que apresentam o novo sistema avaliativo, bem como as publicações gerais da SEDUC, enfatizam o compromisso do atual governo com uma educação pública de qualidade social. No documento divulgado em 29 de setembro de 2011, que apresenta os princípios gerais e metodológicos do SEAP-RS, é destacado que tais princípios são “norteadores e decorrentes da concepção da educação de qualidade social como direito de cidadania” (RIO GRANDE DO SUL, 2011f, p.1). Apesar dos documentos que tratam do SEAP-RS não trazerem de forma detalhada o sentido da aplicação do termo “social”, percebe-se a utilização deste como forma de ampliar a ideia de qualidade, até então tratada de forma restrita aos resultados da aprendizagem, no con-

texto da educação estadual. Cabe ressaltar que o novo sistema de avaliação não nega os aspectos individuais de desempenho, mas sim, busca articular os resultados de proficiência à análise e verificação das dimensões, indicadores e descritores da avaliação institucional participativa. Entre os documentos que serviram de referencial teórico ao SEAP-RS³⁸, consta publicação do MEC/INEP, a qual relaciona a qualidade social da escola pública com “uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social” (DOURADO, s.d., p.13-14). O documento de apresentação do SEAP-RS, citando Fiorese (2008), afirma que os dados que apresentam o quanto os estudantes aprenderam individualmente são válidos e relevantes, porém, não basta para a escola se limitar a isso. É necessário um olhar detalhado, que permita construir um diagnóstico que possibilite compreender aquilo que está além do que o IDEB tem mostrado sobre a realidade do estado gaúcho (RIO GRANDE DE SUL, 2011f). Dourado ainda complementa que,

Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de uma sociedade educadora, onde a escola cumpre a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantindo condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social (DOURADO, s.d., p. 14)

Além disso, os cadernos referentes à avaliação do percurso individual de docentes, professores e especialistas e diretores e vice-diretores, indicam que os indicadores considerados na avaliação individual (Quadro 6, p. 32) são aqueles mais “significativos para uma educação de qualidade social com cidadania e para o desempenho do profissional qualificado” (RIO GRANDE DO SUL, 2012a; 2012b; 2012c). Isso reforça a compreensão de que o novo sistema avaliativo não nega os aspectos individuais de desempenho e o desenvolvimento de habilidades individuais, mas sim, amplia a ideia de qualidade educacional, incluindo a função social da escola no trabalho e acolhimento da diversidade, estímulo à participação ativa de todos os segmentos escolares nos diversos espaços da escola, incentivando o tra-

³⁸ Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi necessário buscar informações além dos documentos oficiais, principalmente nas referências indicadas por estes, devido à falta de materiais disponíveis sobre o tema em estudo e de informações mais específicas nas publicações oficiais.

balho coletivo colaborativo e contribuindo para que os estudantes se apropriem do conhecimento não apenas para constatar, mas para constatar, refletir e mudar aquilo que for necessário para a construção de um futuro coletivo melhor.

Coerente a isso, Betini (2010) destaca a importância do aspecto político da AIP, sendo que, “Concentrar-se na ‘práxis’ e não apenas nas tarefas pode ser o caminho que leve a escola a fazer da AIP um instrumento de direção e formação política do coletivo” (BETINI, 2010, p. 120). Isso significa que a atuação política da gestão neste processo pode contribuir para que a direção não recaia no “tarefismo” e burocracia perdendo de vista as ações e lutas que visam concretizar os objetivos da escola. Como já foi mencionado, o SEAP-RS envolve, em seus princípios gerais, a construção de uma educação de qualidade social com cidadania (RIO GRANDE DO SUL, 2011f) e, de acordo com a assessoria da SEDUC, apresenta um sentido pedagógico. Espera-se que, através dele, seja possível a reflexão e análise do fazer educativo, possibilitando a reorganização da prática e o estabelecimento de novos procedimentos, planejamentos e ações em outra cultura pedagógica na escola e em toda a estrutura da rede estadual de ensino. Considerando esta declaração e afirmações presentes nos documentos oficiais sobre o sistema avaliativo e sua relação com a prática escolar, percebe-se a intenção de modificações na concepção de qualidade da educação pública gaúcha e, a partir disso, acarretar mudanças nas práticas escolares. A “outra cultura pedagógica”, conforme o já relatado no primeiro capítulo desta dissertação, passa por uma outra forma de entender a qualidade da educação, que inclui, mas vai além do desenvolvimento de habilidades e competências pré-determinadas em áreas específicas, com respeito às necessidades e condições reais de existência das escolas gaúchas. Desta forma, outra compreensão sobre a qualidade da educação pública estadual está diretamente relacionada a maneira como esta é avaliada. Neste sentido, a inclusão da AIP como parte de um processo de avaliação da educação básica viria para contemplar uma avaliação mais ampla do processo educativo escolar. A partir do processo de olhar para si mesma, a escola deve iniciar seu próprio processo de intervenção para possíveis mudanças de práticas, ao mesmo tempo em que avalia a CRE correspondente e a SEDUC e também é avaliada externamente, com participação de todos os segmentos.

Por outro lado, Betini (2010) questiona se os gestores escolares estão preparados para conduzir a escola à participação, através de uma atuação que não nega a técnica, mas que deve ser, também, política. A condução do processo participativo

no ambiente escolar (e também quando da elaboração da política – como ser participativa se chegar à escola pública pronta e acabada?) é peça chave para a concretização dos objetivos de qualquer política que se pretenda participativa. Sordi (2011), por sua vez, afirma que os projetos de AIP que esclarecem a abrangência da participação desejada, mesmo que carregados de contradições, ajudam a “engendrar a democracia na gestão do PP da escola” (SORDI, 2011, p. 12). As discussões sobre a participação desejada e os processos previstos para o fortalecimento e consolidação dos espaços de participação (RIO GRANDE DO SUL, 2011f) no SEAP-RS serão apresentadas mais a frente, neste capítulo.

Ações conjuntas entre gestores escolares e poder público são apontadas por Betini (2010) como facilitadoras para implementação e manutenção de projetos de AIP, entre as quais: “programas de formação com base nas necessidades da escola, dedicação exclusiva dos professores, escola de tempo integral, bons salários” (BETINI, 2010, p. 122). A partir das condições objetivas propiciadas pelo Estado, as escolas públicas devem ter compromisso para com os “projetos que visem a melhoria da qualidade social da educação destinada às camadas populares” (BETINI, 2010, p. 123). Assim, Betini ainda enfatiza, com base em Sabatier e Mazmanian, que “se o Estado quer resultados é necessário que haja o ‘apoio público’ e o ‘apoio das autoridades’, ‘a supervisão e a intervenção’ na implantação das políticas públicas” (BETINI, 2010, p. 123).

De acordo com essas ideias, Freitas (2005; 2007) defende a avaliação institucional participativa tomando como base o conceito de “qualidade negociada” de Bondioli. Neste sentido,

A “qualidade negociada” é proposta como alternativa de contra-regulação e apoio a processos de mudança complexos nas escolas. Por este conceito, a qualidade é produto de um processo de avaliação institucional construído coletivamente, tendo como referência o projeto político-pedagógico da escola (FREITAS, 2005, p.911).

O autor destaca que Bondioli ainda conceitua “um aspecto essencial na produção de qualidade: os indicadores” (FREITAS, 2005, p. 921). Na qualidade negociada, os indicadores não representam padrões aos quais as escolas devem se adaptar, mas sim, representam significados compartilhados, ou seja, produção coletiva; sinalizações que indicam um percurso possível de realização de objetivos compartilhados.

Além disso, o conceito de qualidade negociada caminha lado a lado com a ideia de compartilhamento de responsabilidades entre poder público e escola, coerente com processos avaliativos que articulem avaliação externa de desempenho com a avaliação institucional participativa:

Há de se reconhecer as falhas nas escolas, mas há de se reconhecer, igualmente, que há falhas nas políticas públicas, no sistema socioeconômico etc. Portanto, esta é uma situação que, à espera de soluções mais abrangentes e profundas, só pode ser resolvida por negociação e responsabilização bilateral: escola e sistema. Os governos não podem “posar” de grandes avaliadores, sem olhar para seus pés de barro, para suas políticas, como se não tivessem nada a ver com a realidade educacional do país de ontem e de hoje.

A estratégia liberal é insuficiente porque responsabiliza apenas um dos pólos: a escola. E o faz com a intenção de desresponsabilizar o Estado de suas políticas, pela responsabilização da escola [...]. Para a escola, todo o rigor; para o Estado, a relativização “do que é possível fazer”. Em nossa opinião, uma melhor relação implica criar uma parceria entre escola e governo local (municípios), por meio de um processo que chamamos de qualidade negociada, via avaliação institucional (FREITAS, 2007, p. 975).

Convém ressaltar que a ideia de qualidade negociada apresentada nos artigos de Freitas não está no sentido de negociações que gerem práticas educacionais extremamente distintas entre escolas, a partir da definição isolada de indicadores. Isso, inclusive, poderia vir a agravar as desigualdades de oportunidades a que as pessoas estão sujeitas de acordo com sua situação econômica e social. O próprio autor enfatiza que isso poderia levar à constituição de “escolas para pobres” e que “a definição de indicadores, apesar das características locais que fortemente explicarão as dificuldades ou facilidades de realização, **é estabelecida no conjunto das necessidades e dos compromissos do sistema público de ensino**” (FREITAS, 2005. p. 924, grifo nosso). Neste sentido, Freitas (2007, p. 978, grifo nosso) destaca que “A qualidade negociada é implementada pela avaliação institucional da escola, a qual é um processo que deve envolver todos os seus atores com vistas a **negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela**”. Neste sentido, cabe aos atores locais, a partir da avaliação institucional participativa, apropriarem-se dos problemas da escola e isso inclui um apropriar-se “para demandar do Estado as condições necessárias ao funcionamento da escola. Mas inclui, igualmente, o compromisso com os resultados dos alunos da escola”. Trata-se de um compartilhamento bilateral de responsabilidades – escola e Estado.

Entre os documentos já publicados apontando princípios e objetivos do SEAP-RS, percebem-se pontos que vão ao encontro de aspectos do conceito de qualidade negociada mencionado acima. Um dos objetivos específicos da inclusão da Avaliação Institucional Participativa na avaliação da qualidade da educação básica no Rio Grande do Sul, mencionado nos documentos oficiais, é o de estabelecer “um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado” (RIO GRANDE SUL, 2011e, p. 3). Os documentos oficiais ainda reforçam que, ao organizar um Sistema de Avaliação Institucional Participativo, se está pensando em um sistema de problematização dos sentidos da Instituição, proposto “como uma aproximação diagnóstica partilhada” (RIO GRANDE DO SUL, 2011e, p. 3), onde “Cada Instituição que compõe a Rede Estadual de Educação, ao mesmo tempo em que é parte, forma um todo indivisível e integral dentro do qual os resultados educacionais são obtidos e **onde necessita haver o compartilhamento ético de responsabilidades**” (RIO GRANDE DO SUL, 2011f, p. 2, grifo nosso).

No estado do Rio Grande do Sul, apesar de políticas educacionais como a relatada mudança no ensino médio, a própria mudança no sistema de avaliação, além da regulamentação da hora-atividade, conforme a Lei Federal nº 11.738/2008, considerável parte dos professores não se sente apoiado pelo poder público. Assim, até o momento, o quadro que se apresenta no estado gaúcho no que diz respeito às relações entre poder executivo e sindicato, não parece ser o mais propício para o comprometimento bilateral na implementação das políticas educacionais. Um dos aspectos envolve a mudança no ensino médio gaúcho³⁹. Em especial, docentes que compõem o CPERS/SINDICATO, encaram a referida mudança como precarização e formação de mão-de-obra barata. No manifesto dirigido aos participantes da conferência estadual de reestruturação do ensino médio, organizada pela SEDUC, o CPERS/SINDICATO expressa algumas considerações, entre as quais:

³⁹ De acordo com Boletins Informativos da SEDUC, no primeiro semestre de 2012 ocorreram encontros de formação sobre o novo Ensino Médio. Em maio, ocorreu encontro com supervisores pedagógicos e diretores de escolas que ofertam o Ensino Médio integrado a Educação Profissional além da realização dos Seminários Integrados, os quais são espaços previstos na carga horário diversificada dentro da reestruturação curricular do ensino médio e acontecem em parceria com instituições de ensino superior, a partir dos dados e ideias apresentados pelas escolas (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS, 2012). Relatos de encontros de formação com gestores das escolas estaduais podem ser verificados nos boletins desde junho de 2011, na página da *internet* da SEDUC.

4. Entre os questionamentos não respondidos está o do real motivo de uma reforma curricular que atinja apenas a escola pública. Essa diferenciação entre o ensino público e a escola privada acentua brutalmente a desigualdade social, pois os filhos da classe dominante continuarão tendo uma formação que contempla todas as áreas de conhecimento, enquanto os pobres e os filhos dos trabalhadores serão preparados para servir ao mercado e ao capital. A “inserção no mundo do trabalho” revela-se apenas um disfarce para a **formação de mão de obra para os diversos ramos empresariais do Estado**. [...]

Não será forçando um **direcionamento ao mercado de trabalho** de forma arbitrária que o atual governo irá enfrentar a “crise existente na escola pública”. Ao contrário, irá **reforçar as condições precárias e desiguais existentes na educação**. O aprofundamento da segregação aos filhos da classe trabalhadora será um dos resultados da atual reforma (CPERS/SINDICATO, 2011b, grifo nosso).

Outro aspecto que merece destaque é o grande descontentamento da classe em relação ao não pagamento do piso salarial nacional do magistério e, mais recentemente, à aprovação pela Assembleia Legislativa de projeto que aumenta em 2,25 pontos percentuais a contribuição previdenciária de todos os servidores estaduais. Em diversas publicações do CPERS/SINDICATO há a referência a tal descontentamento, além da greve realizada no final de 2011 e de atos públicos realizados no primeiro semestre de 2012. Essas são questões que influenciam no envolvimento dos atores na concretização das políticas públicas a partir da falta de apropriação dos objetivos da política ou, até mesmo, da ressignificação da política no ambiente local. Neste sentido, cabe ressaltar as considerações de Silva e Melo (2000) acerca da implementação de políticas públicas no Brasil. Segundo os autores, as vicissitudes da implementação de políticas públicas têm sido compreendidas como aspecto de grande relevância para uma explicação do insucesso de governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas. Partindo desta ideia, Silva e Melo enfatizam que na concepção que aborda a implementação como um jogo, esta é entendida como “processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só ‘implementadas’” (SILVA; MELO, 2000, p. 10) e onde diversos fatores permitem que os executores das políticas públicas tomem decisões relevantes para o sucesso (ou não) destas. Assim, a própria implementação orienta novas políticas já que implica em tomada de decisões.

Retomando a afirmativa de Betini (2010), de que se o Estado quer resultados é preciso que forneça o suporte e apoio necessário para a implementação das políticas públicas, convém ressaltar que o estado gaúcho continua a não cumprir o per-

centual previsto na Constituição Estadual para MDE⁴⁰ (35% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências). Segundo publicação⁴¹ disponível no *site* da SEDUC, em 2011, o estado aplicou 28,3% na manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse percentual considera o valor destinado ao pagamento dos inativos (da mesma forma que o governo anterior) e é apresentado no balanço geral do estado, sob a justificativa de que o estado trabalha com caixa único e, portanto, não seria possível desconsiderar esta parcela, como o SIOPE o faz. Vale ressaltar que, no intervalo de 1995 a 2011, o mínimo de 35% foi cumprido apenas nos anos de 1998 a 2001.

Tendo em vista os aspectos já mencionados de que parte dos professores vê a mudança no ensino médio de forma negativa; as declarações de representantes do CPERS/SINDICATO de que a criação do SEAP-RS é uma tentativa de repassar para os trabalhadores uma responsabilidade que é do poder público; o descontentamento com o não pagamento do piso salarial e o próprio não cumprimento pelo Estado do percentual mínimo previsto para a MDE na Constituição Estadual, é preciso que o Poder Executivo esteja preparado para, efetivamente, implementar a política repensando e reconstruindo os aspectos necessários, como afirmou a assessora do Departamento Pedagógico da SEDUC, em resposta ao questionário: “o sistema avaliativo sendo, ele próprio, avaliado e ajustado ao longo do processo, de forma a qualificá-lo. Não se quer um sistema pronto e acabado”. Isso é importante já que o contexto de tensões entre governo e sindicato pode levar a reinterpretações locais da política com a negação desta, como se pode perceber no manifesto em relação ao novo ensino médio, citado anteriormente. Neste sentido, Ruas (s/d) enfatiza que uma política pública pode ter partes implementadas de maneira diversa do que foi previsto, sendo que tal diferença pode ou não carregar contradições e, algumas vezes, gerar resultados diferentes daquilo que se pretendia com a decisão. A autora ainda destaca que essa variedade de resultados decorre do fato de que a “implementação é um processo interativo e continuado de tomada de decisões por numerosos e pequenos grupos envolvidos com a política, os quais apresentam reações efetivas ou potenciais à decisão” (RUAS, s/d, p. 17). Neste sentido, “a implementação deve ser vista sob uma perspectiva interativa, na qual as ações individuais em

⁴⁰ Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

⁴¹ Anexo 10, p. 129 – Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, 1995-2011.

pontos estratégicos influenciam consideravelmente os resultados obtidos” (RUAS, s/d, p. 17).

No entanto, este cenário não é fator determinante para a não consecução dos objetivos gerais da política. Apenas deve-se ter o cuidado de não desprezar a influência dos diversos elementos que agem na implementação de qualquer política pública, tendo em vista os constrangimentos que podem advir deste processo. Isso decorre da já mencionada possibilidade de os executores das políticas públicas tomarem decisões relevantes para o sucesso (ou não) destas, conforme Silva e Melo (2000) alertam. Além desse embate entre governo e representação dos trabalhadores em educação ser um dos elementos que compõe a implementação de políticas públicas de forma geral, é preciso considerar os pressupostos participativos da AIP, não atendidos quando da elaboração da política. Neste sentido que se justifica a atenção para os fatores de tensão que compõem o cenário atual sem que, com isso, haja uma sentença negativa para a nova política educacional.

Um aspecto da AIP, já mencionado neste texto, mas que merece maior destaque é a ideia de participação. Como Sordi (2011) afirma, mais do que anunciar a necessidade e a importância de participação, é preciso qualificar tal participação. O “fortalecimento dos espaços de participação da Rede Estadual de Ensino” e o “envolvimento da comunidade escolar no debate, na identificação de soluções, envolvimento na análise da situação e engajamento na melhoria da qualidade da educação e no aperfeiçoamento das políticas públicas e suas grandes prioridades”, são resultados apontados como desejados a partir da implementação do SEAP-RS (RIO GRANDE DO SUL, 2011f). Já dentre os princípios do sistema avaliativo gaúcho, figuram a qualidade social da educação com cidadania, e, mais uma vez, o “fortalecimento e consolidação dos espaços de participação e discussão com todos os segmentos da comunidade escolar”. Nos documentos gerais divulgados, ainda consta que o novo sistema de avaliação valoriza o envolvimento da comunidade escolar e a construção coletiva com vistas ao apontamento de alternativas que garantam a todos os estudantes, acesso, permanência e sucesso na aprendizagem (RIO GRANDE DO SUL, 2011e). Nos Cadernos Orientadores do SEAP-RS, há ênfase à importância da participação para o sucesso da política e é apresentado um roteiro de reuniões que devem ser realizadas em todas as escolas para que se reúnam os dados que deverão ser lançados no sistema *online*. No entanto, não há qualificação para outras formas de participação no SEAP-RS para o período após o lançamento

dos dados ou para avaliação do próprio sistema avaliativo. Assim, buscando complementar a compreensão de participação adotada pelo sistema, recorreu-se à bibliografia indicada nos materiais de divulgação publicados até então. Um dos artigos, de Fiorese (2008), trata da experiência em Avaliação Institucional do Estado do Paraná. Conforme o relatado neste artigo, essa experiência ocorreu na forma de um projeto de intervenção no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED durante os anos de 2007 e 2008. O material explicita a compreensão de que a avaliação do rendimento escolar dos estudantes, a exemplo do SAEB, é necessária, porém, não é suficiente para a construção de uma educação escolar de qualidade social, que vai além da técnica. A autora afirma que

As escolas precisam autoavaliar-se e, para conseguir isto com êxito, é necessário o diálogo. Não bastam ferramentas técnicas de avaliação. É fundamental compromisso com a educação pública de qualidade para todos, para se levar a termo um processo de avaliação que dê conta de além de permitir identificar problemas, possibilite que as pessoas que fazem a escola pública funcionar todos os dias se comprometam com a sua solução (FIORESE, 2008, p. 20).

O texto, porém, não explicita estratégias possíveis e/ou utilizadas pelo poder público para mobilização e estímulo dos atores locais para que assumam seu papel, ao lado do poder público, na solução dos problemas educacionais – até por seu caráter de material orientador para reflexões sobre a temática. O material fala sobre a necessidade dos processos de avaliação servirem como meio para se retomar os objetivos educacionais e redimensionar as práticas coletivas nas escolas.

Por sua vez, Brandalise e Martins (2011), analisam a implementação da autoavaliação institucional no interior de algumas escolas estaduais paranaenses no período de 2004 a 2006, no âmbito do Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica do Paraná – portanto, anterior ao PDE tratado por Fiorese (2008). Dentre as suas considerações sobre o processo, cabem ressaltar: - a percepção de incoerências entre os pressupostos da política de avaliação institucional e as ações efetivamente desenvolvidas pelas instâncias do sistema educacional (Secretaria Estadual de Educação, Núcleos Regionais de Educação e escolas); - a percepção de que a comunidade escolar reconhece a importância da AIP, porém, há muitas dificuldades de integrar a avaliação nas atividades do dia-a-dia da escola; - e a percepção de que avaliar uma instituição escolar significa movimentá-la em sua estrutura teóri-

co/prática, sendo necessário ter clareza sobre o que torna possível a avaliação e o que a limita e das possíveis dificuldades a serem enfrentadas, com vistas à busca de estratégias que contribuam para que o processo avaliativo seja significativo para a rede escolar.

Não é escassa a literatura que trata dessas necessidades, além da ampla e efetiva participação dos sujeitos envolvidos. Os materiais de divulgação do SEAP-RS reafirmam essas questões, tratando, também, da necessária mobilização dos sujeitos envolvidos. O que ainda falta explicitar é como se pode construir isso, na prática, a partir de sujeitos, muitas vezes, desacreditados das práticas participativas e, no contexto gaúcho, descontentes com vários aspectos da política educacional no estado; por mais que se trate de um processo gradual de aproximação e envolvimento é necessário que exista um parâmetro inicial de ação. E, hoje, não basta apenas a criação de espaços de pronunciamentos - os quais, possivelmente, terão seu sentido esvaziado em muitos cotidianos escolares devido ao acúmulo de atividades técnicas e burocráticas por professores e gestores. Na pesquisa de Brandalise e Martins (2011) sobre a avaliação institucional em escolas estaduais do Paraná, a dificuldade de integrar a avaliação nas atividades do cotidiano da escola foi um aspecto marcante na implementação da política avaliativa. É necessário que os espaços para pronunciamentos, mesmo com as limitações que a estrutura social e também a escolar possam oferecer, comecem a transformar o pronunciamento do coletivo em prática, com reflexos no cotidiano escolar. E, para isso, o apoio do Poder Público, através de ações que subsidiem a efetiva participação, são fundamentais. Dias Bordenave (2007), ao apresentar alguns princípios da participação, enfatiza que a participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa e que, em grupos sociais não acostumados à participação, pode ser necessário induzir tal participação.

Dal Moro e Bedin (2007), abordam a realização da Constituinte Escolar no estado do Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra/PT (1999-2002), no artigo “O Prometido e o Realizado: da construção à realização da constituinte escolar”. O processo constituinte deveria definir os princípios e diretrizes da educação básica gaúcha a partir de mecanismos que “assegurassem à população a fiscalização e a intervenção sobre as ações do Estado na área educacional”. Assim, a partir de uma pesquisa realizada com professores e gestores atuantes na rede estadual gaúcha à

época da realização da Constituinte Escolar⁴², os autores destacam fatores que, no âmbito da escola, prejudicaram a concretização desta política educacional e que parecem indicar pontos merecedores de atenção também no que diz respeito ao Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul:

No caso específico da escola, as entrevistadas enfatizaram que a razão motivadora da sua participação esteve relacionada à percepção de que a proposta vinha ao encontro de suas expectativas de transformação da educação, alimentadas por movimentos e lutas já existentes no interior da escola. Dizem que perceberam a possibilidade de continuidade e fortalecimento do processo interno, de reflexão da realidade vivida e de incentivo a projetos de transformação da escola, agora com respaldo institucional. Envolveram-se e assumiram o projeto por acreditar nele. Por outro lado, apontaram para o fato de que nem mesmo elas tinham clareza de como conduzir o processo dependendo exclusivamente da sua boa-vontade e iniciativa a realização. **Em momento algum foi apresentada ou discutida qualquer proposta de planejamento que considerasse a sua implementação possível no contexto da Escola.** Não estava contemplado, por exemplo, que houvesse tempos definidos no calendário escolar que possibilitassem a participação dos professores nos encontros e estudos propostos. O processo corria paralelo ao funcionamento “normal” da Escola, enquanto os professores continuavam envolvidos diretamente com o atendimento dos alunos. Como poderiam participar se estavam em sala de aula? As entrevistadas reconhecem que, mesmo querendo, ficaram assim impedidas de participar em muitos momentos. Além disso, **queixam-se da não comunicação interna, e entre a escola e a coordenadoria, falhas supridas somente pela leitura das notícias que a mídia publicava** (DAL MORO; BEDIN, 2007, p. 11, grifo nosso).

Este é um aspecto que merece atenção na nova política avaliativa do estado. Se a intenção é, como declarado em documentos e entrevistas, estimular uma nova cultura de participação e avaliação, induzindo novos rumos para a educação pública gaúcha, na perspectiva da qualidade social, a comunicação interna nas escolas, com a comunidade local e a comunicação entre as instituições (escola, CRE e SEDUC), precisa ser fortalecida. Como já foi afirmado, é preciso que o governo atue na criação de condições para que as discussões aconteçam e possam resultar em mudanças, em estratégias que permitam que a escola, no seu contexto concreto, avance no sentido da construção da qualidade social com cidadania, coerente com

⁴² A Constituinte escolar foi construída durante o período de março de 1999 até dezembro de 2000, sendo dividida em cinco momentos que passaram por audiências locais e regionais, uma Conferência Estadual e a (re)elaboração dos PP's e Regimentos Escolares. Conforme Schmitz (2007) menciona, foram realizadas: 191 pré-conferências municipais com a participação de mais de 60 mil pessoas (entre responsáveis, alunos, técnicos administrativos de escola e professores); 31 pré-conferências regionais, com a participação de 9 mil pessoas eleitas nas pré-conferências municipais; uma conferência estadual com a participação de 3500 delegados eleitos nas pré-conferências regionais sendo que o texto final foi detalhadamente discutido em 100 grupos de trabalho, sistematizado e aprovado em plenária.

os anseios da comunidade em que está inserida. Tais condições envolvem, entre outros aspectos já discutidos, a parceria concreta entre comunidade, escola, CRE e SEDUC e a necessidade de regulamentar essa dinâmica e os espaços de participação.

Embora se caracterizem como políticas públicas distintas, a experiência da Constituinte Escolar traz importantes elementos a serem considerados na implementação do SEAP-RS. Vale ressaltar que embora no momento da Constituinte Escolar fosse vivenciado um período de tentativa de radicalização da democracia no Rio Grande do Sul, com uma política ampla de estímulo à participação social, ainda assim não foi possível barrar as dificuldades *in loco* de implementação. Mesmo o longo período de encontros para discussões de construção e apropriação da política não foram suficientes para minimizar os problemas e garantir uma implementação possível no contexto da escola. Assim, o SEAP-RS encontra desafios ainda maiores, considerado o contexto de participação restrita que vem ocorrendo nos últimos anos no estado e seu próprio contexto de formulação não participativa.

Este contexto, apesar de experiências participativas anteriores, contribuiu para que não fosse construída uma cultura efetivamente participativa pela população gaúcha. Entre as experiências, cabe ressaltar que, durante o Governo Olívio Dutra, PT (1999-2002), o Rio Grande do Sul experimentou processos participativos como a já mencionada Constituinte Escolar e o Orçamento Participativo, inseridos em um projeto de sociedade baseado na efetiva participação social nos rumos das ações do Estado. Neste sentido, a participação era entendida para além da mera consulta, incluindo decisão, mudança de rumos e fiscalização por parte da sociedade.

Porém, para além das dificuldades⁴³ encontradas quando da construção do processo Constituinte Escolar, a descontinuidade de uma política efetivamente participativa nos próximos oito anos, foi fundamental na manutenção da participação restrita a certos mecanismos como o voto. Cabe ressaltar mais uma vez que, no contexto gaúcho, essa descontinuidade se dá, em parte, pela oposição existente entre os projetos de sociedade e educação eleitos pela população de forma alternada. De acordo com um ou outro projeto, a participação pode assumir diferentes significados

⁴³ Uma das principais foi a decisão do CPERS/SINDICATO em não participar da construção devido ao não atendimento pelo governo das reivindicações salariais e de plano de carreira da categoria. Tal decisão foi deliberada em Assembleia e levada às escolas, porém, nem todas aderiram à indicação do sindicato. Atualmente, a não participação na construção se repetiu em relação às conferências de discussão da reestruturação do ensino médio, mas, mais uma vez, nem todos aderem à indicação.

e atingir diferentes níveis de influência nos rumos das políticas públicas. Assim, após um ciclo de quatro anos pautado pela construção de uma “democracia radical”, o estado do Rio Grande do Sul passou por dois governos que não negavam a ideia de participação, porém, a participação não ultrapassava os espaços de legitimação de escolhas definidas anteriormente ou de deliberação de questões menores que não afetassem o projeto hegemônico. Nas palavras de Mendes (2006), isso cria

[...] a falsa idéia de intervenção da sociedade no espaço público, o que pode não representar uma ameaça à organização social vigente e representar um fortalecimento do projeto hegemônico, levando inclusive à **perda de credibilidade nas experiências participativas e dificultando a implementação de novos projetos pautados nesses princípios** (MENDES, 2006, p. 11-12, grifo nosso).

Neste sentido, o novo sistema de avaliação da educação básica no Rio Grande do Sul encontra constrangimentos de concretização de alguns dos objetivos explicitados em seu desenho, tendo em vista o contexto mencionado. Tais constrangimentos precisam ser considerados para traçarem-se estratégias que minimizem seus efeitos, estimulando a efetiva participação dos atores locais nas políticas públicas educacionais, sob o risco destas, mais uma vez, não se manterem como políticas de Estado:

A consolidação dessas experiências participativas depende também de sua articulação com outras ações do governo que provoquem mudanças mais significativas na estrutura social, para que o peso e o impacto de determinadas medidas adotadas por um governo representem efetivamente alguma ameaça ao projeto hegemônico e não se tratem de medidas esporádicas e tão desarticuladas de qualquer projeto mais amplo que não ultrapassem o resultado imediato da própria atividade (MENDES, 2006, p. 12).

De forma geral, as análises realizadas sobre a formulação e instituição do novo sistema avaliativo gaúcho indicam que é necessária especial atenção para um dos fatores identificados nas experiências de outros estados e municípios: os elementos contraditórios entre os pressupostos da política e a efetivação da prática. Isso se justifica a partir da percepção de que há a necessidade de corrigirem-se algumas distorções de seu processo de construção, o que se deve, em grande medida, à forma como se deu a elaboração da política avaliativa, a qual foi instituída via decreto em dezembro de 2011 e, até o momento, não foi discutida com os atores envolvidos.

Neste sentido, Condé (2011) explica que, na análise de políticas públicas, alguns dos fatores que merecem atenção, dizem respeito ao ponto de partida da agenda e ao caráter da formulação da política em questão. No caso da formação da agenda do SEAP-RS, percebe-se uma manifestação do tipo *top/down*, derivada “da força do poder constituído, do programa do partido vencedor” (CONDÉ, 2011, p. 8-9), mas, também, aliada às muitas manifestações contrárias ao sistema avaliativo anterior – SAERS – a partir do CPERS/SINDICATO e até mesmo da negação dos sistemas de avaliação de desempenho escolar por parte de escolas estaduais. No entanto, a formulação constituiu um cenário *top/down* (de cima para baixo), sem participação dos atores locais – o prazo cedido ao CPERS/SINDICATO para discussão antes da instituição do decreto foi centrado na vinculação ao avanço por merecimento na carreira dos professores.

Em conversa informal com alguns professores⁴⁴ da rede pública estadual em Santa Maria/RS, foi possível perceber que o grau de informações sobre o novo sistema avaliativo é mínimo, não indo muito além do “sabemos que mudou”. Mesmo após a divulgação do período de avaliação no *site* da SEDUC, havia professores e escolas que relatavam não ter conhecimento sobre o sistema avaliativo e seus cadernos orientadores. Essa falta de informações tem relação direta com a apropriação da política pelos sujeitos e, conseqüentemente, sua aplicação e resultados. Condé (2011) explica que aquele que implanta uma política precisa saber porque faz determinadas ações e não outras, além de que, quando os atores locais não conhecem realmente a política – pela elevada centralização e controle “a partir do topo” – podem sentir-se excluídos como sujeitos ativos.

Sendo a implementação o “teste da realidade” da política (CONDÉ, 2011, p. 15), e considerado o cenário de formulação *top/down*, é fundamental para o sucesso da política a consideração das necessidades, da realidade local e, como já foi destacado antes, do poder de intervenção dos atores para o sucesso (ou não) da política (SILVA; MELO, 2000). Considerando que implementação e formulação são interdependentes, a implementação deve passar a associar um caráter *bottom/up* (de baixo para cima) no sentido de que os implementadores tomam decisões e, em certa medida, (re)formulam a política. Neste sentido, um dos desafios da implementação do SEAP-RS parece estar na normatização e rotinização dos espaços de participação e

⁴⁴ Os professores relatam discussões sobre a avaliação escolar na perspectiva emancipatória no contexto de implementação do novo ensino médio, porém, sem relação direta com o SEAP-RS.

o aproveitamento destes espaços para construção da efetiva participação social nos rumos das ações do estado, no caso específico da educação básica.

A partir das considerações acerca dos estudos bibliográficos e de experiências na implementação de políticas públicas de avaliação institucional em outros estados e municípios brasileiros, apresentados, nesta seção, passa-se à análise comparativa dos sistemas avaliativos da educação básica gaúcha em foco nesta pesquisa – o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar e o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul.

2.2 SAERS e SEAP-RS: uma análise comparativa

No início deste capítulo foram apresentadas algumas hipóteses acerca da mudança no sistema de avaliação da educação básica no Rio Grande do Sul: 1) intenção de estimular uma nova cultura e prática de participação da comunidade escolar; 2) intenção de modificações na concepção de avaliação e de qualidade da educação pública gaúcha e, a partir disso, acarretar mudanças nas práticas escolares; 3) necessidade de complementação da nova política avaliativa para que as intenções de mudanças se concretizem, tendo em vista a recriação das políticas públicas quando do seu encontro com a realidade escolar. Sobre a questão da participação da comunidade escolar (hipótese 1) já foram comentados alguns entraves na seção anterior, de acordo com a documentação divulgada até este momento sobre o SEAP-RS, estudos teóricos sobre o tema, experiências em avaliação institucional participativa em outros estados e, também, uma experiência de construção participativa no Rio Grande do Sul, que acabou deixada de lado em função das mudanças governamentais.

Em relação à segunda hipótese também foram feitas algumas considerações na seção anterior, mas, em especial, cabe analisar o desenho previsto para o novo sistema avaliativo – SEAP-RS – em comparação ao desenho do sistema avaliativo anterior – SAERS. Isso se mostra necessário, tendo em vista a diferenciação entre as políticas avaliativas que o governo atual busca realizar. Essa análise permite avaliar, em certa medida, em que aspectos as políticas se diferenciam ou se complementam/aproximam.

Para auxiliar na exposição da análise comparativa, optou-se por organizar os principais aspectos em quadros, a partir dos quais são apresentadas as análises,

considerando as pesquisas documentais e de entrevistas realizadas. Na sequência, o quadro 7 traz alguns aspectos da estrutura organizativa do SAERS e do SEAP-RS.

Quadro 7: Estrutura Organizativa dos sistemas avaliativos SAERS e SEAP-RS

	SAERS	SEAP-RS
Composição	Processo de avaliação individual – rendimento escolar aluno Questionários sócio-econômicos	Processo de avaliação individual – rendimento escolar aluno Processo de avaliação institucional – Escolas, CRE's e SEDUC
Áreas do conhecimento avaliadas	Português; Matemática	Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas
Abrangência e Seleção	Todas as escolas estaduais, urbanas e rurais, independente do número de alunos (censitária), podendo ser estendido a escolas municipais e particulares mediante assinatura de termo de adesão.	Etapas Institucionais: Todas as escolas estaduais, urbanas e rurais, podendo ser estendido a escolas municipais e particulares mediante assinatura de termo de adesão. Etapas Individuais: amostragem, de forma articulada aos processos de avaliação nacional, aplicada em um conjunto de escolas típicas de cada região.
Periodicidade ⁴⁵	Intervalos não superiores a dois anos ⁴⁶ .	Avaliação Institucional: Anual. Avaliação individual (desempenho de estudantes): vinculada ao SAEB, a cada dois anos.
Fases avaliativas	Aplicação das provas e questionários.	*Da avaliação institucional: Fase local – realizada em cada estabelecimento de ensino da rede pública estadual; Fase regional – realizada no âmbito de cada uma das CRE's; Fase estadual – realizada no âmbito da SEDUC com a finalidade de monitorar as avaliações institucionais elaboradas nas fases anteriores, além de coordenar a avaliação dentro do órgão central. *Da avaliação individual: Aplicação das provas – local, por amostragem.
Métodos de análise dos resultados e responsáveis	Analizados com base na Teoria da Análise Crítica e na Teoria de Resposta ao Item, apresentados na escala de proficiência do	O Comitê de Acompanhamento e Análise do processo de avaliação, composto por especialistas designados pelas instituições de Ensino Superior devidamente conveniadas com

⁴⁵ Prevista no decreto que o institui

⁴⁶ Em seu período de vigência foi realizado anualmente (2007 – 2010)

	SAEB e divulgados por turma, escola, Coordenação Regional de Educação e para o conjunto da rede estadual de ensino. Análise dos resultados realizada por contratados especializados. Nos anos de realização do SAERS, o vencedor das licitações foi o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, de Minas Gerais.	a SEDUC, terá a função de acompanhar o processo, analisar e interpretar os dados produzidos nas fases local, regional e estadual de avaliação institucional.
Aspectos avaliados	Competências e habilidades coerentes com o exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e médio além das matrizes de referência do SAEB.	Dimensões, indicadores, e os descritores dos processos institucional e individual serão definidos por regulamentos expedidos pela SEDUC, com ampla divulgação. Sobre o processo de avaliação institucional, tem-se as seguintes dimensões: ambiente de trabalho; prática pedagógica; prática de avaliação; gestão institucional; formação; condições de trabalho; ambiente físico da instituição; acesso, permanência e sucesso na escola; SEDUC e CRE Avaliação do desempenho individual de estudantes articulada à Prova Brasil/SAEB
Relação com a avaliação de professores	Processos independentes: SAERS e Avaliação dos Membros do Magistério do Quadro de Carreira	Concessão de progressões funcionais baseadas em critérios vinculados ao SEAP-RS: Avaliação Institucional (Categoria cooperação, dimensão participação) e, também, na Avaliação Individual (Categoria Avaliação do trabalho, dimensão Percurso Individual)

Fontes: Rio Grande do Sul (2007; 2011a; 2011e; 2011f).
Elaboração do quadro: própria

O primeiro aspecto que diferencia o SAERS e o SEAP-RS está na previsão da avaliação institucional dentro do sistema de avaliação da educação básica, juntamente com a avaliação do desempenho individual dos estudantes. Além de incluir a avaliação institucional, o SEAP-RS prevê que esta seja realizada de forma participativa, com envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, em um movimento de fortalecimento da prática participativa. Como já foi discutido na seção

anterior, essa ideia de participação precisa estar definida e encontrar meios de efetivação na prática escolar, sob o risco de figurar apenas como palavras de um discurso vazio, incoerente com a realidade das instituições escolares. A própria experiência da Constituinte Escolar no Rio Grande do Sul encontra relatos, como os já mencionados, de escolas interessadas em participar ativamente, construindo o processo, porém, sem as condições práticas necessárias para tal atuação. Mais do que escrever sobre a importância da participação é preciso que a política seja executada e utilize instrumentos que efetivamente estimulem e permitam a participação na sua construção. Dessa forma, com os segmentos da comunidade escolar atuando como sujeitos ativos da política educacional, as possibilidades de políticas que deveriam ser de estado, resumem-se a políticas de governo, reduz, tendo em vista que os atores envolvidos assumem para si a responsabilidade de colocar em prática e também de cobrar os meios necessários para efetivação da política em seu cotidiano. Neste sentido, o novo sistema avaliativo procura incluir mais faces da avaliação educacional, indo além da quantificação do rendimento escolar e da análise de questionários sócioeconômicos, como ocorria no SAERS. No âmbito das escolas, a intenção é que o processo de avaliação institucional funcione como um momento diagnóstico de reflexão da escola sobre ela mesma, induzindo a busca por alternativas de mudanças de práticas com vistas a melhoria da qualidade social da educação ofertada. Esse diagnóstico deverá ser realizado através de uma ferramenta *online* (disponibilizada através do SIMEC/RS) a partir das dimensões detalhadas no capítulo 1 – Gestão Institucional; Espaço Físico; Organização e Ambiente de Trabalho; Condições de acesso, permanência e sucesso na escola; Formação dos profissionais da educação; Práticas Pedagógicas e de Avaliação. Conforme já comentado neste trabalho, cada dimensão é formada por indicadores e estes por descritores. De acordo com o exemplo de pontuação e justificção dos indicadores apresentado no capítulo 1 (Figura 1, p. 29), os descritores representam cinco graus de concretização do indicador correspondente. Se esta etapa vier a ser utilizada de forma comparativa entre escolas, é provável que gere informações contraditórias, tendo em vista as diferenças regionais, sociais e econômicas, e os diferentes níveis de envolvimento com o processo avaliativo. Por outro lado, se o objetivo maior for de a escola olhar para dentro de si mesma, buscando melhorias na sua prática cotidiana, o desafio está no suporte que o poder público dará para as mudanças necessárias e, antes disso, na forma utilizada para incentivar a utilização reflexiva do instrumento. As de-

clarações veiculadas pela SEDUC indicam que a preocupação maior com a avaliação institucional está na mudança de ações a partir da reflexão, conforme se pode perceber no trecho a seguir, já citado anteriormente:

[...] vale salientar o sentido pedagógico desse processo, pois o conhecimento prévio das dimensões, indicadores e descritores pelos quais se assentará o SEAAP-RS permitirá a reflexão e análise do fazer educativo, possibilitando que a prática seja reorganizada e ressignificada, a fim de estabelecer novos procedimentos, planejamentos e ações em outra cultura pedagógica na escola e em toda a estrutura da rede estadual de ensino (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2011).

O sistema anterior, SAERS, em seu desenho, previa que ocorressem momentos de reflexão nas escolas a partir dos resultados obtidos, conforme explicitado no quadro 2, presente na p. 21, capítulo 1. O material que orientaria esses momentos seria o Boletim Pedagógico de Resultados, elaborado pela instituição responsável pela aplicação das provas e análise dos resultados – CAEd/UFJF – e distribuído às escolas pela SEDUC, em reuniões das CRE's com os diretores de escolas. Notícias da realização desses encontros das CRE's com os diretores de escolas podem ser observadas em diversos *sites da internet*⁴⁷.

Os boletins indicavam os resultados alcançados pela escola (a partir de 2008, também de forma comparativa aos resultados dos anos anteriores) e eram divididos por série/ano e área avaliada (Língua Portuguesa e Matemática). Cabe ressaltar que, no retorno à escola, os diretores deveriam reunir os professores para as discussões dos resultados e busca de estratégias para corrigir os desempenhos considerados insatisfatórios. No *blog* de uma escola estadual é possível verificar relato⁴⁸ de uma dessas reuniões, ocorrida em 2009, em uma terça-feira, das 13h30min às 17h. Essas poucas horas foram o tempo de discussão em conjunto dos resultados da escola na avaliação realizada no ano anterior. O quadro das demais escolas públicas não se diferenciava muito, tendo em vista a elevada carga horária dos professores em sala de aula (cerca de um terço destes professores eram contratados) e o número reduzido de professores atuando em relação a períodos anteriores. Assim, a ausência de outras políticas educacionais de suporte às mudanças necessárias para

⁴⁷ Algumas das notícias podem ser verificadas em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=256&ID=5583; http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_mariza_abreu_apresenta_resultados_do_saers_e_programas_estruturantes_em_bage-o157024.html; <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/4390/sec-expoe-saers-2008-para-gestores>

⁴⁸ Disponível em: <http://ieefv.blogspot.com.br/2009/08/professores-realizam-estudos-sobre-os.html>

melhoria da educação pública gaúcha (nem mesmo a hora-atividade estava regulamentada), inserida em um contexto, definido pelo CPERS/SINDICATO, como de desmonte da educação pública no estado, contribuiu para que a utilização dos resultados não ocorresse da forma prevista nos documentos oficiais. De que vale um sistema de avaliação que se pretende reconduzidor de políticas públicas educacionais em um contexto educacional que envolve enturmação, multisseriação, fechamento de bibliotecas e de laboratórios de ciências e de informática e, até mesmo, a suspensão de serviços de orientação educacional e de supervisão pedagógica, conforme denunciado frequentemente pelo CPERS/SINDICATO⁴⁹? Isso só vem a reforçar a ideia de que a política avaliativa é apenas um dos aspectos dentro do processo de melhoria da qualidade da educação e que, sem o apoio de outras políticas educacionais não se avança para além da reunião de informações sobre a educação pública. Além disso, retoma uma questão apresentada no início deste estudo: como se avalia a qualidade da educação e que qualidade é essa. Neste sentido, o SEAP-RS se diferenciará de seu antecessor, na prática, apenas se estiver acompanhado de um conjunto de outras ações que visem a melhoria da qualidade social da educação e deem suporte às ações dos sujeitos escolares. Algumas já estão sendo desenhadas e executadas, como a mudança no ensino médio, a realização de concurso público⁵⁰ (a estabilidade dos profissionais atuantes nas escolas é um aspecto avaliado no SEAP-RS) e a regulamentação da hora-atividade. O pagamento imediato do piso salarial figura ainda como o principal fator de tensão entre poder público e professores⁵¹. Cabe ressaltar que as referidas ações de suporte não estão restritas à área educacional, envolvendo necessárias políticas sociais que minimizem as diferenças extra-escolares que impedem que os estudantes atinjam bons resultados escolares.

⁴⁹ Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação

⁵⁰ Há declarações do Secretário Estadual de Educação indicando a realização de um novo concurso público, com vagas para professores e técnicos administrativos de escola. Um dos fatores que exige a realização de novo concurso diz respeito ao baixo índice de aprovação no concurso público realizado em abril de 2012: apenas 8% dos candidatos foram aprovados. O concurso para professores realizado em abril deste ano oferecia cerca de 10.000 vagas em todo o estado. Os resultados do concurso também figuram como fator de tensão entre CPERS/SINDICATO e o governo do estado. Até o fechamento desta dissertação, foram realizadas 5.500 nomeações de professores nas diversas áreas, para atuação desde os anos iniciais até o ensino médio.

⁵¹ O governo havia realizado um acordo com o Ministério Público, no qual, pagaria o piso salarial do magistério aos professores com jornada de trabalho de 40 h, na forma de um completivo salarial temporário (até o pagamento integral do piso, previsto para 2014), sobre o qual não incidiriam outras vantagens. No entanto, o acordo foi suspenso pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que acolheu o pedido do CPERS/SINDICATO contra o acordo.

Outros aspectos que mudam do SAERS para o SEAP-RS, estão diretamente relacionados à avaliação do desempenho dos estudantes. O SEAP-RS engloba as áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza e deverá ser realizado por amostragem e articulado com o SAEB. Essa articulação “compreende a seleção de escolas típicas onde a aplicação das avaliações nacionais será complementada por provas estaduais na área do conhecimento de Ciências da Natureza e Ciências Humanas” (RIO GRANDE DO SUL, 2011a). Estas escolas típicas deverão ser selecionadas a partir do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. A aplicação das provas de proficiência no SEAP-RS tem como finalidade o “recolhimento de dados empíricos de relevância a serem considerados na totalidade do processo de avaliação” (RIO GRANDE DO SUL, 2011f, p.4), com informações representativas de alunos dessas escolas típicas. Nos documentos oficiais, a definição das escolas típicas não apresenta maiores informações além do IDEB figurar como critério de seleção. O primeiro documento que apresenta o SEAP-RS (ainda com a sigla SEAP-RS), no quadro comparativo⁵² da situação avaliativa precedente com a atual, afirma que será necessário “que, **em todas as situações** onde há previsão da utilização das avaliações nacionais, estas sejam complementadas por provas estaduais” (RIO GRANDE DO SUL, 2011f, p. 3, grifo nosso). No entanto, no decreto que institui o SEAP-RS, posterior ao documento citado anteriormente, fica definida a amostragem de escolas e CRE’s participantes a partir do critério “IDEB”. Além disso, cabe ressaltar que o ensino médio faz parte da primeira avaliação complementar do SAEB, a ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica – e que, a partir do sistema nacional, não há retorno dos resultados por município, mas sim, por unidade da federação, região e para o Brasil como um todo. Neste sentido, a articulação com a avaliação nacional permitirá o retorno dos resultados por município e escola apenas para os 5º e 9º anos do ensino fundamental participantes da segunda avaliação complementar do SAEB – a ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, na qual a prova é conhecida também como Prova Brasil.

Sobre a inclusão das outras áreas do conhecimento – Ciências Humanas e Ciências da Natureza – na avaliação do desempenho, ela articula-se com o trabalho no novo ensino médio, o qual é estruturado a partir de áreas de acordo com os princípios e orientação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (2012), homolo-

⁵² Anexo 9, p. 128 - Quadro comparativo dos sistemas de avaliação – SAERS e SEAP-RS – publicado pela SEDUC

gadas em janeiro deste ano. A intenção é de produzir-se, por amostragem, “informações sobre o ensino nas quatro áreas do conhecimento de modo que estas auxiliem o Governo Estadual nas decisões e no direcionamento das ações político/pedagógica/administrativa” (RIO GRANDE DO SUL, 2011f, p.4). Além disso, contribui para uma visão mais global da educação escolar, ao passo que não restringe a análise das necessidades de mudanças nas políticas públicas educacionais aos resultados quantitativos atingidos em duas áreas específicas. Outros estados já incluíram essas áreas nas suas avaliações em larga escala, entre eles São Paulo e Minas Gerais, além do Distrito Federal e da cidade de Belo Horizonte.

Mariza Abreu, Secretária de Educação do Rio Grande do Sul durante parte do governo Yeda Crusius (PSDB), critica a mudança no sistema de avaliação do estado, entre outros motivos, por deixar de ser censitário, passando a trabalhar de forma amostral com relação ao desempenho individual do estudante e por se limitar a avaliar os mesmos anos escolares da Prova Brasil e SAEB – o SAERS realizava as provas em outros anos escolares considerados cruciais⁵³ na trajetória escolar dos estudantes. Segundo a ex-secretária,

Sem avaliação universal implementada pela Secretaria da Educação, as escolas estaduais não receberão o boletim pedagógico com seus próprios resultados, para usar como instrumento a fim de melhorar sua prática de ensino e, portanto, a aprendizagem de seus alunos. O boletim pedagógico do SAERS é muito mais rico em dados e análises do que o da Prova Brasil (ABREU, 2011, s.p.).

Se, por um lado, a avaliação do desempenho, ao deixar de ser censitária, não permite retorno de resultados mais detalhados para cada escola, por outro, leva à reflexão sobre o caráter da avaliação em larga escala e sua coerência com um projeto educacional que defende a qualidade social em lugar da simples técnica. Isso remete a uma das questões apresentadas ao início do primeiro capítulo: “Como avaliar qualidade educacional?”. Ao colocar a avaliação do desempenho individual como amostral e a avaliação institucional participativa como censitária (em relação ao número de escolas estaduais), o sistema avaliativo reforça a centralidade nos processos escolares, utilizando os resultados individuais de desempenho como informação

⁵³ “[...] o SAERS avalia anos letivos críticos da escolarização por apresentarem maiores dificuldades de aprendizagem e maiores taxas de repetência: a 2ª série ou 3º ano do ensino fundamental, quando o aluno deve estar plenamente alfabetizado, segundo meta do Todos pela Educação; a 5ª série ou 6º ano, primeiro ano letivo da segunda etapa do ensino fundamental, com taxas elevadas de reprovação; 1ª série do ensino médio, com maior reprovação nesse nível de ensino” (ABREU, 2011)

importante, porém, não a principal. Assim, rompe-se com uma visão reducionista da avaliação da qualidade da educação, restrita à aprendizagem de determinadas áreas, partindo para uma visão mais global que envolve outros componentes e fatores intra e extraescolares. Como já foi discutido anteriormente, a AIP traz novos atores para o processo de avaliação da escola, além de novos pontos de vista para análise dos fenômenos educativos, implicando “mudança substantiva na forma de conceber a avaliação e, mais ainda, na forma de praticá-la, sobretudo quando se toma a escola e seus atores locais como espaço e interlocutores preferenciais para gerar consequências [sic] aos dados obtidos” (SORDI; LUDKE, 2009, p. 322). Isso vai ao encontro da segunda hipótese apresentada, de que a mudança no sistema avaliativo tem, entre outras, a intenção de modificações na concepção de avaliação e de qualidade da educação pública gaúcha e, a partir disso, acarretar mudanças nas práticas escolares. Da mesma forma, os indicadores considerados na avaliação do percurso individual dos membros do magistério (Quadro 6, p. 32), reforçam a compreensão de que há intenção de modificações nas práticas escolares a partir do sistema avaliativo.

Por outro lado, é importante ressaltar a falta de informações nos documentos oficiais sobre como se dará o retorno dos resultados de desempenho, em especial, para o ensino médio, tendo em vista a articulação com a avaliação nacional que prevê retorno dos dados apenas por estados. Neste caso, a falta de informações mais detalhadas se torna, em certa medida, prejudicial considerando a heterogeneidade educacional no estado gaúcho e os graves problemas de retenção e abandono enfrentados nesta etapa da educação básica pública do estado do Rio Grande do Sul⁵⁴. Se entre os resultados pretendidos com o SEAP-RS figuram os de observar “sistematicamente se a ação pedagógica possibilita a efetiva aprendizagem” e implementar “programas e projetos adequados, de apoio ao ensino e a aprendizagem para que ocorra a redução das taxas de reprovação, abandono” nos ensinos fundamental e médio (RIO GRANDE DO SUL, 2011f, p. 5), é necessário que os dados sobre a aprendizagem, para todas as etapas avaliadas, permitam um olhar mais específico, ao menos, por municípios. É importante que cada escola possa associar os resultados de desempenho dos estudantes à avaliação institucional e às avaliações

⁵⁴ Além disso, convém destacar que o estado gaúcho, em 2010, era formado por 496 municípios (IBGE, Censo 2010).

internas da escola para que, então, estratégias e decisões locais sejam tomadas em favor da melhoria da qualidade das escolas públicas gaúchas.

Quanto ao fato do desempenho ser avaliado apenas nos anos finais se o previsto no desenho da política avaliativa encontrar respaldo para sua concretização nas instituições da rede educacional do Rio Grande do Sul, isso não será prejudicial, tendo em vista que o repensar de práticas e políticas será realizado anualmente, pelo conjunto da comunidade escolar, e deverá ter seus reflexos na educação básica como um todo – o que, de certa forma, também pode minimizar os efeitos da falta de dados para o ensino médio, comentada anteriormente. Isso pode ser afirmado a partir dos preceitos da AIP e de seus objetivos, sendo que aprender “avaliação institucional significa assumir o monitoramento ativo do cotidiano escolar, sem que se resvale para o controle, assegurado pela excessiva produção de regras sobre a realidade e a comunidade” (SORDI; LUDKE, 2009, p. 327). A partir desse monitoramento ativo com a reflexão coletiva sobre os resultados obtidos na AIP, está se trazendo para “o espaço coletivo da escola as diferentes leituras dos problemas da escola e como estes afetam a aprendizagem das crianças no interior das salas de aula” (SORDI; LUDKE, 2009, p. 332). Com isso, tem-se a possibilidade de enriquecimento sobre a discussão avaliativa e de potencialização do compromisso dos professores com o direito dos estudantes aprenderem. Desta forma, através da AIP, traça-se caminhos alternativos de melhoria da qualidade social da educação pública, os quais também contemplam o componente referente à aprendizagem e desempenho.

Quanto à periodicidade de aplicação prevista, o SAERS foi realizado anualmente enquanto que o SEAP-RS prevê realização anual da avaliação institucional e bianual da avaliação de desempenho dos estudantes, devido à sua articulação com a avaliação nacional. Quanto à execução, merece destaque o fato de que o SEAP-RS visa consolidar parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) no estado através de convênios para que estas atuem “com a função de acompanhar o processo, analisar e interpretar os dados produzidos nas fases local, regional e estadual de avaliação” (RIO GRANDE DO SUL, 2011a). No que diz respeito à avaliação do desempenho individual dos alunos, sabendo que as provas serão aplicadas de forma completa às provas do SAEB (o estado aplicará as provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas), o tratamento a ser dado deve seguir o que era realizado no SAERS (resultados analisados com base na Teoria de Resposta ao Item).

Durante a vigência do SAERS, havia aplicação de um questionário socioeconômico e posterior organização e divulgação dos dados em um Boletim Contextual, com o objetivo de que, na análise dos resultados de desempenho dos alunos pela escola, os dados fossem cruzados e analisados em conjunto.

Os questionários contextuais objetivam produzir uma compreensão mais ampla do processo educacional. No intuito de investigar a fundo todos os fatores que podem influenciar o desempenho dos alunos, estes questionários avaliam aspectos mais amplos do processo de aprendizagem, para além da mensuração das habilidades cognitivas. Eles buscam compreender de que forma fatores como a condição socioeconômica do aluno, o nível de escolaridade dos pais, a atuação do professor em sala de aula, o empenho do diretor, e uma série de outras questões, afetam o desempenho do aluno, medido pelos testes (RIO GRANDE DO SUL, 2010b, p. 9).

Os aspectos analisados e divulgados no boletim eram divididos em fatores intraescolares e fatores extraescolares. Nos fatores extraescolares⁵⁵, no boletim de 2010, constam a escolaridade dos pais ou responsáveis e a posse de bens materiais como, por exemplo, existência de energia elétrica e água na torneira na residência do aluno, além da distribuição percentual por sexo e raça dos alunos. Nos fatores intraescolares, são comentados no texto: organização e gestão da escola; infraestrutura da escola; clima acadêmico; qualificação e motivação do corpo docente; ênfase pedagógica. Dentre esses, no entanto, no boletim analisado, só é quantificado o aspecto “Dedicação e envolvimento do professor, segundo os alunos”. O foco estava em considerar possíveis fatores que influenciariam o desempenho dos alunos nas provas aplicadas.

Por sua vez, o SEAP-RS, quanto aos aspectos avaliados na AIP, envolve as dimensões e seus indicadores (detalhados no capítulo 1). Os descritores funcionam como níveis de ocorrência dos indicadores de cada dimensão avaliada. Mais uma vez, destaca-se a diferença de concepções educacionais (e, conseqüentemente, de qualidade da educação escolar) entre os dois sistemas, visto que o SEAP-RS vai além da apresentação de resultados selecionados de um questionário, buscando que os atores locais analisem e discutam sobre os fatores que interferem nos resultados individuais e coletivos da escola. O novo sistema avaliativo, em seu desenho de AIP, indica nas dimensões avaliadas, a preocupação com uma formação integral dos sujeitos, pois seus indicadores demonstram atenção para com aspectos educa-

⁵⁵ Eram considerados os elementos do Índice Socioeconômico (ISE).

cionais que estão além do desenvolvimento das competências e habilidades de uma matriz de referência. Entre esses indicadores, pode-se citar: na dimensão ambiente de trabalho - relações de solidariedade, combate a discriminação; na dimensão práticas pedagógicas - práticas de inclusão; na dimensão gestão institucional - tratamento aos conflitos que ocorrem no cotidiano da instituição; na dimensão acesso, permanência e sucesso na escola - atenção as famílias dos alunos. Além disso, coloca as Coordenadorias Regionais de Educação (CRE's) e a própria Secretaria de Educação na posição de avaliadas. Merece destaque nessa dimensão, o indicador que trata da comunicação e atendimento as necessidades das escolas e comunidades pela CRE e SEDUC, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas escolas quando da realização da Constituinte Escolar, já relatadas anteriormente.

Um aspecto do SEAP-RS, inexistente no SAERS, e que gerou tensões entre governo e sindicato, diz respeito à sua vinculação com a pontuação dos professores para avanço por merecimento na carreira. A mudança nos critérios de pontuação, como já foi relatado no capítulo 1, centra a progressão dos professores na formação inicial e continuada - dos atuais 13,47% da pontuação para formação, pela nova proposta, passa-se para 64,86%. A mudança gerou resistência no sindicato o que fez, inclusive, com que a publicação do decreto que instituiu o SEAP-RS fosse adiado de setembro para dezembro de 2011. Além dos problemas destacados pelo CPERS/SINDICATO com essa centralidade e já comentados também no capítulo 1, há a questão da vinculação da pontuação à participação no SEAP-RS, e, também, ao aumento das taxas de permanência nas escolas públicas estaduais. A avaliação do trabalho dos membros do magistério também faz parte da pontuação para avanço na carreira e refere-se à avaliação a partir dos indicadores do Percorso Individual do “sistema estadual de avaliação dos órgãos e estabelecimentos escolares que integram a rede estadual de ensino, a qual será destinada à avaliação dos professores, diretores e vice-diretores e professores e especialistas de educação do apoio pedagógico” (RIO GRANDE DO SUL, 2011b). O sindicato mostra-se contrário à alteração e a classifica como meritocrática, enfatizando que desobriga o estado, responsabilizando os professores pela evasão dos alunos. Em entrevista ao Jornal Sul21, em 13 de outubro de 2011, quando perguntada sobre qual o modelo ideal de avaliação do ensino na visão do CPERS/SINDICATO, a presidente do sindicato, Rejane Oliveira, não falou sobre o modelo avaliativo defendido pelo sindicato, apenas afirmou que

Nós não terminamos a análise do projeto do governo, mas defendemos o nosso plano de carreira, a manutenção do processo de avaliação como está hoje e que o governo pague o piso nacional para os trabalhadores em educação. É importante dizer que a nossa categoria está fazendo caravanas pelo interior, construindo a greve pela exigência do piso. Não abrimos mão desta conquista. Temos uma assembleia geral prevista para novembro. O governo, se não pagar o piso por vontade própria, será obrigado a pagar pela luta da categoria (PARA Cpers, avaliação isenta Estado e sobrecarrega professores, 2011).

reforçando a centralidade do debate atual do CPERS/SINDICATO no cumprimento do piso salarial. Até o momento, não se encontrou divulgação de posicionamento sobre a forma considerada ideal para a avaliação da educação básica gaúcha e/ou apresentação de uma proposta, por parte do CPERS/SINDICATO.

Para comparar os dois sistemas avaliativos a partir de seus princípios e finalidades declarados nos documentos oficiais, optou-se por organizar tais informações em um segundo quadro, apresentado na sequência. Alguns dos itens presentes neste quadro já foram discutidos em relação ao SEAP-RS ao longo das seções anteriores, porém, são retomados aqui de forma a ilustrar a comparação ao SAERS.

Quadro 8: Princípios gerais e Finalidades: SAERS e SEAP-RS

	SAERS	SEAP-RS
Princípios gerais	*Utilização dos resultados da avaliação da aprendizagem para melhorar a qualidade da educação escolar; *Consolidar o processo de avaliação externa censitária na rede estadual do RS, em parceria com Secretarias Municipais de Ensino e escolas particulares no Estado que manifestem sua adesão a esse processo; *Reorientar o trabalho de cada uma das escolas participantes do sistema e assegurar a participação comunidade escolar no acompanhamento dos resultados da avaliação externa de aprendizagem, contribuindo para o fortalecimento e disseminação de uma cultura de avaliação.	*Todas as instituições e sujeitos, consideradas a diversidade e diferenças de necessidades e condições reais de existência, têm contribuições que precisam ser explicitadas; *Fortalecimento e consolidação dos espaços de participação e discussão com todos os segmentos da comunidade escolar; *Valorização do envolvimento da comunidade escolar e da construção coletiva; *Cada Instituição que compõe a rede estadual de educação (escolas, CRE's e SEDUC) forma um todo indivisível e integral dentro do qual os resultados educacionais são obtidos e onde necessita haver o compartilhamento ético de responsabilidades; *Qualidade social da educação com cidadania.
Finalidades	*Fornecer subsídios para a implementação de ações de formação continuada de professores; *Divulgação das boas práticas de escolas com melhores resultados e identificação das escolas com resultados insuficientes para receber apoio e realizar o replanejamento de sua gestão e ação pedagógica; *Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução das desigualdades educacionais; *Desenvolvimento de uma cultura de avaliação que envolva toda a comunidade escolar; *Avaliar o rendimento escolar e as condições internas e externas à escola que interferem no desempenho escolar.	*Elaborar diagnósticos qualitativos que permitam compreender, com mais profundidade do que as avaliações nacionais, a realidade educacional do estado do RS, de forma a incidir na formulação e/ou implementação das políticas educacionais locais; *Implementar programas e projetos adequados, de apoio ao ensino e a aprendizagem com redução das taxas de reprovação e abandono nos ensinos fundamental e médio e a superação do fracasso escolar; *Qualificação institucional por meio da valorização profissional com a consolidação de um sistema que permita acompanhamento contínuo do servidor visando seu desempenho e aprimoramento; *Consolidar parceria com as IES em um movimento de pensar a gestão, a prática pedagógica, as condições físicas e materiais das escolas, promovendo mudanças de práticas e direcionamento da política educacional. *Obtenção de informações mais detalhadas sobre cada instância que compõe a rede estadual e seus sujeitos, estabelecendo mecanismos que socialize estas informações para aprofundar a reflexão coletiva. *Aumentar os índices de desempenho da educação básica nas avaliações nacionais e IDEB projetado.

Fontes: Rio Grande do Sul (2007; 2011a; 2011f)

Elaboração do quadro: própria

A partir da leitura comparativa dos princípios e finalidades dos dois sistemas avaliativos (os quais podem ser verificados no quadro 8, da página anterior), percebe-se, mais uma vez, as diferenças na concepção educacional: enquanto no SAERS percebe-se o foco no desempenho escolar, baseado em competências e habilidades a partir de uma matriz de referência, no SEAP-RS percebe-se uma ênfase maior nos processos que ocorrem dentro das instituições da rede escolar gaúcha – escolas, CRE's e SEDUC, porém, sem perder de vista o desempenho dos estudantes. No desenho da nova política avaliativa, a ênfase se dá nos processos de reflexão sobre a ação, ocorrendo dentro da própria escola, a partir dos atores locais ao mesmo tempo em que isso passa pelas instituições superiores como CRE e SEDUC. Está previsto retorno detalhado dos resultados para cada instituição da rede educacional do Rio Grande do Sul, porém, este retorno será dos processos avaliados em cada uma das dimensões previstas. O desempenho individual deixa de ser o centro da avaliação e passa a ser um dos componentes de um processo complexo – se as concepções educacionais são distintas, é natural que as formas de avaliar a qualidade da educação também sejam distintas. Essa nova forma exige um grande comprometimento e “desacomodação” de muitos profissionais da educação, o que, por sua vez, necessita do apoio e incentivo do poder público para concretização. De acordo com informações da 8ª CRE (Sede em Santa Maria/RS), as discussões e encontros com professores, até o momento, estão sendo realizados em função do novo ensino médio, porém, já de forma relacionada ao SEAP-RS através do debate sobre a importância da avaliação emancipatória e os princípios do novo ensino médio. Conforme a Coordenação Pedagógica da 8ª CRE, esses encontros são a introdução ao processo de mudanças em curso na política educacional do estado.

Como já foi afirmado antes, a reforma no ensino médio evidencia relação com as mudanças no sistema de avaliação estadual na perspectiva do projeto educacional do atual governo, que indica uma construção mais participativa, além de projetos que visam minimizar a fragmentação educacional. Isso, por sua vez, também exige mudanças na prática educativa do ensino fundamental, visando a concretização de objetivos já previstos na LDB 9.394/96, parâmetros e diretrizes nacionais. Assim, a partir das análises apresentadas neste segundo capítulo e da descrição do caso de gestão em estudo, apresentada no capítulo 1 da presente dissertação, parte-se para o Plano de Ação Educacional. Para tanto, apresenta-se, na sequência, o capítulo 3,

organizado na forma de uma proposta de intervenção na política educacional em estudo.

3. O PLANO DE AÇÃO: INTERVIR PARA FORTALECER A PARTICIPAÇÃO

Como vem sendo apresentado e discutido ao longo dos capítulos 1 e 2 desta dissertação, o caso em estudo diz respeito à recente mudança no sistema de avaliação da educação básica do Rio Grande do Sul. O sistema avaliativo anterior, SAERS, foi cancelado e, em sua substituição, foi instituído, através do Decreto Estadual nº 48.744/11, o Sistema Estadual de Avaliação Participativa, SEAP-RS. Nos materiais e orientações até então divulgados sobre o novo sistema avaliativo, há a indicação de mudanças, ao menos conceitualmente, significativas no processo de avaliação da qualidade da educação estadual gaúcha.

Conforme explicitado no capítulo 1, de descrição do caso de gestão em estudo, nesses materiais, há a indicação de se configurar uma avaliação global, que vai além da avaliação do desempenho escolar, envolvendo múltiplos aspectos – quantitativos e qualitativos – nos vários níveis educacionais e sobre os sujeitos participantes – alunos, professores, técnicos, pais/responsáveis, escolas, CRE's e SEDUC. A intenção seria de ultrapassar os limites de uma avaliação individual articulando-a a uma avaliação institucional que seja participativa. Assim, a dimensão da gestão analisada diz respeito à elaboração e implementação de políticas públicas em nível estadual para a avaliação da educação básica.

Neste capítulo 3, tem-se o desafio de propor um Plano de Ação Educacional que vise indicar caminhos possíveis para complementar elementos da política avaliativa, minimizando possíveis fragilidades e/ou distorções, a partir da indicação de contradições, lacunas, limites, possibilidades e aspectos positivos. Para tanto, este capítulo foi estruturado em seções, as quais retomam, inicialmente, as principais considerações sobre o caso analisado e apresenta as linhas gerais de proposição para, então, em segundo momento, tratar das ações mais específicas do Plano de Ação Educacional.

3.1 Algumas considerações sobre a mudança

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa documental comparativa entre os sistemas de avaliação da educação básica em estudo – SAERS e SEAP-RS – foi possível perceber elementos que diferenciam bastante os desenhos das políticas avaliativas. Cabe ressaltar, em especial, a inclusão da avaliação institucional partici-

pativa no sistema instituído ao final de 2011, como elemento de grande importância na construção de uma escola pública de qualidade social. Desta forma, o novo sistema pretende diferenciar-se do anterior ao propor uma relação dialética de avaliação, em que todos os sujeitos escolares são avaliados e avaliadores e em que a quantificação do desempenho escolar dos estudantes é apenas um dos aspectos merecedores de atenção na questão da qualidade. Neste contexto, o processo de avaliação institucional tem papel formativo, ao passo que a reflexão sobre a prática pode auxiliar nas transformações necessárias para que a escola pública gaúcha atue no sentido da qualidade social.

Sendo a AIP o principal diferencial entre as políticas avaliativas, é necessária especial atenção e busca de estratégias complementares para que sua implementação ocorra de forma a contemplar os objetivos previstos. Caso isso não aconteça, corre-se o risco de não ultrapassar os limites do discurso, com a política ficando restrita ao campo das intenções. Neste sentido, as experiências analisadas ao longo do capítulo 2, resguardadas as devidas proporções e diferenças contextuais, indicam aspectos importantes a serem considerados e pensados também para a experiência gaúcha que se desenha.

Considerando que a busca de maior participação da comunidade escolar nos rumos da educação escolar é o eixo principal das avaliações institucionais participativas, é necessária especial atenção para as estratégias que serão utilizadas para propiciar e estimular tal participação. Um alerta presente nas análises das experiências vivenciadas em Campinas/SP está na necessidade de construção de referência coletiva no processo avaliativo, evitando a centralidade do processo na figura do diretor. Este é um aspecto a ser trabalhado em cada instituição da rede escolar do Rio Grande do Sul, porém, ações de suporte a nível estadual devem existir para que as escolas utilizem a AIP, conforme Betini (2010) indica, como instrumento de direção e formação política do coletivo. Neste sentido, entende-se que as ações conjuntas entre gestores escolares e poder público gaúcho serão fundamentais para a consecução dos objetivos da política avaliativa, conforme destacado no capítulo 2.

No entanto, a ausência de espaços de discussão sobre as normatizações mais específicas, até o momento, do novo sistema avaliativo, impossibilita a apropriação da política pelos atores locais que devem compor o eixo da avaliação institucional. Como já foi mencionado ao longo do trabalho, vêm ocorrendo ao longo deste ano vários encontros de formação por CRE sobre o novo ensino médio, mas, por

outro lado, não há uma discussão articulada sobre a avaliação institucional participativa. Por mais que as políticas caminhem numa mesma direção e as discussões se complementem, elas possuem características específicas que precisam de atenção especial. Também há o fato de que as escolas não ofertam o ensino médio não participam das formações e, portanto, não vêm debatendo a avaliação numa perspectiva emancipatória da mesma forma que as demais. Neste ano de 2012, a SEDUC em parceria com o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e o IRS (Instituto Razão Social), proporciona a segunda edição de um curso de formação em gestão administrativa e pedagógica, – o Progestão *Online*⁵⁶ – no qual um dos módulos previstos diz respeito a como desenvolver a avaliação institucional na escola. No entanto, o número de gestores atingidos ainda é muito restrito (nesta edição, que deve se estender até 2013, serão 246 gestores participantes, de 82 escolas públicas do estado), principalmente se considerada a proximidade do primeiro período de avaliação.

Conforme analisado no capítulo 2, quando da realização da Constituinte Escolar no Rio Grande do Sul, um dos aspectos problemáticos apontados na implementação da política dizia respeito à falta de proposta de planejamento que considerasse a sua concretização possível no contexto da escola, além da comunicação falha entre escola e CRE. Assim, é preciso que o governo atue na criação de condições para que as discussões aconteçam e possam resultar em mudanças, em estratégias que permitam que a escola, no seu contexto concreto, avance no sentido da construção da qualidade social com cidadania. Tais condições envolvem, entre outros aspectos já discutidos, a parceria concreta entre comunidade, escola, CRE e SEDUC.

A partir destas percepções que se afirmou, já no capítulo 2, que o SEAP-RS se diferenciara de seu antecessor, na prática, apenas se estiver acompanhado de um conjunto de outras ações que visem a melhoria da qualidade social da educação e deem suporte às ações dos sujeitos escolares. Ou seja, merece destaque a necessidade de ações complementares à implementação da nova política avaliativa com a finalidade de potencializar suas possibilidades de construção participativa e de contribuição na construção de uma educação pública de qualidade social.

⁵⁶ http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=1&ID=8985

Considerando isso, o Plano de Ação Educacional foi pensado de forma a complementar a política avaliativa, no sentido de subsidiar a prática participativa a partir da apropriação desta por parte dos envolvidos. Para isso, são necessários momentos de discussão, debate e compreensão dos objetivos do poder público para com a nova política, por parte dos atores envolvidos. Além disso, para implementação de uma política que se diz participativa, faz-se necessário saber as impressões, compreensões e alternativas, dos atores locais para possíveis reelaborações da mesma. Cabe ressaltar que, tendo em vista que o levantamento diagnóstico da primeira aplicação do SEAP-RS deve ocorrer já na segunda quinzena de outubro deste ano; que o envio dos resultados via SIMEC/RS deve ocorrer até dezembro deste ano; e que ainda não houve discussão ou, ao menos, ampla divulgação do SEAP-RS aos segmentos escolares, seria necessário um cronograma mais apressado de apresentação do sistema avaliativo e discussão das dimensões e indicadores avaliados. Isso seria necessário para possibilitar minimamente a participação dos segmentos escolares no processo avaliativo já em curso e deve ocorrer diretamente em cada escola a partir da chegada dos Cadernos Orientadores. No entanto, este fato não impede a realização de uma avaliação do próprio sistema e de sua implementação ao final deste ciclo de aplicação com posterior início das ações aqui previstas e apresentadas na seção seguinte. Ao contrário, o cenário reforça a necessidade de que a comunidade escolar avalie o sistema avaliativo e, em especial, a sua forma de implementação visando a correção de distorções para o próximo ciclo e também a adoção de estratégias adequadas de participação ao longo do próximo período. Essas ações visam minimizar processos pseudoparticipativos baseados na coleta de opiniões e seu arquivamento. É preciso que as ações do Poder Público Estadual forneçam subsídios para que a participação dos sujeitos escolares vá além dos pronunciamentos, interferindo concretamente no mundo da escola. A partir disso, na próxima seção, são apresentadas as principais ações do plano de intervenção.

3.2 Uma proposta de intervenção

A proposta de intervenção aqui apresentada envolve uma complementação na política de avaliação da educação básica do estado gaúcho que possa contribuir para que sua prática se dê de forma mais próxima ao prescrito nos discursos e documentos oficiais. Os recursos humanos necessários para contemplar as lacunas

existentes na política original envolvem os próprios profissionais atuantes nas escolas, CRE's, SEDUC, não sendo necessária a contratação extra de profissionais.

Uma das lacunas que pode conduzir a uma prática distante do prescrito nos discursos dos documentos que tratam da nova política de avaliação, diz respeito à qualificação da participação prevista e necessária para concretização dos objetivos da política na construção da qualidade social da educação gaúcha. A política abre o espaço para uma maior participação da comunidade escolar no processo avaliativo, porém, não há uma indicação concreta sobre como tal participação influenciará os rumos das políticas educacionais no estado. É preciso definir como os pronunciamentos da comunidade escolar, quando da etapa de avaliação institucional interna, serão utilizados pelo poder público e de que forma eles poderão ser utilizados pela comunidade escolar na prática escolar – isso envolve manifestação do poder público sobre sua contribuição para que as práticas necessárias para o atendimento das demandas da comunidade escolar se tornem possíveis.

Por outro lado, dada a proximidade de realização do primeiro período avaliativo e a falta de discussão e consequente apropriação da política pelos atores locais, até o momento, mostra-se fundamental propiciar um espaço onde os gestores e professores possam conhecer o sistema, entender efetivamente seus mecanismos e, por consequência, aplicá-lo em conjunto com os demais segmentos escolares, os quais precisam estar igualmente informados. Além disso, há o fato de que o sistema, ele próprio, pode ser revisto ao longo do tempo. E para que isso aconteça, o conhecimento das “regras do jogo” pelos participantes, é de extrema importância. Neste sentido, preocupado com a capacitação para a participação, este PAE apresenta como propostas complementares à nova política avaliativa do estado gaúcho, ações que visem a capacitação dos gestores e professores para atuação coletiva no processo de realização do SEAP-RS. Além disso, a avaliação do próprio sistema avaliativo será fundamental para que sua implementação esteja cada vez mais próxima da realidade e das necessidades das instituições escolares do estado. Tendo em vista as análises realizadas ao longo do capítulo 2 e, a partir delas, o entendimento de que há a necessidade da apropriação da política avaliativa por parte dos segmentos escolares, as ações deste PAE estão centradas nos atores que atuam diretamente nas escolas.

O quadro 9, da página seguinte, sintetiza as principais ações propostas neste PAE e que serão detalhadas na sequência.

Quadro 9: Ações complementares ao SEAP-RS

O quê?	Quem?	Quando?	Como?	Por quê?	Quanto?
Capacitação	Gestores	Permanente	Fórum permanente de gestores Realização de encontros periódicos, por CRE, conforme o que já é realizado durante o ano letivo para tratamento de outras temáticas. Manutenção de um espaço permanente de discussão e compartilhamento de experiências/informações <i>online</i>, com apoio do NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional	Possibilitar a apropriação da política por parte dos gestores escolares para que estes participem ativamente da condução do processo participativo no ambiente escolar, conforme previsto na Lei 13.990/12, e de forma integrada com os demais segmentos, a partir do Conselho Escolar.	Sem custos adicionais, além do já previsto no orçamento.
Capacitação	Professores	Inicialmente, novembro/2012 tendo em vista a realização da avaliação até dezembro. Ano letivo de 2013	Realização de encontros de discussão sobre o funcionamento do SEAP-RS, seus objetivos, e as dimensões e indicadores avaliados nas unidades escolares, dentro da carga horária de trabalho prevista para formação dos professores.	Da mesma forma que os gestores, para apropriação da política, com o objetivo de que os professores atuem de forma ativa e integrada com os demais segmentos no processo avaliativo.	Sem custos adicionais.
Capacitação	Professores, Gestores, Funcionários de escola, pais/responsáveis, estudantes	Outubro/2012 – Conselho Escolar realiza o diagnóstico e dá início à discussão interna das dimensões e indicadores – já previsto para a primeira aplicação do SEAP-RS.	Realização de encontros de discussão sobre o funcionamento do SEAP-RS, seus objetivos, e as dimensões e indicadores avaliados nas unidades escolares em conjunto.	Para apropriação da política, com o objetivo de que os atores locais atuem de forma ativa e integrada com os demais segmentos no processo avaliativo.	Sem custos adicionais.

		Novem- bro/2012 Ano letivo 2013			
Avaliação	Todos os segmentos da comuni- dade escolar CRE SEDUC	Após a realização da avalia- ção e envio dos dados via SIMEC/RS	Realização de reu- niões para discus- são que culminem na avaliação (ou aplicação de ques- tionários) que deve- rá ser lançada tam- bém no sistema informatizado e enviado à CRE correspondente. Elaboração de ma- terial, por CRE, a ser divulgado no site da SEDUC e nos Ambientes Vir- tuais de Aprendizagem utilizados nas ações de capacita- ção. Aprovação de alte- rações para o pró- ximo período avalia- tivo. Divulgação de ma- terial com as propo- sições e regras aprovadas para o próximo ciclo avalia- tivo.	Para refletir sobre a relevância e coerência da polí- tica para com a comunidade esco- lar; Incidir sobre a política avaliativa buscando qualifi- cá-la através de aprovação de pro- posições e regras para os próximos ciclos avaliativos.	Sem cus- tos adicio- nais
Interven- ção local	Todos os segmentos da comuni- dade escolar	Após a avaliação estadual	Reuniões locais para tomada de decisões e escolha das estratégias para atender as necessi- dades locais – per- cebidas a partir do processo avaliativo institucional ou não.	Qualificar a política avaliativa, tornan- do-a mais próxima das necessidades locais	Sem cus- tos adicio- nais além dos previs- tos no orçamento

Fonte: Elaboração própria

Apesar de apresentadas separadamente, todas as ações estão relacionadas e são interdependentes, tendo em vista o caráter coletivo da AIP. Neste sentido, não se prioriza uma ou outra ação, mas sim, o conjunto delas, para que a implementação do SEAP-RS seja, ela própria, lugar de (re)desenho da política e aproximação das necessidades dos atores locais. Assim, pensando a partir das condições materiais

postas, mostra-se necessário que ocorra, em cada escola, inicialmente entre os membros do Conselho Escolar⁵⁷, discussões sobre as dimensões e indicadores do SEAP-RS a partir do estudo dos Cadernos Orientadores. Assim, após a realização do diagnóstico previsto para a segunda quinzena de outubro, durante o mês de novembro, caberá ao Conselho Escolar, com o apoio logístico da CRE correspondente, mobilizar os segmentos para discussão na nova avaliação e seus indicadores para posterior avaliação. O apoio logístico da CRE diz respeito à necessidade de adequação do tempo escolar para que professores, gestores, funcionários de escolas, pais/responsáveis e estudantes possam se reunir nos seus grupos e também no conjunto da escola, sem prejuízo do registro letivo e das atividades de ensino. Cabe ressaltar que se está iniciando o período de encerramento de ano letivo o que acaba por dificultar essa adequação devido ao frequente acúmulo de atividades e, por isso, reforça-se que o apoio da Coordenadoria é fundamental. A partir do envio dos resultados da avaliação institucional via SIMEC/RS, a condução de uma avaliação local do processo pelo Conselho Escolar, configura-se como elemento constitutivo das ações propostas neste PAE, devendo ser integrada ao Fórum de Gestores. No entanto, devido aos curtos prazos e a falta de possibilidades concretas das escolas “abraçarem” um processo de discussões mais amplo, o processo avaliativo e mais o encerramento do ano letivo simultaneamente, este PAE prevê suas ações a partir deste ano, porém, sem um comprometimento em esgotar as temáticas antes do primeiro ciclo de avaliação.

Além disso, convém ressaltar que os Cadernos Orientadores divulgados neste mês de outubro apresentam um roteiro de etapas de realização de encontros para a avaliação na escola⁵⁸, de composição da comissão de elaboração e acompanhamento da AIP da escola e de como essa participação será computada para progressão na carreira dos membros do magistério estadual, nos termos do Decreto nº 48.743/2011. Isso não descarta a necessidade das ações aqui propostas, já

⁵⁷ Os Conselhos Escolares das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul devem ter representação de todos os segmentos existentes na comunidade escolar, obedecendo a proporção de 50% para pais/responsáveis e estudantes e 50% para professores e funcionários de escola. O diretor da escola sempre compõe o Conselho Escolar que deve ter número ímpar de membros. (RIO GRANDE DO SUL, Lei nº. 9.232, de 13 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre os Conselhos Escolares nas Escolas públicas estaduais, em cumprimento ao disposto no "caput" do art. 213 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id294.htm>. Acesso em ago./2012).

⁵⁸ Anexo 8, p. 124

que os Cadernos limitam-se ao período avaliativo e às atividades de execução da avaliação institucional, ao passo que este PAE estende as ações para o período pós-avaliação, mantendo-as ao longo do ano letivo, além de considerar o período de discussão sobre o sistema (no qual não há, necessariamente, a execução da AIP) também para a progressão na carreira dos membros do magistério estadual. Feitas essas considerações, passa-se ao detalhamento das ações previstas e sintetizadas no quadro 9, da página 85.

A primeira ação prevista envolve a capacitação dos gestores escolares para atuação na condução do processo de avaliação institucional participativa. Tal ação não tem como objetivo centralizar o processo na figura do diretor ou vice-diretor. Isso, inclusive, já foi indicado como um fator negativo para os processos de AIP quando da análise da experiência de Campinas/SP, no capítulo 2. Ao contrário, a intenção é que os gestores apropriem-se da política de forma a contribuir ativamente na construção de uma referência coletiva no processo avaliativo, estimulando a efetiva participação de todos os segmentos escolares.

Para tanto, entende-se como importante a criação de um Fórum de Gestores, devidamente institucionalizado, a partir do qual deverão ocorrer a discussão e apropriação dos dados da política, já que o conhecimento das “regras do jogo” define o grau de participação dos sujeitos neste jogo. Neste sentido, propõe-se a organização do fórum de forma a contemplar encontros presenciais periódicos, por CRE, e a manutenção de um espaço permanente de discussão e compartilhamento de experiências/informações *online*, com apoio do NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional.

Os encontros presenciais por CRE devem ser organizados por módulos de debate e precisarão contar com os próprios técnicos das coordenadorias para organização e condução dos momentos de encontro, sem necessidade de contratação extra de profissionais. O material orientador para os debates é o material do próprio SEAP-RS, a saber: seus textos de apresentação; seu decreto de criação; seus cadernos orientadores, além de materiais que introduzam o tema de AIP, como, por exemplo, o utilizado como referência no texto de apresentação do sistema avaliativo – Fiorese (2008). Cabe ressaltar que a realização de encontros de formação de gestores por CRE ocorre com certa frequência e os recursos para tais eventos, assim como a logística de infraestrutura, já são previstas para cada Coordenadoria Regio-

nal. Nos dias dos encontros, os gestores são dispensados de suas atividades nas escolas de origem, visto estarem atuando junto à CRE. Além disso, dentre as novas regras para progressão na carreira, está prevista a colaboração das Coordenadorias Regionais de Educação na realização de cursos de formação para os professores da rede estadual. De acordo com as novas regras de pontuação, os encontros educacionais considerados válidos para avanço por merecimento na carreira, caracterizam-se

pela reunião de pessoas, com objetivo específico de debater, expor, estudar ou avaliar um determinado assunto de cunho educacional, chegando ao estabelecimento de proposições e conclusões, desde que o encontro seja organizado por instituição credenciada para promovê-lo e conferir certificado (RIO GRANDE DO SUL, 2011b)

Entre as instituições credenciadas, figuram as Coordenadorias Regionais de Educação. Além disso, o decreto prevê que “A denominação do evento pode ser Encontro ou, de outra forma, adotar a denominação da técnica básica prevista para a sua efetivação: Seminário, Congresso, Ciclo de Debate, Conclave, Jornada da Semana [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2011b). Assim, os encontros presenciais para discussão sobre o novo sistema avaliativo também poderiam vir a integrar a formação continuada dos gestores, constituindo mais um elemento de estímulo à participação na discussão.

Na página seguinte, o quadro 10 apresenta as temáticas dos módulos de encontros presenciais:

Quadro 10: Módulos e temas de trabalho dos encontros presenciais –
Fórum de Gestores

Módulos	Temas
Módulo 1 - Avaliação Institucional Participativa: princípios e objetivos	Discussão sobre a AIP: qual o conceito, qual a sua importância, por que incluí-la no contexto educacional gaúcho;
Módulo 2 – Legislação, regras, normatizações do SEAP-RS.	Decreto de criação do SEAP-RS, vinculação com a avaliação de desempenho individual de estudantes e de professores, utilização dos resultados.
Módulo 3 – Dimensões, indicadores e descritores do SEAP-RS	Discussão e detalhamento das dimensões, indicadores e descritores avaliados no SEAP-RS.
Módulo 4 - Papel do gestor e do Conselho Escolar na condução do processo avaliativo.	Módulo de discussão sobre a importância da condução coletiva e participação efetiva de todos os segmentos escolares, além do papel mobilizador do gestor e do Conselho Escolar.
Módulo 5 – Utilização do Sistema Informatizado para envio dos dados – SIMEC/RS	Módulo sobre como utilizar a ferramenta <i>online</i> para lançamento dos resultados da avaliação institucional.
Módulo 6 – Avaliação do SEAP-RS realizado no período imediatamente anterior.	Encontro para avaliação do sistema avaliativo por CRE, a partir das avaliações realizadas pelos segmentos escolares em conjunto, em cada unidade escolar.

Fonte: Elaboração própria

A manutenção de um espaço permanente de discussão e compartilhamento de experiências/informações *online*, tem por objetivo manter o contato entre os gestores nos intervalos entre os encontros presenciais. Para tanto, propõe-se a criação de um espaço em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, como o já utilizado para o programa de formação de gestores Progestão *Online*, por exemplo. Neste espaço, devem ser disponibilizados os materiais básicos de cada encontro, além de materiais complementares para conhecimento e discussão dos gestores, com a criação de fóruns de discussão e compartilhamento das experiências locais. O agrupamento dos gestores deve ocorrer por CRE e a organização deste ambiente pode contar com o apoio das equipes do NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional. Os NTE's são ambientes computacionais e cada CRE possui o seu com a finalidade de

“dar suporte e acompanhamento pedagógico e técnico no uso das diferentes tecnologias educacionais”⁵⁹. De acordo com informações da SEDUC, há uma parceria do Governo do Estado com o MEC, através do PROINFRO⁶⁰, o qual possibilita a formação e atualização de uma equipe interdisciplinar de professores multiplicadores e técnicos qualificados. Uma das funções do NTE é fornecer incentivo e apoio “à realização de cursos para o aperfeiçoamento de professores, através da metodologia de educação à distância, por meio de redes de telecomunicações”. Além disso, a Divisão de Finanças do Departamento Administrativo da SEDUC, encaminha, “mensalmente, recurso orçamentário para os NTEs, incluindo diárias, pagamento de pequenas despesas, ressarcimento de alimentação e transporte rodoviário”⁶¹. Este recurso deve ser solicitado junto à CRE correspondente. Assim, a etapa assíncrona do Fórum de Gestores pode ser organizada como curso de formação continuada ofertado a partir do NTE. Neste sentido, o espaço virtual pode funcionar para aprofundar os debates iniciados no período presencial.

A escolha dos temas dos módulos tem por objetivo subsidiar a apropriação da política pelos gestores, para que estes tenham condições de contribuir na construção coletiva deste processo que se pretende participativo. Além disso, o módulo 5 tem a característica de fornecer subsídio técnico para operação do SIMEC/RS e envio dos resultados da AIP por cada escola. O Caderno que traz as orientações para a realização da avaliação institucional (RIO GRANDE DO SUL, 2012d) apresenta, ao seu final, uma seção chamada “Manual do Usuário”, a qual trata das funcionalidades e recursos do SIMEC, com explicações passo-a-passo ilustradas sobre o lançamento da avaliação. Isso minimiza a falta de um encontro presencial para operacionalização do sistema *online* nesta primeira aplicação. No entanto, isso não exclui a necessidade de realização desse encontro para aquelas escolas que tiverem maiores dificuldades na utilização do SIMEC/RS, visando minimizar dificuldades para a próxima aplicação do sistema avaliativo.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/nte.jsp?ACAO=acao1>. Acesso em: jul. 2012

⁶⁰ Os NTE's estão ligados ao Programa Nacional de Informática – PROINFO. O PROINFRO, programa da SEED/MEC – Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, “é um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias”. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=823&id=244&option=com_content&view=article. Acesso em: ago. 2012.

⁶¹ Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/nte.jsp?ACAO=acao2>. Acesso em: jul. 2012

Com vistas a atender a necessidade de conhecimento mínimo sobre o sistema avaliativo para dar início ao processo já na segunda quinzena de outubro, o ideal seria a realização de um encontro de formação dos gestores, por CRE, na primeira quinzena do mês de outubro. No entanto, devido a forma como o processo vem ocorrendo (a divulgação dos Cadernos Orientadores, por exemplo, ocorreu quase ao final da primeira quinzena de outubro), as discussões mais aprofundadas precisarão ser realizadas após o primeiro ciclo de aplicação.

É importante ressaltar que em todos os módulos do fórum, os gestores têm o papel de voltar para suas escolas como multiplicadores das discussões. Por este motivo que as demais etapas preveem encontros conjuntos entre os segmentos escolares e isso reforça o caráter de correlação entre as ações.

A segunda ação prevista, complementar à primeira, tem centralidade nos professores atuantes nas escolas. Sendo a AIP uma forma de avaliação coletiva, não há sentido em pensar na formação de apenas parte dos segmentos escolares; é preciso que todos estejam igualmente informados e sejam conhecedores da política educacional para então incidir nela. Assim, espaços formativos para todos os professores atuantes nas escolas são fundamentais. Isso pode ocorrer a partir da formação dos gestores, os quais podem atuar como multiplicadores. Porém, tendo em vista a necessidade de cumprimento dos prazos da primeira realização do SEAP-RS, mostra-se necessário que as reuniões entre os professores (o que inclui a participação do gestor da escola) não aguardem a ação proposta para os primeiros. Desta forma, com a realização prévia de reuniões nas escolas, as reuniões por Coordenação podem ser mais produtivas, visto que partem de discussões anteriormente travadas. Cada gestor, ao participar do encontro de sua regional, não estará simplesmente recebendo informações, mas, também, compartilhando as discussões, reflexões e dúvidas levantadas na sua comunidade escolar de origem. Isso propiciará uma participação mais qualificada para um real debate sobre a política avaliativa e sua implementação no contexto da escola. Assim, tendo em vista a recente regulamentação da hora-atividade⁶² no estado, a SEDUC deve realizar o fornecimento dos

⁶² Conforme comentado na nota 26, capítulo 1, a hora-atividade dos professores foi regulamentada de acordo Lei Federal nº 11.738/2008, de forma que, na composição da jornada de trabalho, “observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. O regime de trabalho de 20h semanais deve ser cumprido da seguinte forma: 13 horas em atividade de docência ou de suporte de docência, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica; 7 horas-atividades, sendo: I - 4 horas na escola (planejamento e avaliação do trabalho com os alunos, reuniões pedagógicas ou nas jornadas de formação organiza-

materiais base do SEAP-RS às CRE's, as quais redistribuem às escolas, para que estas, fazendo uso dos períodos de hora-atividade, realizem atividades de discussão e apropriação da política. Tais reuniões devem ser coordenadas pelo gestor da escola. A sistematização da discussão, com as ponderações, dúvidas e conclusões deverá ser realizada para posterior apresentação pelo gestor, na reunião de sua regional e, também, para disponibilização no ambiente virtual criado para o Fórum de Gestores. O decreto que regulamenta os procedimentos para as promoções dos membros do magistério público estadual, prevê a pontuação para encontros promovidos por unidades escolares, mediante projeto específico e certificados expedidos pela respectiva CRE. A restrição imposta é de que não há pontuação para as reuniões rotineiras da escola. Neste sentido, a partir da elaboração de projeto pela escola e submissão à sua CRE, é possível que tais encontros venham a integrar a capacitação dos professores de maneira formal.

Na continuidade desta ação, prevista para o ano seguinte, uma alternativa que visa ampliar o campo de discussão, é a de utilização de instrumento semelhante ao que é utilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná: em ambiente virtual, separados por turnos e salas de bate-papo, professores de todo o estado podem discutir sobre o tema, em seu horário de hora-atividade. Anteriormente, a Secretaria disponibilizará os documentos para embasar a discussão, de forma *online*. Esta forma de conexão entre os professores e gestores escolares seria um complemento às atividades presenciais. Mais uma vez, o NTE pode atuar como apoio e as atividades de discussão podem ser computadas como tempo de formação dos professores. Para que estas atividades sejam assim computadas, é necessário que refiram-se a

composição curricular de matéria legalmente prevista que, desdobrada em disciplinas e atividades, desenvolve-se didaticamente dentro de uma carga horária definida, por intermédio de uma instituição oficial ou reconhecida, levando à aquisição de diplomas ou certificados. Os Cursos em EAD serão valorizados desde que as instituições promotoras sejam oficiais ou oficializadas (RIO GRANDE DO SUL, 2011b).

das pelas escolas, CREs e SEDUC); II - 3 horas a critério do professor com vistas a sua formação, podendo ser convocado para atividades de interesse da escola ou necessidade de serviço.”. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Publicado em 09/12/2011, 21h50min. Atualizado em 09/12/2011, 22h15min.

Neste caso, as instituições promotoras oficiais são as CRE's e SEDUC que ofertam a formação a partir do NTE que conta com profissionais devidamente habilitados e reconhecidos para o desenvolvimento e supervisão do trabalho via plataforma de ensino a distância. Cabe ressaltar ainda que há previsão orçamentária junto à Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital de R\$200.000,00 para o ano de 2012 para o fomento ao acesso da comunidade escolar à Internet⁶³. Além disso, em 2010 já se anunciava percentual próximo de 90% das escolas gaúchas com acesso à *internet*. Atualmente, o governo estadual negocia colaboração com o governo federal para investimentos em tecnologia visando atingir as chamadas “zonas escuras”. Em uma dessas negociações, em abril de 2011, o governo do estado assinou protocolo de intenções com o Ministério das Comunicações, visando viabilizar o acesso à *internet* em banda larga e ampliar o serviço de telefonia fixa no Rio Grande do Sul com tarifas populares⁶⁴. Assim, vencendo as falta de acesso à Internet nas “zonas escuras”, torna-se possível implantar essa medida para todas as escolas públicas estaduais.

Na terceira ação de capacitação, tem-se o objetivo de reunir todos os segmentos da comunidade escolar para apresentação do novo sistema avaliativo e discussão conjunta. Neste momento, tem-se o desafio de reunir o maior número de pais/responsáveis possível, sabendo das dificuldades de acesso, conflitos de horários, etc. Cabe ressaltar que os pais/responsáveis participantes do Conselho Escolar já estarão participando do levantamento diagnóstico previsto para este primeiro ciclo da avaliação. No entanto, é necessário instrumentalizar minimamente outros membros deste segmento para que possam se agregar ao processo de avaliação a ser desenvolvido até dezembro de 2012. Assim, destaca-se a necessidade de realização de reuniões com todos os segmentos reunidos, já em novembro de 2012, com o objetivo de informar pais/responsáveis e estudantes sobre a política avaliativa e discutir suas diretrizes gerais. Isso possibilitará que outros representantes dos segmentos venham a se envolver no processo avaliativo deste ano, sem ficar restrita apenas aos representantes do Conselho Escolar. Contudo, enfatiza-se a importância e necessidade da extensão de tais reuniões de discussão para o ano letivo de 2013 e

⁶³ Orçamento Anual RS. 2012. Volume I. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Volumel_LOA_2012_08122011113321730.pdf. Acesso em: jun. 2012

⁶⁴ ESTADO e Governo Federal assinam protocolo de intenções. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=1&ID=6255. Publicado em 13/04/2011, 18h22min. Acesso em: jun. 2012.

seguintes e o papel mobilizador do Conselho Escolar para que, a longo prazo, possa-se incluir todos os pais/responsáveis e estudantes de forma comprometida neste processo.

Uma alternativa para a realização dos encontros conjuntos é a utilização de um sábado letivo para a realização de reunião por turmas, ou de outro momento letivo que seja utilizado pela escola para encontros com os pais. Sabendo que para muitas escolas estaduais é inviável realizar uma única reunião com todos os representantes de todos os segmentos, devido ao número de estudantes atendidos, tem-se como alternativa a realização de várias reuniões simultâneas, organizadas de acordo com as turmas escolares. Assim, o professor regente de cada turma seria o responsável por apresentar o sistema e fazer a discussão sobre a importância da participação dos segmentos, sobre o funcionamento do SEAP-RS e suas dimensões e indicadores, contribuindo para a instrumentalização dos atores locais participarem da avaliação. Mais uma vez, os Cadernos Orientadores fornecidos pela SEDUC seriam o material base para a discussão. Da mesma forma que no Conselho Escolar, a participação dos estudantes se dá a partir do quinto ano do ensino fundamental ou equivalente.

A exemplo do que a AIP proporcionou às escolas do município de Igrejinha/RS⁶⁵, guardadas as devidas proporções e diferenças contextuais, não se trata de simplesmente avaliar as instituições, mas sim, de realizar “um conjunto de ações bem orquestradas, que apresentam resultados visíveis na melhoria da infra-estrutura [sic] das escolas e resultados mais subjetivos, como o crescente envolvimento da família na vida escolar dos filhos” (BRASIL, 2007, p. 53). Neste sentido, apresenta-se a quarta ação, interligada às demais, prevendo a avaliação do SEAP-RS pelos atores locais. Este momento deve envolver professores, gestores,

⁶⁵ O município de Igrejinha/RS, desenvolveu, em 2003, o seu próprio sistema de Avaliação Institucional, através da Secretaria Municipal de Educação, com a colaboração de uma consultora, devido ao reduzido número de pessoas em sua equipe: “Valorizando uma proposta de gestão democrática, foram realizadas várias reuniões com as escolas para a sensibilização e construção dos instrumentos avaliativos. Com a colaboração da consultora, a primeira aplicação dos questionários ocorreu em junho de 2004. Desde então, a cada ano, os instrumentos são analisados, aplicados e aprimorados com a participação dos professores da rede. Um dos diferenciais da experiência é que todos os membros da comunidade escolar avaliam e também se auto-avaliam [sic]. Os questionários são distribuídos para a equipe diretiva das escolas, professores, funcionários (secretários, coordenadores de área, auxiliares de serviço, vigia), alunos a partir da 4ª série do ensino fundamental e os pais de alunos de todas as séries da educação infantil e do ensino fundamental, Círculo de Pais e Mestres (CPM), representantes do Conselho do Fundef e do Sindicato dos Professores. Esses atores avaliam não só a escola, como os professores, a direção, os auxiliares de limpeza, os motoristas responsáveis pelo transporte dos alunos, os vigias das escolas, a Secretaria Municipal de Educação e sua gestora” (BRASIL, 2007, p. 55)

pais/responsáveis, funcionários de escola e estudantes, culminando na troca de experiências no módulo 6 do Fórum de Gestores e aprovação de indicações/modificações, caso necessário, para o próximo ciclo da política avaliativa. Mais uma vez, reforça-se a importância do gestor atuar na sua escola como multiplicador das experiências compartilhadas quando dos encontros presenciais. Para isso, deverão ser utilizados os momentos de hora-atividade para reuniões com os professores, além dos sábados letivos ou outros momentos mais adequados à realidade local para encontros com os pais/responsáveis.

A avaliação, em cada escola, pode ocorrer através de entrega de questionários ou de realização de reuniões de discussão e sistematização, de acordo com a realidade e necessidades locais. Faz-se essa ressalva, considerando que nas escolas em que a reunião dos segmentos para produção da síntese seja um elemento dificultador, o questionário pode ser utilizado como alternativa. Neste caso, a sistematização posterior caberia ao Conselho Escolar. Na utilização dos questionários, ainda é importante que eles retornem para a escola, para que o Conselho Escolar (ou um grupo representativo eleito, na falta deste) possa realizar a síntese; assim, a utilização dos mesmos durante uma reunião de pais/responsáveis na escola, parece mais eficaz do que o envio do questionário para a casa das pessoas. Além disso, o encontro, mesmo que breve, dos pais/responsáveis com outros segmentos na escola, permite que se discuta alguns pontos, o que pode enriquecer o processo avaliativo. No entanto, até pelo número de escolas e municípios envolvidos, para que não se crie um processo desordenado e desconexo, a avaliação precisa seguir alguns parâmetros e, para que seja efetiva, precisa ser levada às coordenadorias e órgão central (SEDUC), e considerada para realização de ajustes na política avaliativa e adoção de estratégias nas escolas que visem a qualidade social com cidadania e que sejam possíveis de ser implementadas no contexto concreto das escolas gaúchas.

Entre os parâmetros de avaliação do SEAP-RS, indica-se:

- Pertinência das dimensões avaliadas à realidade da escola com proposta de alterações, quando considerado necessário pela comunidade escolar;
- Pertinência dos indicadores avaliados à realidade da escola com proposta de alterações, quando considerado necessário pela comunidade escolar;

- Ferramenta para envio dos dados;
- Prazo para realização das discussões na escola com proposta de alterações, quando considerado necessário pela comunidade escolar;
- Condições logísticas da escola para organizar e mobilizar os segmentos a participar com proposta de alterações, quando considerado necessário pela comunidade escolar;
- Comunicação e apoio da CRE e SEDUC à escola durante o processo avaliativo com apresentação de sugestões que fomentem o contato entre as instituições da rede escolar gaúcha, quando considerado necessário pela comunidade escolar.

Assim, depois de estabelecidos parâmetros avaliativos para todo o estado, as CRE's ficam responsáveis por receber, via SIMEC/RS os resultados das escolas, buscando os devidos encaminhamentos para solucionar as questões que lhe competem. Da mesma forma, organizam e repassam os resultados à SEDUC para que as providências de nível estadual sejam tomadas. A transmissão dos dados via SIMEC/RS não substitui a necessidade de troca de experiências no Fórum de Gestores; essa transmissão é o registro formal dos resultados e que deverá ser utilizada pelos órgãos como fonte de consulta e, também, para elaboração de material de divulgação das práticas com o SEAP-RS vivenciadas nas escolas públicas. A divulgação deste material possibilitará a troca de experiências entre as diferentes coordenadorias, sem que haja a necessidade de deslocamento entre as regiões. A ideia é que seja organizado, por técnicos de cada CRE, um material resumo com as principais experiências na aplicação do SEAP-RS, positivas ou não, e divulgado para todas as escolas públicas estaduais. Para tal divulgação, os já mencionados ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, tanto do Fórum de Gestores, quanto o de comunicação entre os professores, seriam os principais veículos. Da mesma forma, o material resultante das formações e avaliação pode ser divulgado via *internet*, no *site* da SEDUC.

Esta etapa de avaliação da política implementada é fundamental, tendo em vista a necessidade de acompanhamento da implementação e de verificação acerca do cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos em seu desenho. A partir deste acompanhamento, que deve ocorrer com a ampla participação dos atores que

efetivamente implementam o SEAP-RS na escola, será possível rever instrumentos e estratégias de ação, visto a estreita relação que deve manter com o desenho e a implementação. Na avaliação e monitoramento da política não basta constatar; é preciso intervir a partir da constatação, para que a política atinja suas metas. Isso é justificado quando se considera a avaliação como **“uma etapa essencial para o próprio sucesso das políticas, [...] onde os resultados esperados e impactos desejados são verificados”** (CONDÉ, 2011, p. 20, grifo nosso). Neste sentido, a produção de resultados não esperados, que podem atuar em sentido contrário ao que foi previsto no desenho da política, ou não, exigem novas intervenções que explicitam a relação entre avaliação, implementação e desenho da política. Inclusive, é partindo destas considerações que a avaliação da qualidade da educação pública tem ganhado cada vez mais espaço nas políticas públicas educacionais. Assim, a avaliação e o monitoramento da política aqui indicados, têm o objetivo de atuar, conforme Condé (2011) destaca, de forma a corrigir o andamento do processo onde se perceber necessário, apontando mudanças e, caso necessário, novas ações.

Assim, é fundamental que esta etapa contemple as necessidades de redesenho da política de acordo com as necessidades dos atores locais envolvidos. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que a política é de nível estadual e, por isso, precisa apresentar orientações mínimas que, respeitando a diversidade de realidades e de necessidades nas escolas estaduais, sejam padronizadas para o estado gaúcho como um todo. Pensando nisso que, nos parâmetros avaliativos, se indicou, juntamente com a análise de alguns elementos, a apresentação de propostas de alterações, de sugestões, acerca do funcionamento e linhas de ação gerais a partir da proposta original implementada neste ano. Este é o momento em que os atores devem reunir-se para pensar a política de forma que atenta às necessidades de sua realidade escolar - reelaboração de dimensões, indicadores e/ou descritores; aspectos de fortalecimento do apoio logístico da CRE/SEDUC no fornecimento de materiais, organização dos espaços/tempos escolares para realização das reuniões conforme descrito anteriormente; necessidade de maior proximidade na atuação da CRE junto às escolas; revisão dos prazos para as escolas realizarem seus diagnósticos, levantamento dos dados e envio à CRE em conjunto com a comunidade escolar, etc. A síntese das alterações que devem buscar aprimorar o sistema deverá ser aprovada no fórum de gestores e divulgada, da mesma forma que as discussões, através do *site* da SEDUC, do ambiente de aprendizagem virtual, e do envio de ma-

teriais impressos às escolas públicas, acompanhada do material resultante das discussões. Essas aprovações devem nortear as ações subsequentes das CRE's e SEDUC.

Após a aprovação das alterações gerais que devem nortear o sistema avaliativo a nível estadual para os próximos ciclos, é preciso que cada escola tenha espaço e apoio (logística, de infraestrutura, verbas, etc) dos órgãos superiores para a tomada de decisões local, interferindo no cotidiano da escola a partir do diagnóstico escolar, dos resultados da avaliação institucional e da prática cotidiana que sua própria comunidade levantou. Para tanto, propõe-se que o SEAP-RS incorpore como um de seus elementos a possibilidade de decisões específicas pela escola para ela mesma, com a fixação de prioridades, definição e execução de tarefas consideradas necessárias para que aquela realidade escolar consiga avançar na melhoria da oferta de uma educação de qualidade para todos. Neste momento, o papel da CRE correspondente e SEDUC é o de supervisão e apoio às escolas. Mais uma vez, os sábados letivos ou outros momentos de encontros com os pais, incluídos no calendário letivo, parecem ser indicações razoáveis para reuniões ampliadas de definição de áreas prioritárias de atuação, de projetos que necessitam e/ou podem ser desenvolvidos de forma complementar às atividades escolares, necessidades de investimentos, etc. Para que os órgãos superiores realizem o apoio e supervisão necessários, um projeto de ação elaborado pela escola, especificando as estratégias a serem adotadas, seus objetivos, as metas a serem atingidas, bem como recursos humanos e financeiros necessários, deve ser incluído no Plano Integrado da escola. Cabe ressaltar que, neste Plano de Ação, apresenta-se essa ação ao final da sequência de ações, considerando o contexto de implementação da política: com sua primeira aplicação ocorrendo ao final deste ano, ainda desconhecida pelos atores locais. Isso reforça a necessidade de discussão sobre a política para o fortalecimento da participação dos sujeitos. Assim, os próximos ciclos exigirão outras formas de complementação e suporte à participação que não devem abrir mão das discussões e debates, porém, poderão concentrar-se mais nas reelaborações da política e nas formulações locais devido à trajetória anterior.

3.3 Considerações finais

Ao longo do desenvolvimento dos estudos teóricos sobre a AIP e da comparação entre os dois sistemas avaliativos pesquisados, foi possível enfatizar as diferenças conceituais e práticas em termos de qualidade educacional que a mudança no sistema avaliativo pode acarretar. Como foi discutido no capítulo 2, a AIP traz novos atores para o processo de avaliação da escola, além de novos pontos de vista para análise dos fenômenos educativos, implicando em importantes mudanças na forma conceber e praticar a avaliação. Isso vai ao encontro da segunda hipótese apresentada, de que a mudança no sistema avaliativo tem, entre outras, a intenção de modificações na concepção de avaliação e de qualidade da educação pública gaúcha e, a partir disso, acarretar mudanças nas práticas escolares. No novo sistema avaliativo, o desempenho individual deixa de ser o centro da avaliação e passa a ser um dos componentes de um processo complexo – concepções educacionais distintas, implicam em formas de avaliar a qualidade da educação também distintas. Essa nova forma exige um grande comprometimento e “desacomodação” de muitos profissionais da educação, o que, por sua vez, necessita do apoio e incentivo do poder público para concretização. Além disso, o caráter participativo do SEAP-RS exige que a hipótese 1, intenção de estimular uma nova cultura e prática de participação da comunidade escolar, se concretize na prática.

Visando contribuir para a efetivação desses objetivos apontou-se a necessidade de fortalecimento dos espaços de participação, a partir da percepção de que a terceira hipótese (necessidade de complementação da nova política avaliativa para que as intenções de mudanças se concretizem, tendo em vista a recriação das políticas públicas quando do seu encontro com a realidade escolar) também era válida tendo em vista o contexto de desenho e implementação da política, além das fragilidades históricas no aspecto participação no estado e em processos de implementação de AIP. Não se teve a intenção de esgotar o tema ou até mesmo de apontar uma solução “ótima” que garanta a eficácia da política. Ao contrário, como se afirmou ao longo deste trabalho, a intenção foi a de indicar possíveis caminhos de complementação da política para que a implementação desta se aproxime de seus objetivos traçados. Ressalta-se aqui o importante passo que a adoção desta política educacional representa para o estado do Rio Grande do Sul na perspectiva da construção de uma educação de qualidade social, referenciada nas necessidades dos

sujeitos. Para que esse passo se efetive como uma política de estado, reforça-se a importância dos atores discutirem e construírem-na ativamente, buscando qualificá-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marisa. **Argumentos em defesa do SAERS**. 04 de agosto de 2011. Disponível em: <http://tucanoseducacao.blogspot.com.br/2011/08/argumentos-em-defesa-do-saers.html>. Acesso em: dez. 2011.

BETINI, Geraldo Antonio. Avaliação Institucional Participativa em Escolas Públicas de Ensino Fundamental. **Educação: teoria e prática**, v. 20, n. 35, p. 117-132, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/>>. Acesso em: abr./2012

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, n.108, p. 101-132, nov./1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BONI, V.; QUAREMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005, p. 68-80.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira; MARTINS, Clícia Bühner. Programa de Avaliação institucional da educação básica do Paraná: da produção à implementação da política na escola. **Est. Aval. Educ.**, v. 22, n. 50, p. 435-456, set./dez. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Edição Administrativa. Senado Federal: Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **SAEB Sistema Nacional de Avaliação Básica**: Objetivos, Diretrizes, Produtos e Resultados. Brasília, 1994.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parecer CNE/CEB nº 5/2011. Diário Oficial da União, 24/01/12, seção 1, p. 10.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Prêmio inovação em gestão educacional 2006**: experiências selecionadas. Brasília: INEP, 2007.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa**: elementos para melhor compreender a análise das políticas públicas. Disponível no curso Temas de Reforma da Educação Pública II, do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (www.ppgp.caedufjf.net). 2011.

CPERS/SINDICATO. **Debate com os Candidatos ao Governo do Estado**. Porto Alegre, setembro de 2010.

_____. Assessoria Jurídica. **Análise sobre a proposta de alteração dos critérios para as promoções dos membros do magistério público estadual apresentada**

pelo Governo Tarso Genro. 2011a. Disponível em: http://www.cpers.com.br/index.php?&menu=1&cd_noticia=3028. Acesso em: 05 nov. 2011.

_____. **Manifesto aos Participantes da Conferência de Reestruturação do Ensino Médio.** 8 de dezembro de 2011, 2011b. Disponível em: http://www.cpers.org.br/index.php?&menu=1&cd_noticia=3083. Acesso em: mai. 2012.

CUT NACIONAL. **CPERS/Sindicato questiona provas do Saers, realizadas após desmonte da educação,** 27 nov. 2007. Disponível em: <http://www2.cut.org.br/content/view/9308/170/>. Acesso em: 31 out. 2011.

DAL MORO, Selina Maria; BEDIN, Silvio Antonio. O prometido e o realizado: da construção à realização da Constituinte Escolar. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23., 2007, Porto Alegre. **Cadernos Anpae**, n. 4, 2007. Porto Alegre: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpósio2007/410.pdf. Acesso em: mai./2012

DIAS BORDENAVE, Juan E. **O que é participação.** 8. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes (coord.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: MEC/INEP, s.d. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em: ago./2012

DRABACH, Neila Pedrotti. **A modernização da gestão da escola pública estadual do Rio Grande do Sul:** a democracia na “porta giratória”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FIGUEIREDO, Florise M. **Avaliação Institucional:** é possível avaliar a escola democraticamente? 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/528-4.pdf>. Acesso em: mar./2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade Negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação e Sociedade**. v. 26, n. 92, p. 911-933, Especial, Campinas, out./2005.

_____. Eliminação Adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**. v. 28, n. 100, p. 965-987, Especial, Campinas, out./2007.

GATTI, B. A. Avaliação educacional no Brasil: pontuando na história de ações. **EcoS Revista Científica**, UNINOVE, v. 4, n. 1, p. 17-41, jun./2002.

MENDES, Valdelaine. A Participação na definição de uma Política Educacional: as lições tiradas da Constituinte Escolar no RS. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 29.,

2006, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-1915--Int.pdf>. Acesso em: mai./2012

NETO, J. L. H. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.42/5, p. 1-13, 2007.

PARA Cpers, avaliação isenta Estado e sobrecarrega professores. **Jornal Sul21**, 13 out. 2011, 13:41h. Disponível em: <http://sul21.com.br/jornal/2011/10/para-cpers-avaliacao-isenta-estado-e-sobrecarrega-professores/>. Acesso em: out. 2011

PROGRAMA DE GOVERNO. **Unidade Popular pelo Rio Grande**. PT, PSB, PCdoB, PR. Programa de Governo. Tarso Genro Governador; Beto Grill Vice. 2010. Disponível em: http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Documents/programa_governo_RGS.pdf. Acesso em: 01 dez. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1991, a 58, de 2010. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: set. 2011.

_____. Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007, Institui o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano LXV, n. 207, p. 2, 31 out. 2007.

_____. Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011, Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano LXIX, n. 250, p. 15, 29 dez. 2011. 2011a.

_____. Decreto nº 48.743, de 28 de dezembro de 2011, Regulamenta procedimentos para as Promoções dos Membros do Magistério Público Estadual previstas na Lei 6.672, de 22 de abril de 1974 e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano LXIX, n. 250, 29 dez. 2011. 2011b.

_____. Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id345.htm>. Acesso em: set. 2011. 1995.

_____. Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001, Altera a Lei nº. 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/legislacao.jsp>. Acesso em: set. 2011. 2001.

_____. Lei nº 13.990, de 15 de maio de 2012, Introduce modificações na Lei nº. 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do

Ensino Público e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano LXX, n. 094, 16 maio 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação: SAERS – 2008 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1, jan/dez. 2008, Juiz de Fora, 2008.

_____. Secretaria da Educação. Boletim do Programa de Avaliação. SAERS – 2010 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1, jan/dez.2010, Juiz de Fora, 2010a.

_____.Secretaria da Educação. Boletim Contextual. SAERS – 2010 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 4, jan/dez.2010, Juiz de Fora, 2010b

_____. Governo do Estado do RS. Proposta ao CPERS/SINDICATO. Porto Alegre, 16 mar. 2011. Disponível em: http://www.cpers15nucleo.com.br/textos/legislacao/proposta_marco11.pdf. Acesso em: nov. 2011, 2011c.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio: 2011-2014. Governo do Estado do RS, Porto Alegre, 2011d.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo. Governo do Estado do RS, Porto Alegre, 2011e.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa. Governo do Estado do RS, Porto Alegre, 2011f.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação dos Membros do Magistério Público Estadual/RS. Cadernos de Avaliação nº 1. O Sujeito e seu percurso: roteiro para avaliação individual dos docentes. Governo do Estado do RS, Porto Alegre, 2012a.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação dos Membros do Magistério Público Estadual/RS. Cadernos de Avaliação nº 2. O Sujeito e seu percurso: roteiro para avaliação individual dos professores e especialistas de educação de apoio pedagógico (supervisão escolar, orientação educacional, atendimento educacional especializado – AEE, biblioteca, laboratórios, secretaria da escola, etc). Governo do Estado do RS, Porto Alegre, 2012b.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação dos Membros do Magistério Público Estadual/RS. Cadernos de Avaliação nº 3. O Sujeito e seu percurso: roteiro para avaliação individual dos diretores e vice-diretores. Governo do Estado do RS, Porto Alegre, 2012c.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS. Caderno de Avaliação nº 1. Orientações para a elaboração da Avaliação Institucional. Governo do Estado do RS, Porto Alegre, out. 2012d.

RUAS, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos*. s/d. Disponível em: http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF. Acesso em: julho/2012.

SCHMTIZ, Taís. **A Constituinte Escolar no Rio Grande do Sul como política pública de um governo democrático popular**: um estudo sobre o Instituto Estadual de Educação Professor Pedro Schneider (São Leopoldo/RS). 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS. **Encontro estimula utilização dos dados do SAERS 2007 na busca pela qualidade do ensino no RS**, 20 mai. 2008, 14h59min. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=274&ID=4073. Acesso em: 31 out. 2011, 2008a.

_____. **Boa Escola para Todos**: Governadora Yeda e Secretária Mariza lançam programa que visa qualificar escolas gaúchas, 05 jun. 2008, 14h45min. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=259&ID=4139. Acesso em: 31 out. 2011, 2008b.

_____. **Encontro de diretores de escolas estaduais 4ª CRE**. 2008. Disponível em: <http://www.slideshare.net/merileite/saers-2008>. Acesso em: 31 out. 2011. 2008c

_____. **Governo do estado lança em outubro novo Sistema de Avaliação**, 28 set. 2011, 17h. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=3&ID=7525. Acesso em: out. 2011, 2011a.

_____. **Proposta de alteração dos critérios de avaliação para promoção dos professores: esclarecimentos necessários**, 01 nov. 2011, 19h20min. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=1&ID=7788. Acesso em: 05 nov. 2011, 2011b.

_____. OF/GAB/SEDUC/Nº 2014, Porto Alegre, RS, 29 de setembro de 2011. 2011c

_____. **Informativo da SEDUC**. n. 85, maio de 2012.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas de projetos. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Caderno n. 48. Campinas, 2000.

SINETA. **Jornal dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ago./set. 2007.

SINETA. **Jornal dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul**. Gestão 2008-2010. Porto Alegre, set. 2010.

SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação Institucional Participativa em escolas de ensino fundamental: limites e possibilidades de uma proposta. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2011, São Paulo. **Cadernos Anpae**, n. 11, 2011. São Paulo: Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 2007. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto.htm>>. Acesso em: mar./2012.

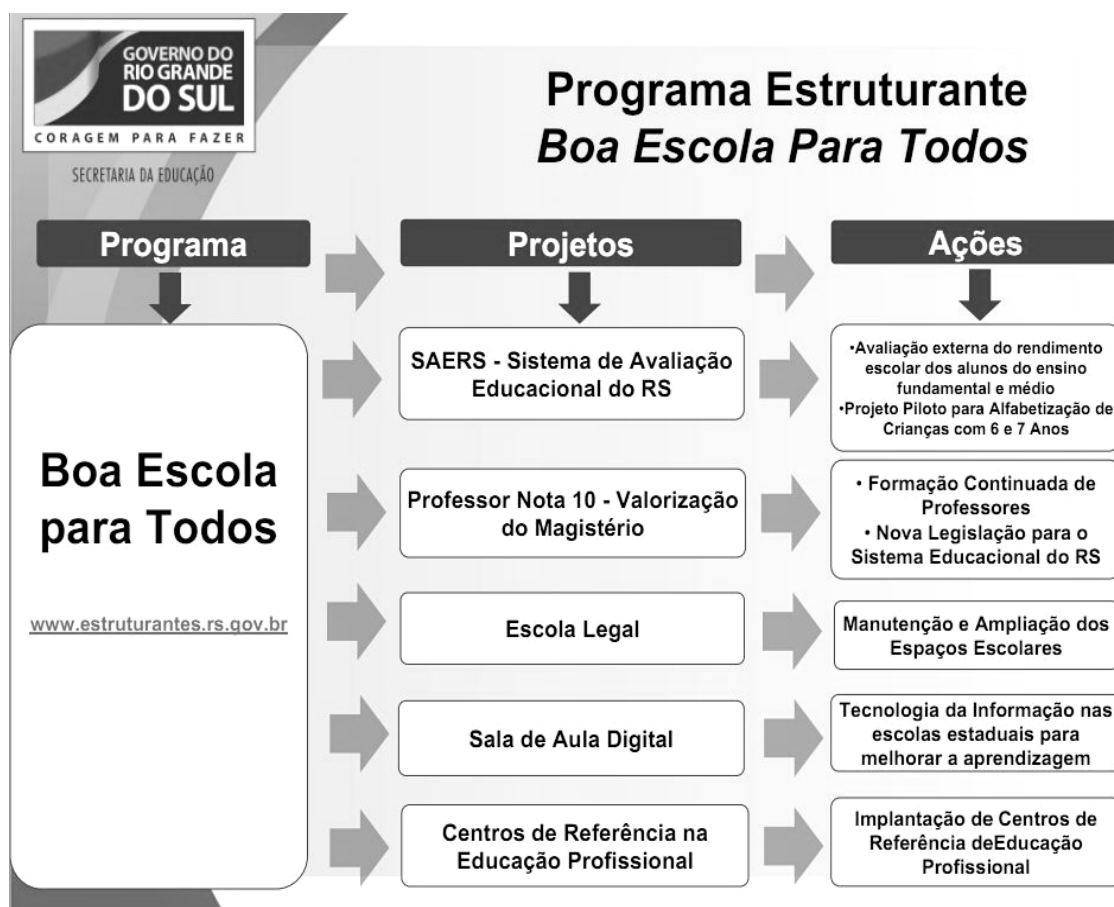
SORDI, Maria Regina Lemes de; LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, v. 14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009.

VERGANI, Flavia Melice. **Avaliação externa de rendimento escolar**: um instrumento para a gestão pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Déficit Zero**: RS foi o Estado que menos investiu em educação em 2008, 30 jun. 2009. Disponível em: <http://rsurgente.opsblog.org/2009/06/30/deficit-zero-rs-foi-o-estado-que-menos-investiu-em-educacao-em-2008/>. Acesso em: 31 out. 2011

ANEXOS

Anexo 1 - Apresentação do Programa Estruturante Boa Escola Para Todos



Fonte: Secretaria Estadual de Educação, 2010. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CE/AP/AP20100407_SEDRS_PauloRezende.pdf. Acesso em: 31 out. 2011.

Anexo 2 - Indicadores em cada uma das dimensões avaliadas na escola– SEAP-RS

Dimensões		Indicadores
1	Gestão Institucional	1) Existência de planejamento e monitoramento de metas/ações de gestão democrática. 2) Existência de socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar. 3) Existência de atuação efetiva do Conselho Escolar nas questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº10.576/1995, alterada pelas Leis nº11.695/2001 e nº13.990/2012. 4) Existência de cooperação local: associação de moradores, clubes desportivos, fóruns, dentre outros, com vistas à qualificação da gestão. 5) Existência de busca e de participação nas redes de serviço de apoio, municipais e/ou estadual, com vistas a garantir a aprendizagem (saúde e assistência do escolar). 6) Existência de procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola.
2	Espaço físico	7) Existência de condições adequadas nas instalações gerais (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esporte, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda as necessidades de acesso. 8) Existência de manutenção predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros). 9) Existência de condições adequadas no pátio escolar, área coberta e área verde constituindo-se em espaços de convivência aos alunos da Escola. 10) Existência de condições adequadas nas salas de aula e salas dos setores: tamanho, aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes. 11) Existência de condições adequadas nos sanitários: local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), capacidade de atendimento, aparelhos e instalações hidrossanitárias completas (azulejos, vasos, pia, descarga), conforme normas existentes. 12) Existência de condições adequadas na biblioteca: sala própria com espaço para leitura e consulta (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica e acesso); mobiliário e acervo suficiente e atualizado; e atendimento nos turnos. 13) Existência de condições adequadas na cozinha e despensa: local (com aeração, iluminação, higiene e asseio), equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador), utensílios (panelas, pratos, talheres e copos) e limpeza da caixa d'água de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). 14) Existência de condições adequadas no refeitório: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e mobiliário. 15) Existência de condições adequadas no laboratório de informática: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, mobiliário, equipamentos e acesso à Internet.

		16) Existência de condições adequadas no laboratório de Ciências: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho e equipamentos. 17) Existência de condições no laboratório de aprendizagem: local adequado (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, materiais pedagógicos e equipamentos. 18) Existência de condições adequadas do espaço para prática de esporte e lazer. 19) Existência de acessibilidade plena: rampa, corrimão, banheiro adaptado, piso podotátil, alargamento de portas, acesso às dependências da escola, etc., conforme estabelece a Lei Federal nº10.098/2000.
3	Organização e ambiente de trabalho	20) Suficiência e assiduidade dos professores. 21) Suficiência e assiduidade dos funcionários de escola. 22) Existência de estabilidade dos professores. 23) Existência de estabilidade dos funcionários de escola. 24) Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs. 25) Existência de clima favorável no coletivo de trabalho: boas relações interpessoais, práticas solidárias, participação e pertencimento. 26) Existência de práticas de separação de lixo na escola e em sala de aula.
4	Condições de acesso, permanência e sucesso na escola	27) Existência de discussão e encaminhamentos na comunidade escolar para reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos. 28) Existência de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou Sala de Recursos Multifuncional. 29) Existência de condições adequadas da alimentação escolar. 30) Existência de condições adequadas do transporte escolar (higiene, segurança, assentos e horários).
5	Formação dos profissionais da educação	31) Formação inicial dos professores. 32) Existência de ações de formação continuada na escola. 33) Existência de participação dos profissionais nas ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.
6	Práticas pedagógicas e de avaliação	34) Existência de Projeto Político-Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar. 35) Existência de plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP). 36) Existência de clima favorável à aprendizagem em sala de aula/turmas: boas relações interpessoais, práticas solidárias, pertencimento ao coletivo, diálogo permanente entre professor/aluno e entre aluno/aluno. 37) Existência e suficiência de material didático-pedagógico para todas as áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares. 38) Existência de plano didático de apoio a alunos com defasagem

	de aprendizagem e proposta de correção de fluxo. 39) Existência de práticas pedagógicas interdisciplinares. 40) Existência de práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências). 41) Existência de projetos de estímulo à leitura e à escrita, dirigidos a professores e alunos. 42) Existência de atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político-Pedagógico da Escola. 43) Existência de estímulo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros). 44) Existência de plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação. 45) Existência de práticas de ensino inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa. 46) Existência de socialização do Projeto Político-Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com os pais de alunos. 47) Existência de estímulo à prática da auto avaliação. 48) Existência de participação dos alunos na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias. 49) Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos. 50) Existência de práticas de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Instituição para estimular ou superar os resultados.
--	---

Fonte: Informações disponíveis em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/seap.jsp?ACAO=acao4>. Publicado em: 23/08/2012. Acesso em 24/08/2012, 10h

Elaboração do quadro: própria.

Anexo 3 - Indicadores em cada uma das dimensões avaliadas na CRE – SEAP-RS

Dimensões		Indicadores
1	Gestão Institucional	1) Existência de planejamento anual específico e articulado do gabinete e dos setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) elaborado pelo coordenador geral, coordenadores de setores, assessores e servidores dos respectivos setores e conhecido pelo órgão central da SEDUC e pelas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 2) Existência de monitoramento das diretrizes políticas, dos programas, projetos e ações de gestão e sua utilização para promover melhorias nos processos de trabalho por setor da CRE. 3) Conhecimento da legislação específica afim (LDO, LOA, Lei Federal nº 8.666/93, LDB, ECA, dentre outras) pelos coordenadores e assessores que atuam na Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 4) Conhecimento da estrutura e funcionamento dos setores da CRE pelos coordenadores de setor e assessores. 5) Existência de instâncias de gestão participativa intra e entre setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 6) Existência de socialização das informações técnicas e políticas entre os coordenadores, assessores e servidores que atuam nos setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 7) Utilização das informações técnicas e políticas no aprimoramento das ações estratégicas implementadas pelos setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 8) Existência de procedimentos institucionais para mediação de conflitos que ocorrem nos setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 9) Existência de agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos e em situações rotineiras e imprevistas. 10) Existência de registros e sistematizações atualizadas de decisões e do processo de trabalho nos setores da CRE que garantam o acúmulo e a memória institucional da Coordenadoria e das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 11) Utilização e atualização de dados nos sistemas de informações que garantam prestação e fidedignidade dos dados educacionais, estruturais e de pessoal das escolas Rede Estadual de Ensino da jurisdição da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 12) Acolhimento adequado e ágil ao público em geral respeitando a diversidade (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências), encaminhamentos e disponibilização de informações e documentos em tempo razoável nos setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 13) Existência de iniciativas de cooperação com órgãos e instituições para promover o aperfeiçoamento das políticas de gestão e de formação e a melhoria da qualidade da educação. 14) Existência de articulações com as secretarias municipais de Educação e órgãos normativos dos Sistemas de Ensino de sua jurisdição para aperfeiçoamento do Regime de Colaboração. 15) Existência de política de comunicação na CRE que tenha visão

		estratégica, que divulgue e potencialize as diretrizes, os programas e ações (com clareza, transparência, celeridade e qualidade na informação) e realize assessoramento ao coordenador geral e coordenadores de setores na relação com os meios de comunicação. 16) Participação e integração nas atividades promovidas por instituições locais
2	Espaço físico	17) Existência de manutenção predial e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, climatização, plano de prevenção contra incêndio - PPCI, entre outros) na CRE. 18) Existência de condições adequadas de trabalho nas salas e/ou espaços das equipes da CRE: aeração, iluminação, acústica, higiene e segurança e dimensões do espaço físico para atender as necessidades do trabalho. 19) Existência de condições adequadas na cozinha ou sala utilizada para refeições na CRE: aeração, iluminação, higiene, tamanho, mobiliário e equipamentos (fogão, forno de micro-ondas, geladeira, pia). 20) Existência de acessibilidade plena na CRE: rampa, corrimão, banheiro adaptado, piso podotátil, alargamento de portas, dentre outros, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.098/2000.
3	Organização e ambiente de trabalho	21) Suficiência, assiduidade dos assessores e servidores nos setores da CRE. 22) Existência de condições adequadas dos equipamentos de trabalho no gabinete e nos setores da CRE quanto à suficiência e adequação ao uso. 23) Existência de clima favorável no ambiente de trabalho no gabinete e setores da CRE: boas relações interpessoais, práticas solidárias, participação e pertencimento no coletivo de trabalho. 24) Existência de práticas de sustentabilidade ambiental no gabinete e nos setores da CRE: separação de lixo, uso econômico de materiais de expediente, otimização dos recursos de apoio, dentre outros.
4	Condições de acesso, permanência e sucesso na escola	25) Existência de diagnóstico detalhado e atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição, que contemple aspectos pedagógicos, administrativos e estruturais. 26) Existência de assessoramento e monitoramento à política de acesso às vagas na Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição, quanto à divulgação do processo em tempo hábil, critérios transparentes e democráticos, chamada pública e colaboração com municípios quando necessário. 27) Existência de assessoramento e monitoramento à oferta e expansão de vagas no ensino médio nas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 28) Existência de assessoramento e monitoramento à oferta e expansão de vagas de educação profissional nas escolas Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 29) Existência de monitoramento à política de manutenção e qualificação da infraestrutura (predial, elétrica e hidráulica, acessibilidade, dentre outros) das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 30) Existência de assessoramento e monitoramento à política de

	modernização tecnológica das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: equipamentos e proposta pedagógica. 31) Existência de assessoramento e monitoramento à política de gestão de pessoas para as escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 32) Existência de política de formação continuada para os professores e servidores das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição e dos setores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE). 33) Existência de política de formação continuada para as escolas da Rede Estadual de Ensino da sua jurisdição e para assessores e servidores da CRE nas temáticas obrigatórias do currículo escolar: gênero e sexualidade, juventudes, educação ambiental, cultura afro-brasileira e indígena, direitos humanos (leis nº 9.795/99, 11.525/03, 11.645/08). 34) Existência de assessoramento e monitoramento às políticas específicas que visem aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: reestruturação curricular, formação continuada, FICAI, gestão democrática. 35) Existência de assessoramento e monitoramento às ações de cooperação e integração com órgãos, Universidades, ONGs e redes de serviço de apoio às escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: grupos interdisciplinares para ações regionalizadas em saúde e assistência do escolar. 36) Existência de assessoramento e monitoramento às ações de apoio aos alunos das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição com defasagem de aprendizagem e de correção de fluxo escolar: laboratório de aprendizagem, classes de aceleração, dentre outros. 37) Existência de assessoramento e monitoramento às ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: formulário de controle, formação continuada dos servidores envolvidos no Programa. 38) Existência de assessoramento e monitoramento às ações e articulações com municípios de sua jurisdição para aperfeiçoamento do Programa Estadual de Transporte Escolar (PEATE) e Programa de Alimentação Escolar municipalizado. 39) Existência de assessoramento e monitoramento dos Programas do Ministério da Educação: Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE-Interativo, dentre outros, nas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 40) Existência de assessoramento e monitoramento à política de inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 41) Existência de assessoramento e monitoramento aos programas e projetos de ampliação da jornada escolar nas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: Escola de Tempo Integral, Mais Educação, Ensino Médio Politécnico. 42) Existência de assessoramento e monitoramento à política para mediação de conflitos que ocorrem nas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: Comitê Comunitário de Prevenção à Violência, formação de equipes de mediadores de conflitos, núcleo
--	---

		de professores e de alunos mediadores de conflitos. 43) Existência de assessoramento e monitoramento à gestão financeira das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: autonomia financeira e repasses de verbas de programas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). 44) Existência de assessoramento e monitoramento da atualização de informações e da alimentação de dados realizadas pelas escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição: sistemas próprios, Censo Escolar, Programa Bolsa Família (PBF), Programa Benefício de Prestação Continuada (PBPC), Programa RS Mais Renda.
5	Formação dos profissionais da educação	45) Existência de ações de formação continuada aos assessores e servidores que atuam na CRE e em escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 46) Participação de assessores e servidores da CRE em encontros de qualificação da educação, com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática profissional.
6	Práticas pedagógicas e de avaliação	47) Existência e suficiência de equipamentos e materiais didático-pedagógicos para desenvolver o trabalho das assessorias técnicas da CRE. 48) Existência de assessoramento e monitoramento às questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras às escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição. 49) Existência de momentos de avaliação do trabalho dos setores da CRE com participação dos assessores e servidores. 50) Existência de prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e resultados específicos das escolas da Rede Estadual de Ensino de sua jurisdição nas atividades de assessoramento às escolas.

Fonte: Informações disponíveis em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/seap.jsp?ACAO=acao3>. Publicado em: 23/08/2012. Acesso em 24/08/2012, 10h

Elaboração do quadro: própria.

Anexo 4 - Indicadores em cada uma das dimensões avaliadas na SEDUC–SEAP-RS

Dimensões		Indicadores
1	Gestão Institucional	1) Existência de planejamento anual específico e articulado do Gabinete e dos departamentos do órgão central da SEDUC, elaborado pelo secretário e por diretores, assessores e servidores dos respectivos Departamentos e conhecido pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). 2) Existência de monitoramento das diretrizes políticas, dos programas, projetos e ações de gestão e de sua utilização para promover melhorias nos processos de trabalho por Departamento do órgão central da SEDUC. 3) Execução das metas contidas no Plano Plurianual (PPA). 4) Existência de monitoramento da execução orçamentária. 5) Conhecimento da legislação específica afim (LDO, LOA, Lei Federal nº 8.666/93, LDB, ECA, dentre outras) pelos diretores e assessores que atuam nos departamentos do órgão central da SEDUC. 6) Conhecimento da estrutura e funcionamento dos departamentos do órgão central da SEDUC pelos diretores e assessores. 7) Existência de instâncias de gestão participativa intra e entre departamentos do órgão central da SEDUC. 8) Existência de socialização das informações técnicas e políticas entre os diretores, assessores e servidores que atuam nos departamentos do órgão central da SEDUC. 9) Utilização das informações técnicas e políticas no aprimoramento das ações estratégicas implementadas pelos departamentos do órgão central da SEDUC. 10) Existência de procedimentos institucionais para mediação de conflitos que ocorrem nos departamentos do órgão central da SEDUC. 11) Existência de agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos e em situações rotineiras e imprevistas. 12) Existência de registros e sistematizações atualizadas de decisões e do processo de trabalho nos Departamentos do órgão central da SEDUC, que garantam o acúmulo e a memória institucional da Rede Estadual de Ensino. 13) Existência de sistema de informações integrado que garanta a prestação e fidedignidade dos dados educacionais, estruturais e de pessoal da Rede Estadual de Ensino. 14) Acolhimento adequado e ágil ao público em geral, respeitando a diversidade (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências) e os encaminhamentos e disponibilização de informações e documentos em tempo razoável nos Departamentos do órgão central da SEDUC. 15) Existência de políticas de valorização profissional (salário, carreira, concurso, dentre outras) voltada aos membros do magistério estadual e servidores de escola. 16) Existência de iniciativas de cooperação com órgãos e instituições para promover o aperfeiçoamento das políticas de gestão e de formação e a melhoria da qualidade da educação.

		17) Existência de articulações com a União, entidades de representação dos gestores municipais, estaduais e órgãos normativos dos Sistemas de Ensino para aperfeiçoamento do Regime de Colaboração. 18) Existência de política de comunicação no órgão central da SEDUC que tenha visão estratégica, que divulgue e potencialize as diretrizes, os programas e ações (com clareza, transparência, celeridade e qualidade na informação) e realize assessoramento ao secretário e diretores na relação com os meios de comunicação.
2	Espaço físico	19) Existência de manutenção predial e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, climatização, plano de prevenção contra incêndio - PPCI, entre outros) no órgão central da SEDUC. 20) Existência de condições adequadas de trabalho nas salas e/ou espaços das equipes do órgão central da SEDUC: aeração, iluminação, acústica, higiene e segurança e dimensões do espaço físico para atender as necessidades do trabalho. 21) Existência de condições adequadas na sala utilizada para refeições no órgão central da SEDUC: aeração, iluminação, higiene, tamanho, mobiliário e equipamentos (fogão, forno de micro-ondas, geladeira, pia). 22) Existência de acessibilidade plena no órgão central da SEDUC: rampa, corrimão, banheiro adaptado, piso podotátil, alargamento de portas, dentre outros, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.098/2000.
3	Organização e ambiente de trabalho	23) Suficiência, assiduidade dos assessores e servidores do órgão central da SEDUC. 24) Existência de condições adequadas dos equipamentos de trabalho no Gabinete e nos departamentos do órgão central da SEDUC quanto à suficiência e adequação ao uso. 25) Existência de clima favorável no ambiente de trabalho, no Gabinete e departamentos do órgão central da SEDUC: boas relações interpessoais, práticas solidárias, participação e pertencimento no coletivo de trabalho. 26) Existência de práticas de sustentabilidade ambiental no Gabinete e nos departamentos do órgão central da SEDUC: separação de lixo, uso econômico de materiais de expediente, otimização dos recursos de apoio, dentre outros.
4	Condições de acesso, permanência e sucesso na escola	27) Existência de diagnóstico detalhado e atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino, que contemple aspectos pedagógicos, administrativos e estruturais. 28) Existência de política de acesso às vagas na Rede Estadual de Ensino na cidade e no campo, adequada quanto à divulgação do processo em tempo hábil, critérios transparentes e democráticos, chamada pública e colaboração com municípios quando necessário. 29) Existência de oferta e expansão de vagas no ensino médio nas escolas da Rede Estadual de Ensino, na cidade e no campo, aos adolescentes na idade própria, para universalizar esta etapa da educação básica. 30) Existência de oferta e expansão de vagas na educação profissional nas escolas da Rede Estadual de Ensino, na cidade e no campo.

		31) Existência de política de manutenção e qualificação da infraestrutura (predial, elétrica e hidráulica, acessibilidade, dentre outros) da Rede Estadual de Ensino. 32) Existência de política própria de modernização tecnológica das escolas da Rede Estadual de Ensino: equipamentos e proposta pedagógica. 33) Existência de política de gestão de pessoas para a Rede Estadual de Ensino. 34) Existência de política própria de formação continuada para os professores e servidores da Rede Estadual de Ensino. 35) Existência de política própria de formação continuada para a Rede Estadual de Ensino nas temáticas obrigatórias do currículo escolar: gênero e sexualidade, juventudes, educação ambiental, cultura afro-brasileira e indígena, direitos humanos (leis nº 9.795/99, 11.525/03, 11.645/08). 36) Existência de políticas específicas que visem aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos da Rede Estadual de Ensino: reestruturação curricular, formação continuada, FICAI, gestão democrática. 37) Existência de ações, cooperação e integração com órgãos, Universidades, ONGs e redes de serviço de apoio às escolas da Rede Estadual de Ensino: grupos interdisciplinares para ações regionalizadas em saúde e assistência do escolar. 38) Existência de ações de apoio aos alunos das escolas da Rede Estadual de Ensino com defasagem de aprendizagem e de correção de fluxo escolar: laboratório de aprendizagem, classes de aceleração, dentre outros. 39) Existência de ações de aperfeiçoamento e monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): formulário de controle, formação continuada dos servidores envolvidos no Programa. 40) Existência de ações e articulações com os municípios para o aperfeiçoamento e acompanhamento do Programa Estadual de Transporte Escolar (PEATE) e do Programa de Alimentação Escolar municipalizado. 41) Existência de ações de aperfeiçoamento e monitoramento dos Programas do Ministério da Educação: Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE-Interativo, dentre outros. 42) Existência de política de inclusão e acompanhamento ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) às escolas da Rede Estadual de Ensino. 43) Existência de ações de aperfeiçoamento e expansão dos programas e projetos de ampliação da jornada escolar: Escola de Tempo Integral, Mais Educação, Ensino Médio Politécnico. 44) Existência de política própria para mediação de conflitos que ocorrem nas escolas da Rede Estadual de Ensino: Comitê Comunitário de Prevenção à Violência, formação de equipes de mediadores de conflitos, núcleo de professores e de alunos mediadores de conflitos.
5	Formação dos profissionais da educação	45) Existência de ações de formação continuada aos assessores e servidores que atuam nos departamentos do órgão central da SEDUC e Coordenadorias Regionais de Educação (CRES).

		46) Participação de assessores e servidores dos departamentos do órgão central da SEDUC em encontros de qualificação da educação com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos no processo de trabalho.
6	Práticas pedagógicas e de avaliação	47) Existência e suficiência de equipamentos e materiais didático-pedagógicos para desenvolver o trabalho das assessorias técnicas do Gabinete e departamentos do órgão central da SEDUC. 48) Existência de assessoramento às questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras às CREs. 49) Existência de momentos de avaliação do trabalho dos departamentos do órgão central da SEDUC, com participação dos assessores e servidores. 50) Existência de prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação e resultados específicos das escolas da Rede Estadual de Ensino (SAEB e IDEB) na elaboração das políticas e programas da SEDUC.

Fonte: Informações disponíveis em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/seap.jsp?ACAO=acao2>. Publicado em: 23/08/2012. Acesso em 24/08/2012, 10h

Elaboração do quadro: própria.

Anexo 5 – Representação dos momentos do SEAP-RS 2012 nas escolas



Imagem disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/seap.jsp?ACAO=a-ca01>. Acesso em: 24/08/2012, 10h.

Anexo 6 – Representação dos momentos do SEAP-RS 2012 nas CRE's



Imagem disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/seap.jsp?ACAO=a-ca01>. Acesso em: 24/08/2012, 10h.

Anexo 7 – Representação dos momentos do SEAP-RS 2012 na SEDUC



Imagem disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/seap.jsp?ACAO=a-cao1>. Acesso em: 24/08/2012, 10h.

Anexo 8 – Roteiro e Orientações para realização do SEAP-RS 2012 nas escolas

ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR	
DIMENSÕES	INDICADORES TEMATIZADOS
Dimensão 1	- Planejamento e monitoramento de metas/ações; - Socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar; - Atuação efetiva do Conselho Escolar e participação nas redes de serviço de apoio existentes na comunidade; - Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola.
Dimensão 2	- Condições adequadas nas instalações gerais e dos espaços de convivência (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esporte, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda às necessidades de acesso; - Manutenção predial; - Condições adequadas do espaço para prática de esporte e lazer; - Acessibilidade.
Dimensão 3	- Suficiência, estabilidade e assiduidade dos professores e funcionários; - Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); - Clima favorável no coletivo de trabalho; - Práticas de separação de lixo na escola e em sala de aula.
Dimensão 4	- Discussão e encaminhamentos na comunidade escolar para reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos; - Atendimento especializado a alunos com deficiência; - Condições adequadas da alimentação e de transporte escolar.
Dimensão 5	- Formação inicial e continuada dos professores; - Participação dos profissionais nas ações de formação promovidas pela SEDUC e Coordenadoria Regional de Educação (CRE).
Dimensão 6	- Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar; - Plano de Trabalho e de Aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico; - Clima favorável à aprendizagem em sala de aula; - Material didático-pedagógico para o trabalho em sala de aula; - Apoio a alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo; - Práticas pedagógicas interdisciplinares, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa, à inclusão das diversidades, de estímulo à leitura e à escrita e atividades culturais e desportiva; - Estímulo à participação dos alunos nos fóruns da escola; - Plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação; - Estímulo à prática da autoavaliação e participação dos alunos na avaliação da aprendizagem.

Fonte: Rio Grande do Sul, 2012d.

2ª Etapa: Reuniões de cada segmento da comunidade escolar, para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelo Conselho Escolar e apresentado por um ou mais de seus membros. As reuniões podem ocorrer no horário normal da escola, sendo que aquelas que envolverem o segmento alunos são consideradas letivas. Nessas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas, e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes daquele segmento para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação da plenária.

No segmento que realizar mais de uma reunião (como o dos alunos, em que a discussão será por turma) o conjunto do material referente aos debates sobre o diagnóstico preliminar deverá ser encaminhado aos representantes daquele segmento para elaboração de uma única síntese antes do início da 3ª etapa. Esta síntese será a base do trabalho da etapa seguinte, pois será ela que orientará a análise dos indicadores e suas respectivas pontuações.

Nesta etapa a participação é direta, devendo ser convocados todos os integrantes de cada segmento da comunidade escolar.

Para fins desta avaliação, são considerados SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR:

- **Alunos:** todos os alunos do quinto (5º) ano do Ensino Fundamental em diante ou aqueles acima de doze (12) anos.
- **Professores e Funcionários:** todos os profissionais lotados na escola, sejam eles efetivos ou temporários.
- **Pais e Mães:** todos os responsáveis legais ou reconhecidos pela escola por estudantes matriculados no estabelecimento de ensino.

Fonte: Rio Grande do Sul, 2012d.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

Quanto à participação dos alunos, devem ser observadas as seguintes orientações:

I - Os alunos deverão inicialmente reunir-se nas respectivas turmas, devendo ao final dos debates eleger representantes que integrarão a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola.

II – Nas escolas com um número muito grande de turmas, será necessário realizar uma segunda rodada de escolha de representantes de alunos, para adequar ao número de representantes proposto para constituir a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola** deve ter sua composição de acordo com as seguintes faixas:

- **Escolas com até 100 alunos:** no máximo de dezoito (18) membros, resguardando a proporcionalidade de $1/3$ (um terço) para cada segmento.
- **Escolas com 101 a 500 alunos:** no mínimo dezoito (18) e no máximo trinta (30) membros, resguardando a proporcionalidade de $1/3$ de professores e funcionários, $1/3$ de alunos e $1/3$ de pais de alunos da escola.
- **Escolas com 501 a 1.000 alunos:** no mínimo trinta (30) e no máximo quarenta e cinco (45) membros, resguardando a proporcionalidade de $1/3$ de professores e funcionários, $1/3$ de alunos e $1/3$ de pais de alunos da escola.
- **Escolas com mais de 1.001 alunos:** no mínimo quarenta e cinco (45) e no máximo sessenta (60) membros, resguardando a proporcionalidade de $1/3$ de professores e funcionários, $1/3$ de alunos e $1/3$ de pais de alunos da escola.

Fonte: Rio Grande do Sul, 2012d.

3ª Etapa: É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, integrada pelos representantes de cada segmento anteriormente escolhidos, inicialmente a direção da escola deverá acessar o SIMEC/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) compete à direção da escola ou a um membro da Comissão designado por ela, assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, a direção da escola, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clcando no botão "concluir"**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 2.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes da comunidade escolar, fora do horário letivo**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.
Fonte: Rio Grande do Sul, 2012d.

Anexo 9 – Quadro comparativo dos sistemas de avaliação – SAERS e SEAP-RS – publicado pela SEDUC

Situação Precedente	Proposta do Novo Sistema
1. Política do “gerenciamento” do Estado através da contratação de instituições que elaboravam e realizavam <i>pelo</i> Estado, que se omitia na intervenção e monitoramento direto.	1. O SEAAP-RS está sendo pensado como uma política de Estado, verdadeiramente sistêmico, e com foco na instituição e nos indivíduos, fornecendo análises abrangentes das dimensões, estruturas, objetivos, relações, atividades, compromissos e responsabilidade sociais das diferentes instâncias e equipamentos públicos da educação estadual.
2. Existência de dois sistemas independentes e desconectados: O SAERS (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS) realizado com a aplicação de testes de proficiência aferindo o desempenho dos alunos e o processo de Avaliação dos Membros do Magistério do Quadro de Carreira.	2. Proposta de composição de um único Sistema Estadual Articulado de Avaliação envolvendo processos Institucionais e Individuais - de desempenho tanto dos alunos quanto do magistério, avaliados anualmente. Assim, o novo Sistema abrange dois processos vinculados – Avaliação Institucional e Avaliação Individual – alicerçados no mesmo conjunto de princípios, diretrizes e objetivos.
3. A avaliação externa contratada apenas para acompanhar o SAERS dando peso às questões quantitativas, e estatísticas, mas não expressando o processo qualitativo, e sem dar consequência tanto aos resultados das provas quanto aos dados interpretados.	3. Caracterizado pela existência da combinação entre avaliação interna e acompanhamento externo como partes integrantes do <i>processo</i> . Concebendo e instituindo a avaliação externa como uma instância horizontal, existente no processo, legitimadora e com função de acompanhamento, mobilização e análise (demonstrativo-interpretativa) dos resultados do SEAAP-RS, que por sua vez tornam-se informações diagnósticas confiáveis para prestar contas a sociedade e propor melhoria do percurso escolar.
4. O SAERS estruturava-se a partir de uma matriz curricular permanente, conhecida por “Lições do Rio Grande”, que na prática não trazia consequências significativas para a escola reverter seus resultados.	4. Baseia-se na análise e verificação <i>in situ</i> de Dimensões, Indicadores e descritores, individuais e institucionais-coletivos, articulados à prova de proficiência, aplicada em um conjunto de escolas típicas de cada região, aferindo o desempenho dos alunos. Articula os critérios para promoção por merecimento, prevista na carreira dos membros do magistério, ao empenho coletivo na permanência dos alunos na escola.
5. O SAERS - voltava-se a replicar as avaliações nacionais (Provinha Brasil e Prova Brasil), e aplicava anualmente provas de Português e Matemática no 3º e 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio.	5. A proposição do SEAAP-RS, no que se refere à “Avaliação do Percurso Individual do aluno”, articula-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e das Diretrizes e Parâmetros Curriculares estabelecidas nacionalmente, considerando quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas), sendo necessário, portanto, que em todas as situações onde há previsão da utilização das avaliações nacionais, estas sejam complementadas por provas estaduais.
6. Já o processo de Avaliação dos Membros do Magistério do Quadro de Carreira transformou-se em um procedimento burocrático anual, com preenchimento de formalidades, sem avaliação externa, que	6. A proposição do SEAAP-RS, no que se refere à “Avaliação do Percurso Individual dos Membros do Magistério” é de que os resultados dos indicadores avaliados possibilitem uma ação de valorização do profissional e da carreira do magistério, como chave
ficava restrito apenas a Comissão de Avaliação Escolar, o indivíduo avaliado e a Comissão de Promoções do Magistério (COPROMAG - Estadual) e que em muitas escolas ficou comprometida.	na qualificação da rede de ensino, com oferta de formação continuada apropriada, repercussão nas promoções por merecimento, e aprimoramento da Comissão de Avaliação Escolar e a Comissão de Promoções do Magistério (COPROMAG - Estadual).

Anexo 10 – Percentual aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – RS,
1995 - 2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO**

**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
(Art. 202 da Constituição Estadual)**

ANO	VALOR APLICADO (R\$)	PERCENTUAL
2011	5.297.197.057,85	28,31
2010	4.801.031.992,71	26,99
2009	4.018.442.641,57	27,67
2008	3.612.015.000,00	25,42
2007	3.564.215.767,00	30,23
2006	3.459.865.000,00	31,25
2005	3.135.404.000,00	29,55
2004	2.991.987.000,00	32,61
2003	2.824.961.000,00	32,67
2002	2.525.549.317,00	34,99
2001	2.307.827.981,00	35,36
2000	1.956.049.593,00	35,08
1999	1.649.997.776,00	35,04
1998	1.568.311.274,00	35,56
1997	1.318.065.995,00	34,72
1996	1.250.800.000,00	33,80
1995	937.296.761,00	29,05

FONTE: Balanço Geral do Estado

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado à Assessora Técnica do Departamento Pedagógico da SEDUC

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado Profissional *Stricto Sensu* em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Mestranda: Milene Barazzutti

Prezada assessora técnica do gabinete do DP

Conforme contato através de correio eletrônico, estou encaminhando o questionário referente à coleta de dados para minha pesquisa de mestrado, acerca das mudanças no Sistema de Avaliação da Educação Escolar no estado do RS. Grata por sua atenção e disponibilidade em participar da pesquisa.

Apresentação:

- 1) Inicialmente, gostaria de solicitar sua apresentação, falando um pouco sobre sua formação, atuação na SEDUC e envolvimento com o processo de criação de um novo sistema de avaliação no estado do RS.

Quanto ao Sistema de Avaliação:

- 2) Quais as principais motivações, do ponto de vista da ação gestora, para a criação de um novo sistema de avaliação da educação escolar gaúcha e consequente cancelamento do sistema anterior, o SAERS?
- 3) Em que aspectos o novo sistema se diferencia do SAERS? Há aspectos de continuidade entre os dois sistemas (caso sim, quais)?
- 4) Há, na estrutura do novo sistema avaliativo, a previsão de intervenções a partir do diagnóstico? Caso sim, de que forma isto está previsto?
- 5) No documento disponível no *site* da SEDUC, sobre o novo sistema avaliativo estadual, consta que a fase local do sistema de avaliação participativa deverá contar com grupos responsáveis “por organizar encontros para que a avaliação institucional seja formalmente realizada e enviará a produção da escola para a CRE”. Quais os segmentos que poderão participar das reuniões? Haverá proporcionalidade de participação ou esta será universal?

- 6) Da mesma forma, no documento há a indicação de existência de grupos responsáveis também nas fases regional e estadual. Como está prevista a estruturação de tais grupos?
- 7) No referido documento também há a menção à participação de Universidades parceiras na fase de avaliação externa. Como está prevista esta parceria e atuação das Universidades?
- 8) Há vinculação do sistema de avaliação com o plano de carreira dos professores? Caso sim, de que forma isso está previsto?
- 9) O cancelamento do SAERS e a criação do novo sistema de avaliação estiveram previstos para ocorrer através de decreto, ainda no mês de outubro de 2011, correto? Por que isso não ocorreu? Há uma previsão para a assinatura do decreto?
- 10) De que forma a criação de um sistema avaliativo participativo se integra à reformulação do ensino médio, no estado do RS?

APÊNDICE 2 – Questionário enviado à representante do CPERS/SINDICATO.

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrado Profissional *Stricto Sensu* em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Mestranda: Milene Barazzutti

Conforme contato telefônico, estou encaminhando o questionário referente à coleta de dados para minha pesquisa de mestrado, acerca das mudanças no Sistema de Avaliação da Educação Escolar no estado do RS. Grata por sua atenção e disponibilidade em participar da pesquisa.

Apresentação:

- 1) Inicialmente, gostaria de solicitar sua apresentação, falando um pouco sobre sua formação e atuação no CPERS/SINDICATO.

Quanto ao Sistema de Avaliação:

- 2) Como o CPERS/SINDICATO compreende o antigo sistema avaliativo, SAERS, enquanto instrumento de avaliação da qualidade da educação gaúcha (seus limites, possibilidades e implicações na concepção de educação escolar)?
- 3) O que representa, em termos de concepções educacionais, na perspectiva do CPERS/SINDICATO, a mudança no sistema avaliativo que está sendo processada pelo atual governo?
- 4) Como o CPERS/SINDICATO compreende a vinculação do sistema avaliativo com o plano de carreira dos professores?
- 5) O cancelamento do SAERS e a criação do novo sistema de avaliação estiveram previstos para ocorrer através de decreto, ainda no mês de outubro de 2011, porém, o CPERS/SINDICATO solicitou mais tempo para discussão, correto? Conforme informado pela assessoria técnica do DP, o prazo se encerra no final deste mês. Como está essa questão? Haverá proposta de alterações no sistema, pelo CPERS/SINDICATO (caso sim, quais)?

6) Fazendo um comparativo entre os dois sistemas (SAERS e SEAAP – este, mesmo que ainda de forma conceitual), quais os avanços/retrocessos que o CPERS/SINDICATO compreende na mudança?

7) Em ofício encaminhado ao CPERS/SINDICATO, em 29 de novembro de 2011, o Governo do Estado, através da SEDUC, manifestou disposição em constituir um grupo de trabalho para discussão do SEAAP ou de propostas que o CPER-Sindicato venha a encaminhar, após findada a greve do magistério. Houve a formação de um grupo de trabalho? Caso sim, como está ocorrendo a discussão? Caso não, quais os motivos para sua não formação, visto que a greve já foi encerrada?